

25/03/2019

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Para aumentar a produtividade do trabalho](#)
[Jornalismo e palavra discutidos em Córdoba](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Estamos aqui](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

["O presidente precisa descer do palanque", diz Pereira](#)
[Líder ataca 'velha política'](#)

O GLOBO - RJ

[Ministério da Educação à deriva](#)
REPÚBLICA DOS TOSCOS
[Um milhão de alunos](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE BOA VISTA - RR

[Projeto sustentável beneficia famílias em vulnerabilidade](#)

O POVO - CE

["O professor é criminalizável", diz deputada do Escola Sem Partido](#)

Agências de notícias e sites

LAPADA LAPADA

[Abertas no Rio inscrições para projetos que mudem ambiente escolar](#)

R7

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

G1

[Primeira travesti mestra pela UEM usa figura da drag queen para discutir educação mais receptiva às diferenças](#)

PORTAL ÉPOCA

[Com três meses de governo, Ministério da Educação atrasa execução de diversos programas](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Inchaço de verba de universidade pública não teve contrapartida, diz Claudio Haddad](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[A reforma da Previdência e o futuro do magistério](#)
[Pós-graduação em e-commerce foca atualização tecnológica](#)

O GLOBO - RJ

[MEC continua distante da agenda dos reais problemas da educação](#)
[Estado perdeu 62 mil alunos do 6º ao 9º ano em três anos](#)
[Militarização](#)

Revistas

CARTA CAPITAL - SP

[Educação/ Enem sob censura](#)

Imprensa Estadual

TRIBUNA DO NORTE - RN

[National Geographic](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

AGORA - RS

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

A REDAÇÃO

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

A TARDE - BA

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

BAHIA NOTÍCIAS

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

BLOG DO ELIOMAR

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

CORREIO WEB

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

COXIM AGORA

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

DIÁRIO ONLINE

[Matemática da UFPB entra no top 300 do mundo](#)

FOLHA PA

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

FORTE NA NOTÍCIA

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

GAZETA ONLINE

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

HOJE EM DIA - MG

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

IMIRANTE

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

ISTOÉ DINHEIRO - SP

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

JORNAL DIA A DIA

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

JORNAL DO BRASIL - RJ

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

MONEY TIMES

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

O HOJE

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

O POVO - CE

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

O PRESENTE

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

PAINEL NOTÍCIAS - AL

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

PORTAL ISTOÉ

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

PORTAL TUCUMÃ

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

R7

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

TESOURO INVEST

[Bloqueio no orçamento faz verba para custeio e investimentos ser a menor dos últimos dez anos](#)

THE WORLD NEWS - BRASIL

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

URGENTE NEWS

[Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MEC continua distante da agenda dos reais problemas da educação](#)

BLOG DO LAURO JARDIM

[Creches em casa](#)

O POVO - CE

[Todos pela educação](#)

PORTAL ÉPOCA

[MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO TEM PROGRAMAS SEM PAGAMENTO](#)

[AUTORIZADO](#)

PORTAL VEJA

[A disputa pela sucessão de Ricardo Vélez no MEC](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Ex-reitor da UnB é cotado para número 2 do MEC](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[MEC a perigo](#)

[Para Paulo entender Olavo](#)

[Governo reavalia estratégia para liberar ensino domiciliar](#)

[Anunciada como número 2 do MEC, e depois barrada, Iolene Lima é demitida](#)

[Vélez fala em militarizar escola de Suzano, mas não consulta governo de SP](#)

[MEC garante R\\$ 10 mi para projeto-piloto de escolas militares no DF](#)

[Comunismo de sinal contrário, diz Mourão sobre crise no MEC](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Estatais distribuíram lucro em ano de prejuízo](#)

[Porteira fechada](#)

[Vélez fica no cargo, mas não pode nomear mais ninguém](#)

[Vélez diz querer militarizar escola de Suzano](#)

[‘É preciso pensar do ponto de vista do aluno’](#)

O GLOBO - RJ

[Vélez troca, de novo, ‘número 2’ da Educação](#)

[MEC tem programas parados e atrasos no ensino básico](#)

Revistas

ISTOÉ - SP

[Pense, projete e construa](#)

[Para educação](#)

Imprensa Estadual

ZERO HORA - RS

[O SOLO comprometido](#)

A GAZETA - ES

[Em crise, ministério tem terceira baixa em dez dias](#)

ESTADO DE MINAS - MG

CLIPPING



[Para Paulo entender Olavo A "revolução" do guru fuzilaria os liberais junto com os comunistas, se pudesse](#)

[Jogos virtuais na formação humana](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[O bê-á-bá da educação](#)

O POVO - CE

[Evangélica anunciada como nº 2 do Ministério da Educação é demitida](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Bloqueio no orçamento faz verba para custeio e investimentos ser a menor dos últimos dez anos](#)

AGÊNCIA BRASIL

[Vélez propõe modelo cívico-militar em escola onde houve tiroteio](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Por que Vélez ainda está lá?](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo reavalia estratégia para liberar ensino domiciliar](#)

METRÓPOLES

[Suzano : Vélez Rodríguez estuda militarização de escola atacada](#)

[Vélez fica no cargo, mas não pode nomear mais ninguém](#)

METRÓPOLIS

[Demissão de número 2 do MEC faz buscas por seu nome dispararem](#)

PORTAL EXAME

[Ministro da educação diz estudar militarização de escola atacada em Suzano](#)

[Fracá articulação política de Marcos Pontes preocupa comunidade científica](#)

PORTAL ISTOÉ

[Vélez propõe modelo cívico-militar em escola onde houve tiroteio](#)

[Vélez fica no cargo, mas não pode nomear mais ninguém](#)

TERRA

[Ministro propõe modelo cívico-militar em escola de tiroteio](#)

[Vélez fica no cargo, mas não pode nomear mais ninguém](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Vélez propõe modelo cívico-militar em escola onde houve tiroteio](#)

[Vélez fala em militarizar escola de Suzano, mas não consulta governo de SP](#)

[Vélez fica no cargo, mas não pode nomear mais ninguém](#)

Agências de notícias e sites

CRIATIVAONLINE

[Marcio Meirelles recebe título de Doutor Honoris Causa da UFRB e faz aula magna](#)

GRUPO ORZIL

[Presidente da CAPES e ministro da Educação participam de seminário do Pró-Defesa](#)

O PRESENTE

[MSD Saúde Animal é uma das patrocinadoras do III SIMPORK 2019](#)

PÁGINA RURAL

[SP: emergência e evolução da pesquisa socioeconômica da agricultura de base ecológica é discutida em palestra, diz Embrapa](#)

[ecológica é discutida em palestra, diz Embrapa](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Ministro da Educação diz estudar militarização de escola atacada em Suzano](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Comunismo de sinal contrário, diz Mourão sobre crise no MEC](#)

G1

[Urnas com mais de 500 anos são transportadas para estudos e podem recontar história da Amazônia antiga](#)

[Estudantes do IFMT criam aplicativo que ajuda agricultores a calcular preço de hortaliças](#)

PORTAL ÉPOCA

[DEMITIDA DO MEC, IOLENE LIMA TROUXE ABORDAGEM EDUCACIONAL À LUZ DA BÍBLIA PARA OS HOLOFOTES](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[MPF determina que Inep explique criação de comissão para vigiar o Enem](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Faculdade Católica reúne coordenadores de cursos EAD](#)

DIÁRIO DA MANHÃ-RS

[Educação : desenvolvimento acelerado](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Estudantes não aprendem o básico](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Pesquisa mostra disparidade na educação entre estudantes ricos e pobres no Brasil](#)

O DIA - RJ

[Indicada para ser número 2 do MEC é afastada em uma semana: Quadro bastante confuso](#)

ZERO HORA - RS

[PF investiga repasse a bolsistas](#)

Agências de notícias e sites

CORREIO 24 HORAS

[Após uma semana no cargo, Iolene Lima anuncia que foi afastada do MEC](#)

ESTADO DE MINAS ONLINE

[Indicada para número 2 do MEC, Iolene Lima é demitida oito dias depois](#)

MEIA HORA

[Indicada para ser número 2 do MEC é afastada em uma semana](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Presidente da CAPES e ministro da Educação participam de seminário do Pró-Defesa](#)

AGÊNCIA BRASIL

[MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens de provas do Enem](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Aprendizado adequado no ensino médio fica estagnado em 11 anos](#)

[MEC garante R\\$ 10 mi para projeto-piloto de escolas militares no DF](#)

[Investidores nos EUA vão esperar Previdência para apostar de fato no Brasil](#)

[Anunciada como número 2 do MEC, e depois barrada, Iolene Lima é demitida](#)

AGÊNCIA GLOBO

[MPF pede esclarecimentos ao Inep sobre comissão do Enem](#)

[Indicada para número 2 no MEC por Vélez, Iolene Lima é demitida](#)

[MEC tem programas parados e prejudica redes do ensino básico](#)

[Educação 360: Tecnologia é aliada do aprendizado](#)

CORREIO WEB

[MPF determina que Inep explique criação de comissão para vigiar o Enem](#)

G1

[Em entrevista a rádio, Mourão afirma que MEC precisa de freio de arrumação](#)

METRÓPOLES

[Evangélica anunciada como número 2 do MEC é demitida antes de assumir](#)

PODER 360 - DF

[Nova número 2 no MEC, Iolene Lima diz que deixará Cargo](#)

PORTAL ÉPOCA

[Em carta, auxiliar de Onyx ataca guerra ideológica no MEC](#)

PORTAL EXAME

[Número 2 do MEC é dispensada oito dias após ser nomeada](#)

PORTAL ISTOÉ

[MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens de provas do Enem](#)

[Evangélica anunciada como nº 2 do MEC é demitida](#)

R7

[Bolsas de 90% em mestrado para professores da rede pública](#)

[Só 5,7% dos alunos do Ensino Médio sabem matemática](#)

TERRA

[Ministério Público Federal determina que Inep explique criação de comissão para vigiar o Enem](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[MPF determina que Inep explique criação de comissão para vigiar o Enem](#)

[Evangélica anunciada como nº 2 do MEC é demitida](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Para aumentar a produtividade do trabalho

Humberto Casagrande Neto

Superintendente Geral do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)

A baixa produtividade do trabalhador brasileiro aparece com destaque, há tempos, na lista dos maiores obstáculos enfrentados por nossas empresas para ganhar espaço em um mercado global cada vez mais competitivo. No entanto, continuamos a despencar no ranking dos países que têm melhores resultados nessa área: segundo a Conference Board, empresa dos Estados Unidos especializada em estudos sobre negócios, o Brasil está na 52ª posição na lista de 67 países pesquisados em relação à produtividade da mão de obra. Mais ainda, há 10 anos “patinamos” no nível de US\$ 18 gerados por hora trabalhada, muito abaixo de países em estágio equivalente de desenvolvimento.

Estamos, portanto, diante de um tema de reconhecida importância para o país, mas em que, ao mesmo tempo, continuamos a ter desempenho pífio. Fica evidente, diante essa realidade, que é preciso agir sem perda de tempo para reverter esse quadro.

É o caso da qualificação do trabalhador. Temos o crônico problema da má qualidade da educação no país, que se tenta minimizar com várias iniciativas do governo e das empresas com programas de aperfeiçoamento da mão de obra. Mas os resultados desses louváveis esforços têm sido insuficientes. Entretanto, existem alternativas já à disposição que, se utilizadas da maneira adequada, certamente ajudarão, e muito, a encaminhar as soluções para o problema. O programa de aprendizagem é uma delas.

A importância da aprendizagem pode ser medida em números. Pesquisa do Datafolha com 1.809 pessoas que foram aprendizes do programa do CIEE e Fundação Roberto Marinho mostra que 53% dos entrevistados estavam trabalhando depois de participarem da aprendizagem. Além disso, a renda média dos egressos é de R\$ 1.197 por mês, quase o dobro do que recebiam como aprendizes. Motivo: o programa resultou em aumento da

qualificação, da empregabilidade e, por consequência, da renda. A importância do aumento de renda é ainda maior quando se constata que 81% dos entrevistados contribuem para as despesas da família e que essa colaboração representa 36% do total que recebem.

A importância da aprendizagem é reforçada quando se recorda a precária situação do mercado de trabalho. O Brasil tem cerca de 33 milhões de jovens entre 15 e 24 anos (mais de 30% da população do país), dos quais 7,6 milhões são “nem-nem” (não estudam nem trabalham). Esse contingente tem tamanho praticamente igual ao de estudantes matriculados em cursos graduação, que eram 8 milhões em 2017, pelos dados do Ministério da Educação (MEC). Com a aprendizagem, esse imenso grupo de “nem-nem” pode ser reduzido de maneira significativa, com o aumento da empregabilidade.

Apesar desses dados tão significativos, a legislação que rege a aprendizagem ainda é pouco conhecida das empresas. A lei determina que entre 5% e 15% das vagas das companhias de médio e grande porte sejam destinadas a esses jovens, que devem estar estudando ou já ter se formado. Mas poucos seguem essa regra. O CIEE estima que o potencial do mercado brasileiro é de 1 milhão de aprendizes, mas há apenas 420 mil jovens trabalhando nesse regime — ou seja, menos da metade do potencial. Demanda existe, mas, talvez por desconhecimento, esse enorme potencial não é aproveitado.

Os programas de aprendizagem são fundamentais no desenvolvimento dos jovens. Com ele é possível formar novos profissionais de acordo com a cultura organizacional de cada empresa. Ao mesmo tempo, traz a juventude e um novo olhar para as empresas.

É importante ressaltar que em uma recente pesquisa encomendada ao instituto Datafolha, contatamos que 25% dos jovens que participaram do programa Aprendiz CIEE foram efetivados na empresa em que participaram do programa. É um número considerado muito relevante, uma vez que o contrato de aprendizagem é temporário, válido por dois anos.

Com essa pesquisa também constatamos que 76% dos egressos que concluíram a aprendizagem entre 2016 e 2017 estavam trabalhando ou estudando e que 30% conciliam as duas atividades.

Trata-se, portanto, não apenas de inovar — embora esse ponto tenha grande importância — quando se buscam soluções para os graves problemas de qualificação da mão de obra e da empregabilidade. É, também, uma questão de utilizar os instrumentos adequados que já se têm à mão. A sociedade brasileira precisa que caminhemos nessa direção, até porque sem maior produtividade não será possível alcançar o tão necessário desenvolvimento sustentável.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - BRASIL
Jornalismo e palavra discutidos em Córdoba
EDUCAÇÃO

Córdoba, a segunda cidade mais populosa da Argentina, pulsa com programações culturais e seminários diversos esta semana. Começou na última quarta-feira e segue até dia 30, o Festival da Palavra, que expressa as multiplicidades das manifestações

artísticas da região. Apresentações culturais e uma feira de livros integram a programação. Entre hoje e amanhã, a cidade recebe o Seminário Ibero-Americano de Jornalismo e Comunicação, que reunirá jornalistas e estudiosos da área de diversos países, incluindo o Brasil. O Correio Braziliense estará representado no evento.

As programações precedem a oitava edição do Congresso Internacional a Língua Espanhola (Chile), que começa na quarta e vai até sábado), reunindo mais de 200 escritores, especialistas e profissionais para debater o tema América e o futuro do espanhol — cultura e educação, tecnologia e empreendedorismo. O evento contará com a presença do presidente da Argentina, Mauricio Macri; o rei da Espanha, Filipe VI; o escritor peruano Mario Vargas Llosa, vencedor do Nobel de literatura de 2010, e a espanhola Carmen Riera, membro da Real Academia Espanhola (RAE).

O secretário-geral da entidade, Mariano Jabonero, entre outros membros da OEI, participarão do congresso. A entidade também organiza o Seminário Ibero-Americano de Jornalismo e Comunicação, que ocorre em parceria com universidades argentinas e recebeu mais de 1.500 inscrições. No segundo dia do evento de jornalismo, ocorre o painel Comunicação transmídia: intertextualidade da palavra, na Universidade Nacional de Córdoba.

Na ocasião, a jornalista do Correio Braziliense Ana Paula Lisboa discutirá o assunto com Franco Picatto e Sandra Valdetaro, da Argentina; Alfonso Rodríguez Aldeyturriaga e Arsenio Escolar, da Espanha; e Omar Rincón, da Colômbia. Ana Paula viajou à Argentina a convite da OEI. Ela trabalha no jornal desde 2012, é subeditora e atua no site Eu, Estudante; no caderno Trabalho & Formação Profissional; e no Blog da Primeira Infância.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Estamos aqui

Uma ala defende, inclusive, que o presidente abra mais espaço para o PSL no governo. Esse grupo fala, por exemplo, que a deputada Bia Kicis (PSL-DF) tem todas as credenciais para assumir o Ministério da Educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/03/25/cresce-insatisfacao-no-partido-de-bolsonaro-com-articulacao-politica-do-governo/>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

“O presidente precisa descer do palanque”, diz Pereira

Após críticas de Rodrigo Maia, vice-presidente da Câmara compara relação entre governo e Congresso à da gestão Dilma

BRASÍLIA

Em forte recado ao governo, o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (PRB-SP), diz que Jair Bolsonaro precisa “descer do palanque” e se colocar no papel de presidente da República. À frente do PRB com ascendência sobre a bancada, Pereira reclama da falta de atenção do Palácio do Planalto com os parlamentares, que não estão sendo recebidos nos ministérios. “O novo Brasil tem de começar de onde o Brasil estava dando certo, não do zero”, diz o dirigente partidário.

Em forte recado ao governo, o vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (PRB-SP),

diz que Jair Bolsonaro precisa “descer do palanque” e se colocar no papel de presidente. À frente do PRB e com forte ascendência sobre a bancada, que tem 31 deputados, ele reclama da falta de atenção do governo com os parlamentares, que não estão sendo recebidos nos ministérios. “O novo Brasil tem de começar de onde o Brasil estava dando certo, não do zero. Eles parecem que querem começar o Brasil do zero.”

Ex-ministro de Indústria de Michel Temer, Pereira, que é advogado de formação e bispo licenciado da Igreja Universal do Reino de Deus, avalia que o mal-estar no Congresso hoje é generalizado e que as reclamações lembram o governo Dilma. “É muito parecido. Política é diálogo, é atenção, são gestos. Não tenho visto gestos, atenção nem diálogo”.

Incomoda o discurso do governo contra a política tradicional? Evidentemente. O presidente não pode dizer que não é político estando há 28 anos na política. Ele se elegeu sem partido, porque o PSL praticamente não existia, e acha que não precisará dos partidos agora. Mas são os partidos que têm como dialogar com os parlamentares. As frentes temáticas não têm como fechar questão. Não estou falando de troca-troca ou toma lá, dá cá. Estou falando de diálogo. É isso que incomoda.

Respondendo a Maia, presidente disse que seu trabalho na Previdência estava feito.

O presidente parece não querer aprová-la. Como deputado, sempre votou contra todas as propostas de reforma. Como candidato, a criticou. Agora, como presidente, joga a responsabilidade no Parlamento. O Rodrigo está sendo muito proativo. O problema é que ele constrói e o governo, do outro lado da rua, desconstrói. Hoje não tem 50 votos. Nem o PSL vota 100%. Talvez o governo tenha sido amador por falta de experiência.

Bolsonaro pode inaugurar nova forma de negociação? Precisamos avançar e sou favorável que a gente avance. O presidente disse que não tem mais indicação dos partidos nos ministérios e que quer empoderar o deputado. Apoio. Disse que, ao anunciar determinada obra, chamaria os parlamentares que podem ser base, os levaria junto para dizer à população que aquilo é possível graças a atuação do deputado tal. Isso se faz com diálogo, conversa, articulação política. Não é toma lá, dá cá. Liberar recursos para as bases dos parlamentares é natural. Eu, como deputado, não quero e não vou indicar para cargo do governo. Alguns deputados meus precisam e não vou impedir. Será decisão pessoal. Não obriga o partido a votar 100% as pautas do governo.

PRB descarta fazer parte da base do governo?

Da forma como está montado o governo hoje, acho muito difícil, porque não há diálogo. Com político, 50% é atenção e 50% é a solução, a resposta à demanda, que pode até ser não. Tem deputado reclamando que está demorando 15 dias para conseguir audiência com ministro. Esse deputado já tem predisposição de não votar com o governo.

É um governo de má vontade? É um governo mal organizado. Pedi uma audiência no MEC com um secretário, porque o prefeito de uma cidade me pediu. O prefeito me reportou que, quando o secretário chegou, disse: “você está aqui com o prefeito, veio com o deputado, mas não precisa de político aqui não, tá? Você poderia ter vindo sozinho.” Uma atitude como essa é negar a política. É uma ofensa, claro. Falta sensibilidade política. Um burocrata vem dizer que não tem política? O dia que ele tiver 140 mil pessoas apertando o nome dele nas urnas como eu tenho, ele pode agir da forma

que agiu. É falta de respeito com o cidadão que estou representando. É isso que estou falando, não é toma lá, dá cá. O novo Brasil tem de começar de onde estava dando certo, não do zero. Eles parecem que querem começar o Brasil do zero.

E o Congresso?

O Congresso já está com má vontade porque a má vontade está vindo do lado de lá. O mal estar é generalizado. O senador Fernando Bezerra é muito jeitoso, tem experiência. O major Vitor Hugo é dedicado, boa pessoa, mas não tem experiência. A impressão que passa é que não tem força.

Era uma reclamação que se ouvia com a Dilma. É parecido? Tinha dificuldade também. É muito parecido. Política é diálogo, é atenção, são gestos. E eu não tenho visto gestos, atenção nem diálogo.

E por que está acontecendo? Eles estão sendo vítimas da retórica da campanha. O governo precisa entender que não está mais em campanha. O presidente precisa descer do palanque. Até porque não tem essa ampla vantagem, não. Dos 57 milhões de votos, foram 10 milhões de diferença para o candidato derrotado. Ele tem que governar para 210 milhões de brasileiros.

A pauta ideológica do presidente tem atrapalhado?

Esse ativismo do presidente nas redes sociais... Ele tem de entender que agora é o presidente, então tem temas que ele não pode abordar porque causa instabilidade. O presidente precisa tirar senha do Twitter do Carlos (filho de Bolsonaro) e se colocar na função de presidente. Militares reclamam de Carlos. Congresso reclama de Carlos. Aliados reclamam de Carlos. PSL reclama de Carlos. Imprensa reclama de Carlos. Agora, Paulo Guedes reclamou de Carlos. Na cabeça do pai, Carlinhos tem razão e é incompreendido.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Líder ataca 'velha política'

Oito ministros serão sabatinados no Congresso após a troca de farpas entre Maia e Bolsonaro sobre articulação política

Após encontro com Bolsonaro, o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo, usa rede social para atacar a “velha política”.

Com as relações entre Executivo e Legislativo estremecidas, oito ministros devem ser sabatinados nesta semana em comissões no Congresso, o que deve servir de teste para o governo medir o tamanho do desgaste político do desentendimento público entre o presidente Jair Bolsonaro e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Nos últimos dias, Bolsonaro e Maia discutiram publicamente sobre de quem deve ser a responsabilidade pela aprovação da reforma da Previdência. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, até tentou organizar um encontro entre os dois ontem, mas Maia disse ao Estadão/Broadcast que “prefere esperar”.

As audiências públicas com ministros podem se transformar numa frente de ataques se o governo não tiver base aliada para impedir que a oposição domine a audiência com

perguntas direcionadas a constranger o convidado. No dia mais delicado, quarta-feira, 27, oito ministros estarão no Congresso em comissões temáticas. Não é comum tantos ministros num mesmo dia no Legislativo, o que já indica falha na base de apoio, que não conseguiu evitar os convites aos titulares do primeiro escalão.

O primeiro teste será na véspera, quando o ministro da Economia, Paulo Guedes, irá pela primeira vez na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) para falar sobre a reforma da Previdência e a proposta de aposentadoria para os militares, que acompanha um polêmico plano de carreira.

Deputados da oposição e até mesmo governistas preparam uma série de perguntas incômodas ao “superministro” de Bolsonaro – que já foi alertado que a audiência pode virar um “corredor polonês”. No dia seguinte, Guedes volta ao Congresso, desta vez na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, para discutir diretrizes da política econômica. Nesse caso, o ambiente será menos hostil.

O ministro Sérgio Moro (Justiça e Segurança Pública), que deve participar de audiência pública com os senadores na quarta-feira na CCJ, também deve ser alvo de questionamento dos parlamentares. “Dentro do pacote dele a coisa que eu acho mais sensível é dar condição de a polícia, no enfrentamento, matar e não dar satisfação ao Ministério Público e à corregedoria. Ou então vai ser uma brincadeira”, disse o senador Otto Alencar (PSD-BA).

Convites. Além de Guedes e Moro, os ministros Bento Albuquerque (Minas e Energia), Luiz Henrique Mandetta (Saúde), Gustavo Canuto (Desenvolvimento Regional), Ricardo Vélez (Educação), Ernesto Araújo (Relações Exteriores) e Ricardo Salles (Meio Ambiente) participarão de audiências públicas com parlamentares na quarta. Na terça, Albuquerque participa de uma sabatina no Senado.

O PSB havia protocolado requerimento de convocação de Guedes, mas o líder do governo na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), conseguiu transformar o chamamento em um convite – uma medida menos impositiva. O deputado João Campos (PSB-PE) disse que a ideia é atacar os pontos mais polêmicos da reforma da Previdência, incluindo as mudanças no Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, e na aposentadoria rural, além de pedir mais explicações sobre onde e como os recursos com a economia prevista – de mais de um R\$ 1 trilhão – serão aplicados.

O líder do PSL na Câmara, deputado Delegado Waldir (GO), sinalizou que até a sigla de Bolsonaro irá cobrar explicações aos ministros sobre a proposta de reestruturação da carreira dos militares. “O governo deixou a reforma para a Câmara fazer mudanças. Agora ele quer uma economia de R\$ 1 trilhão ou só 10% disso?”, afirmou.

topo ↕

O GLOBO - RJ - OPINIÃO

Ministério da Educação à deriva

Diante da falta de respostas claras do MEC, secretários estaduais de Educação decidiram, a partir do Consed (conselho que os representa), apresentar ao ministro um documento em que defendem uma Agenda de Aprendizagem para o país. O texto deve ganhar adesão também da Undime, órgão que congrega os dirigentes municipais de Educação. Nele, constam os temas prioritários para articulação entre os entes

federativos. Os secretários já haviam enviado um ofício pedindo atenção a políticas de financiamento. Também cobraram mais clareza sobre o rumo das avaliações externas. Um novo documento ampliará essa lista.

Uma das principais preocupações é em relação ao financiamento, pois o Fundeb (fundo essencial para garantir o funcionamento da educação pública em estados e municípios) acaba no ano que vem e precisará ser aprovado no Congresso. Outro receio é o possível fim da vinculação de recursos, o que pode tirar dinheiro que hoje é, obrigatoriamente, investido no ensino. Completam a lista de prioridades a implementação da Base Nacional Comum Curricular, melhoria da gestão escolar, incentivo à inovação e formação de professores.

Secretários estão preocupados não apenas com as grandes diretrizes, mas também com a paralisia de ações básicas. Independentemente do grupo que ganhará a queda de braço no MEC, há rotinas que precisam ser tocadas na máquina federal. Uma delas é o PAR (Plano de Ações Articuladas), por onde o ministério informa quais programas (e quanto) serão oferecidos para os estados e municípios. Os pedidos por recursos são feitos por meio de uma plataforma chamada Simec (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle). Estamos quase no final de março, e técnicos das secretarias reclamam que não estão conseguindo fazer os pedidos ao governo federal, o que compromete obras, compras de materiais e outras necessidades básicas.

Em sua coluna no “Estadão”, a jornalista Renata Cafardo enumerou outras ações em suspenso, como o atraso no edital de compra de livros didáticos do ensino médio e as diretrizes para avaliação da educação infantil, da alfabetização no 2º ano e de Ciências no 9º ano. Há no setor quem duvide que todos esses exames, previstos no calendário, realmente sairão do papel neste ano.

Após tantas trapalhadas em série - a maioria, diga-se, causadas por ele mesmo -, e sem autoridade sequer para nomear seu secretário-executivo, é surpreendente que o ministro Ricardo Vélez Rodríguez ainda permaneça no cargo. A indefinição sobre os rumos do MEC, causada pela guerra interna entre diferentes grupos, só agrava o quadro de paralisia no órgão que deveria estar justamente pactuando e apoiando ações com estados e municípios.

Um dos mais básicos princípios de gestão é a constatação de que, sem um mínimo de alinhamento dos principais atores a respeito dos grandes objetivos a serem alcançados, nenhuma organização - seja ela uma escola, uma empresa ou um ministério - consegue ser exitosa.

O núcleo duro do bolsonarismo, representado no MEC pelos seguidores de Olavo de Carvalho, está dobrando a aposta de confronto com os militares, o STF e a Câmara. Como a estratégia coloca em risco a aprovação da reforma da Previdência, até o mercado financeiro - que abraçou com entusiasmo a candidatura do ex-deputado - reage negativamente. O rumo que o presidente escolherá para o MEC dirá muito não só sobre a política educacional. Revelará, também, para onde ele pretende levar o governo.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS
REPÚBLICA DOS TOSCOS

Em menos de 100 dias, o MEC já trocou três vezes seu Secretário Executivo. O governo Bolsonaro ainda não mostrou, até agora, suas credenciais na Educação. Aliás, talvez seja melhor assim. Com todo o respeito.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Um milhão de alunos

Professores deixam salas de aula e viram estrelas da internet

A maior comunidade on-line dedicada exclusivamente à matemática no mundo reúne nada menos que 3,6 milhões de seguidores. Quem garante é o sujeito que a criou. “Se você juntar meu YouTube, meu Facebook e meu Instagram, vai chegar a esse número”, diz o professor Rafael Procópio. De fato, só o seu canal de vídeos, o Matemática Rio, contabiliza 1,5 milhão de inscritos. Algo que vai muito além das dezenas de alunos que ele ensinava em um colégio público na Vila Kennedy, no Rio.

Os números de Procópio também são respeitáveis quando comparados a canais de estrelas da internet que tratam de assuntos mais “amenos” que matemática, como moda ou maquiagem. Professores de sucesso em sala de aula estão se tornando influenciadores digitais, e Procópio é um bom exemplo desse fenômeno. Há três anos, tendo alcançado algum sucesso nas redes, deixou a escola onde trabalhava para impulsionar a carreira on-line. Ele é um edutuber, como são chamados os youtubers da Educação.

— As pessoas passaram a me reconhecer depois que fiz uma paródia em vídeo, com amigos, do funk “Quadrado de 8”, usando fórmulas matemáticas. Formamos o grupo “Bonde das matemáticas”, tivemos milhões de visualizações. As pessoas me apontavam na rua: “Olha lá o professor do bonde” — ri.

— Passei a dar palestras, criei uma plataforma própria de cursos.

A cada dia surge um novo edutuber, afirma Clarissa Orberg, gerente de parcerias estratégicas do YouTube Brasil. Há um programa de suporte aos canais: a partir de mil inscritos, o educador já pode monetizar os vídeos; com 10 mil, ele tem acesso às instalações da plataforma para gravar vídeos; com 100 mil, é elegível a ter um gerente de atendimento próprio no YouTube.

— Temos um projeto em parceria com a Fundação Lemann para organizarmos o conteúdo de educação feito pelos edutubers. O número de canais selecionados para essa plataforma, chamada YouTube EDU, mais do que dobrou de 2017 para 2018, passando de 150 para 350 — explica Orberg.

O YouTube dá tanta importância ao assunto que promoveu aqui no Brasil, no fim do ano passado, o Educon, um evento voltado só para os influenciadores da educação. Em workshops variados, especialistas trataram de técnicas de filmagem, monetização, engajamento, entre outros temas.

— Foram convidados cerca de 120 edutubers. Se você somar os seguidores de todos, dá 30 milhões de pessoas. É o número de habitantes de um país de tamanho significativo — afirma Malik Ducard, diretor global das áreas de educação e família do YouTube, que veio ao Rio para participar do encontro.

‘VOCÊ ESCREVE MUITO’

“Professor, você escreve bem, mas escreve muito. Faz um vídeo aí!”. Ivys Urquiza ouvia conselhos desse tipo com frequência de seus alunos virtuais e presenciais. Sua carreira na internet começou em 2011, quando ele resolveu criar um blog para falar sobre o Enem:

— Eu já estava familiarizado com o novo modelo proposto para o exame e virei referência para os candidatos. Quando você pesquisava “Física” e “Enem” no Google, o meu site era o primeiro a aparecer.

Alguns anos depois, seguindo a dica de “faça vídeos, não textos”, Ivys lançou o canal Física Total, que hoje conta com nada menos que 13 milhões de visualizações. Seu maior sucesso é um vídeo sobre vetores e operações vetoriais:

— Há públicos diferentes que assistem às aulas à distância. Os alunos em véspera de prova, por exemplo, recorrem aos vídeos curtos, que têm de três a cinco minutos. Mas as aulas mais completas também têm boa procura. A mais assistida do meu canal dura 37 minutos.

Além da diferença entre os que querem algo mais imediato e os que se preparam para provas como o Enem, há também a regionalização.

— Depois de algum tempo percebi que a maior parte do meu público era do interior. Acredito que o pessoal das capitais tem um suporte presencial maior — analisa o professor Carlos André, à frente do canal Química do Sucesso.

Em meio a uma maioria de professores homens na internet, Carina Fragozo, do English in Brazil, atualmente conta com 1 milhão de seguidores no YouTube.

— Há mesmo mais canais de homens. É curioso porque, na educação básica, a maioria dos professores é mulher... Acho que isso acontece porque meninos são encorajados a lidar com tecnologia desde cedo e têm mais facilidade em entrar nesse universo. E talvez as mulheres tenham mais receio de se expor — diz.

Carina deu aulas presenciais por dez anos em cursos e escolas e hoje, após ter concluído o doutorado, dedica-se exclusivamente ao canal: — Dou palestras, escrevi um livro que entrou na lista de mais vendidos da Amazon, faço publicidade para apps de idiomas nos quais confio. Os ganhos vêm da monetização dos vídeos, mas também da visibilidade que o canal traz.

topo ↕

FOLHA DE BOA VISTA - RR - VARIEDADES

Projeto sustentável beneficia famílias em vulnerabilidade

Alimentação saudável. Esse é um dos objetivos do projeto “Quintais Sustentáveis”, uma ideia que surgiu no lar Fabiano de Cristo [Unidade Casa de Timóteo] e ganhou parceria da Embrapa em Roraima com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

O projeto que existe há mais de um ano beneficia diretamente mais de dez famílias em situação de vulnerabilidade social e incentiva a adoção de hábitos alimentares mais

saudáveis, além da inclusão de alimentos pouco conhecidos como as plantas alimentícias não convencionais (PANCS).

Segundo Maria Fernanda, uma das coordenadoras do projeto, a ideia é qualificar famílias para produção sustentável de hortaliças, contribuindo com a diversificação e segurança alimentar e nutricional.

“A venda dos produtos foi uma grata surpresa do projeto. As famílias começaram a produzir tão bem que hoje podem até vender o excedente, resultando em uma feirinha às quintas-feiras na Embrapa em Roraima. Por enquanto, apenas funcionários têm acesso, mas a ideia está dando certo. Com novos parceiros e incentivos, podemos, sim, expandir,” disse Maria Fernanda.

O projeto também promove cursos e oficinas práticas sobre o cultivo orgânico e agroecológico, ensina diferentes formas para o aproveitamento dos alimentos e acaba criando uma rede comunitária que compartilha conhecimento. Para participar da iniciativa, as famílias também plantam em seus quintais e levam as produções para vender na feirinha.

A bolsista auxiliar do projeto Claudete Batista explica que as hortaliças são livres de agrotóxicos, o que incentiva a uma miniagricultura mais saudável.

“Os produtos têm até uma coloração mais bonita e são de colheitas feitas nos quintais das famílias incluídas no projeto. Futuramente, queremos realizar uma feirinha na cidade. É uma forma de divulgar o projeto. Esse é apenas o começo de tudo,” afirmou.

Ainda segundo a coordenadora Maria Fernanda, existe o impacto indireto às pessoas. Embora o projeto atenda formalmente um número de famílias, a estimativa é de que mais de 300 pessoas estejam envolvidas nos bons resultados dos quintais sustentáveis. Sil Gutierrez é uma delas.

“Sou imigrante e fui adotada dentro do projeto. Enquanto meus filhos são assistidos pela Casa Timóteo, planto no quintal da minha casa e venho à feirinha vender os produtos. Já apliquei o que aprendi com meus amigos e me dedico a cuidar das hortaliças,” comemorou Sil. (P.G.)

topo ↕

O POVO - CE - COLUNISTAS

"O professor é criminalizável", diz deputada do Escola Sem Partido

Em Fortaleza para lançar uma obra crítica ao feminismo, Ana Caroline

Campagnolo (PSL-SC) ficou famosa ao incitar alunos a filmarem "doutrinadores"

"Veja só, você nem ficou me xingando como os outros", comentou, ao final da entrevista, a deputada catarinense Ana Caroline Campagnolo (PSL). Famosa no ano passado após incentivar alunos a filmarem professores "doutrinadores", ela mantém o mesmo tom bélico nas pouco mais de 400 páginas de *Feminismo: perversão e subversão*, obra que lançou em Fortaleza no último sábado.

Questionada se mantém a ação de controle sobre o que é ensinado em sala, a professora-tornada-parlamentar não hesita: "foi o projeto principal da nossa campanha". No ano passado, Campagnolo foi questionada por associações do magistério e até pelo Ministério Público. Para eles, a medida é assédio e violação da liberdade de expressão dos professores.

"Dizer isso é absurdo. Ninguém tem direito a liberdade de expressão no exercício de uma função pública", rebate. "O professor, como funcionário público, é um agente do Estado, então ele tem de ser plural. A escola tem de ser um espaço para todas as opiniões".

Sobre a possibilidade de a medida "criminalizar" professores, sobretudo em um contexto de grandes dificuldades estruturais na educação brasileira, a deputada minimiza: "O professor é criminalizável, assim como o médico, carteiro, servidor da Justiça etc", afirma, negando ainda a possibilidade de a medida acabar só reforçando opiniões hegemônicas. "Recentemente, dois pais umbandistas ganharam uma ação na Justiça porque uma professora evangélica tentou catequizar um filho deles (...) vale para todos", afirma.

Ana Caroline Campagnolo defendeu ainda postura do atual ministro da Educação (MEC), Ricardo Vélez, que pediu que alunos de escolas públicas fossem filmados cantando o hino nacional. "Não vejo problema algum nisso. O hino é do Brasil, não pertence nem à esquerda, nem à direita", diz.

Indagada se a postura não acabaria criando uma espécie de autocensura entre professores e clima de perseguição nas salas de aula, a deputada do PSL questiona: "Mas não é bom que todo mundo pense duas vezes antes de falar?".

Ana Caroline Campagnolo esteve em Fortaleza no último sábado, a convite da vereadora Priscila Costa (PRTB), quando lançou obra crítica ao feminismo em evento com palestra no Café Patriota, na Aldeota.

"O movimento (feminista) quer negar uma identidade feminina e diz representar todas as mulheres do mundo. Isso não existe", diz.

Carlos Mazza

[topo](#)

LAPADA LAPADA - TEMPO REAL

Abertas no Rio inscrições para projetos que mudem ambiente escolar

Projetos criativos protagonizados por crianças e jovens, com apoio de educadores e que contribuam para melhorar e transformar o ambiente escolar ou a comunidade onde estão inseridos, já podem se inscrever na 5ª edição do Desafio Criativos da Escola, promovido pelo Instituto Alana, sediado no Rio de Janeiro.

As inscrições terminam no dia 30 de junho. Este ano, os grupos selecionados receberão como premiação uma viagem a Roma. Podem participar alunos dos ensinos fundamental e médio e educadores que desenvolvam projetos em escolas públicas e particulares, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs), coletivos e associações comunitárias, entre outras instituições, de todos os municípios brasileiros.

Em 2018, foram inscritos 1.654 projetos de todos os estados. As equipes premiadas viajaram para Fortaleza, onde participaram de oficinas e atividades culturais.

Critérios como protagonismo, empatia, criatividade, trabalho em equipe e potencial de transformação social são avaliados pelo Desafio Criativos da Escola para a escolha dos

premiados. Além da viagem, há prêmios para educadores responsáveis por equipes.

Projeto finalista

No ano passado, um dos projetos finalistas foi o Causa Mãe, criado por um grupo de estudantes da Pavuna, zona norte do Rio, com o objetivo de ajudar adolescentes a lidar com as questões relacionadas à gravidez precoce.

A iniciativa partiu de Bárbara dos Santos, 20 anos, que cursava o quarto semestre de Direito e se descobriu grávida. Por conta disso, o contrato de estágio não foi renovado.

Bárbara resolveu, junto com três colegas, criar uma rede de apoio para compartilhar experiências sobre a maternidade na juventude, reunindo jovens que tiveram ou não um bom suporte durante a gravidez. Em conjunto, elas debateram como a gravidez impactou vidas e sonhos.

Ajudadas pela organização não governamental (ONG) Agência de Redes para Juventude, o grupo realizou três encontros no segundo semestre de 2018, envolvendo mais de 50 mães.

O resultado foi a constituição de um grupo nas redes sociais para auxiliar na manutenção do diálogo e do apoio entre as participantes e formar um rodízio de voluntárias visando cuidar das crianças enquanto as mães estudam.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a média mundial de gravidez na adolescência é de 46 por mil partos de mulheres jovens, na faixa etária de 15 a 19 anos de idade.

No Brasil, os índices são mais elevados, chegando a 68 em cada mil partos. Instituto

O Instituto Alana foi criado em 1994 com a missão de “honrar a criança”. A organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, é mantida por rendimentos de um fundo patrimonial desde 2013.

Edição: Kleber Sampaio

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades

de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês,

polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Primeira travesti mestra pela UEM usa figura da drag queen para discutir educação mais receptiva às diferenças

Lua Lamberti de Abreu, de 24 anos, fez defesa performática da dissertação na sexta-feira (22), em Maringá, no norte do Paraná.

Primeira travesti a conquistar o título de mestra pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), no norte do Paraná, Lua Lamberti de Abreu, de 24 anos, usou na pesquisa a figura da drag queen para discutir uma educação mais receptiva às diferenças.

Em uma defesa de dissertação performática, na última sexta-feira (22), Lua foi montada de Galathea X, a drag queen dela. A jovem concluiu o mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM.

Formada em artes cênicas, Lua disse que considerou em sua pesquisa o fato de as pessoas trans não serem bem-vindas aos espaços da educação e abordou a inclusão ao invés da exclusão desses estudantes.

“É um fato que as pessoas trans não são bem-vindas nesses espaços educacionais. Nem na escola, nem na universidade, nem na pós-graduação. O fato de eu ser a primeira já ilustra isso. Porque não fui eu que inventei o mestrado, não fui eu que inventei ser travesti, portanto, onde estavam as outras?”, pontua.

Segundo a jovem, ela pensou na figura da drag queen, como alguém que usa a arte para agregar elementos externos e se “transformar” em uma pessoa diferente. Esta foi a forma encontrada pela pesquisadora para abordar uma possível transformação também na pedagogia, que chamou de “Pe-Drag-Ogia”.

“É pensar em formas inventivas de fazer uma pedagogia que seja convidativa e não violenta, que seja plural e não diferenciada – no sentido de diferenciar pessoas, no sentido de respeitar e positivar essas diferenças”, afirma.

A professora Eliane Maio, orientadora de Lua, explica que essa exclusão social, que pode começar na escola e levar as pessoas trans para as ruas, contribui para uma triste estatística: a estimativa média de vida de travestis é de 35 anos no Brasil, enquanto, segundo ela, a estimativa média de vida da população em geral chega a 80 anos.

“Como a escola vê essa pessoa drag? Como que se aprende a ser drag? Quem ensina e quem expulsa? Então o olhar do trabalho da Lua é isso: é dizer-se uma pessoa drag. E o que a escola tem feito nesse contexto? Atrapalhado, acolhido, expulsado?”, questiona.

De acordo com Eliane, há seis anos, ela colaborou com a criação de uma portaria na UEM, que possibilita o uso do nome social por estudantes trans. A professora destaca ainda que, até hoje, quatro travestis e um homem trans concluíram a graduação.

Lua, que iniciou o processo de transição para travesti justamente durante a graduação, afirma foi privilegiada porque recebeu muito apoio.

“Tive uma família que não me violentou, que me entende e que me aceita. São acessos que, infelizmente, nem todas as pessoas trans têm”, afirma.

Eliane destaca ainda a importância de dar visibilidade para as pessoas trans, e a luta dela para que as pessoas ocupem o lugar que querem ocupar.

“Quanto mais visibilidade, a gente vai rompendo estereótipos, preconceitos, paradigmas. A gente abre os olhos contra os preconceitos, isso é o mais importante”, disse.

E foi rompendo paradigmas que Lua usou na pesquisa dela uma metodologia feminista, na qual optou por autoras mulheres que discutem os temas abordados. Ela ainda convidou para a banca avaliadora da dissertação a doutora Megg Rayara Gomes de Oliveira, a primeira travesti negra conquistar o título de doutora na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em 2017.

“Ser diferente não é um problema – então a gente precisa entender as diferenças e não anulá-las e não normalizá-las. As pessoas não precisam ser corrigidas, elas precisam ser ensinadas, e para isso funciona a educação”, conclui Lua.

Dia Nacional do Orgulho Gay

Nesta segunda-feira (25), é comemorado o Dia Nacional do Orgulho Gay. Para Lua, mais que comemorar as conquistas, o dia é uma forma de honrar as pessoas que morreram justamente por fazerem parte de grupos minoritários, seja da comunidade LGBT, de movimentos feministas e antirracistas.

“É sempre uma luta de muita dor. A gente não faz movimento de orgulho porque a gente acha muito bonito ser quem a gente é. A gente faz porque a gente ainda acha importante ser quem a gente é, mesmo que as pessoas queiram a gente mortas por isso. Então, isso é político, isso é importante”, declarou a mestra.

Lua ainda pontua que é feita uma comemoração em um sentido mais carnavalesco para positivar as outras vidas e demonstrar que, mesmo com todas as dificuldades, ninguém

vai desistir de lutar.

Para a jovem, o fato de a defesa da dissertação de Lua ter acontecido perto do Dia Nacional do Orgulho Gay e no momento político atual, também teve um peso.

“Quer dizer que com todas essas investidas contra os direitos humanos, contra a questão LGBT, contra o estudo de gênero de maneira geral, a gente ainda assim faz um esforço de estar lá, de existir e de afirmar nossa presença, nosso lugar, nossa competência, nossa produção de ciência”, destaca.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Com três meses de governo, Ministério da Educação atrasa execução de diversos programas

O valor para cobrir essas despesas também não foi reservado dentro do Orçamento

Prestes a completar 100 dias, o Ministério da Educação do governo Bolsonaro ainda tem programas e ações que não tiveram o pagamento de um centavo sequer autorizado. O valor para cobrir essas despesas também ainda não foi reservado dentro do Orçamento.

A informação consta da resposta a um requerimento de informações do deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo, a Ricardo Vélez.

Valente perguntou a Vélez no requerimento sobre o orçamento de dez programas.

Na resposta, o MEC afirma que, entre as ações sem pagamento autorizado, estão a compra de veículos de transporte escolar, a gestão dos hospitais federais das universidades, os recursos para a educação básica, e as iniciativas de diversidade e direitos humanos.

Procurado, o Ministério da Educação afirmou que "a execução dessas ações não ocorre de forma linear".

A pasta ainda disse que os recursos dos programas serão pagos "no decorrer do exercício financeiro, submetendo-se às regras e restrições eventualmente impostas aos gastos do governo federal".

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Inchaço de verba de universidade pública não teve contrapartida, diz Claudio Haddad

Claudio é fundador do conselho deliberativo do Insper, que completa duas décadas São Paulo

O orçamento das universidades públicas aumentou muito no Brasil sem a contrapartida de resultados, como a presença do país nos rankings das cem melhores instituições do mundo.

A opinião é de Claudio Haddad, 73, fundador e presidente do conselho deliberativo do Insper, instituto de ensino superior e pesquisa sem fins lucrativos, que completa duas décadas neste mês.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/inchaco-de-verba-de-universidade-publica-nao-teve-contrapartida-diz-claudio-haddad.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

A reforma da Previdência e o futuro do magistério

A imprevidência no caso da questão previdenciária dos professores poderá imobilizar o financiamento da educação nas três próximas décadas e tornar inviável a possibilidade criar carreiras capazes de atrair jovens com o perfil necessário para promover o necessário salto de qualidade. A janela de oportunidade que se abriu pode converter-se em janela de calabouço. A chance é única. As grandes decisões estão nas mãos do Ministério da Economia e do Congresso Nacional. Caberá a eles dizer se a educação continuará a ser tratada com base no corporativismo ou como vetor para a formação de capital humano. Vamos aos fatos.

Hoje temos no Brasil cerca de 42,3 milhões de brasileiros entre 4 e 17 anos, faixa de idade para o ensino obrigatório. Desse total, 15% estudam em escolas privadas. Resta um contingente de 35,94 milhões de alunos no setor público. Se considerarmos uma média de 25 alunos por classe, teremos a necessidade de 1.437.680 turmas – hoje temos aproximadamente 1,42 milhão de turmas. Portanto, estamos próximos da realidade. Para atender essa população temos um total de 2,1 milhões de professores, dos quais cerca de 1,2 milhão são efetivos. Aproximadamente 600 mil docentes trabalham em mais de um turno. Assim, temos um total de 2,8 milhões de contratos para 1,4 milhão de turmas, ou seja, um professor contratado para cada duas turmas.

Nos próximos 12 anos a população escolar vai se reduzir sensivelmente. Em 2030 teremos uma demanda de aproximadamente 37,6 milhões de alunos da pré-escola ao ensino médio. Mantendo constante a matrícula do ensino privado, a demanda pela escola pública cairia para 83% desse total, ou seja, cerca de 31,3 milhões de alunos, que poderão ser atendidos em 1,254 milhão de turmas. A demanda será inferior à atual e poderia ser facilmente suprida pelo contingente de professores efetivos já existentes, trabalhando em um único turno.

Consideremos agora a questão previdenciária. Do total de 1,2 milhão de professores efetivos, cerca de 60% poderão aposentar-se nos próximos 15 anos – dependendo do que dispuser a lei. Em média, essas pessoas terão mais 25 a 30 anos de vida. Grosso modo, podemos prever que o contingente de professores aposentados, nos próximos 30 anos, será de aproximadamente 1 milhão – quase o mesmo total de professores ativos necessários para atender plenamente à demanda.

Onde está o problema? E onde está a oportunidade?

O problema é a conta da Previdência: a maioria dos Estados e municípios não dispõe de sistemas previdenciários minimamente adequados. A folha de pagamentos dos professores hoje é de aproximadamente R\$ 175 bilhões – 70% dos gastos de Estados e municípios com educação. Nas próximas três décadas o custo da folha dos aposentados não será inferior a R\$ 100 bilhões por ano e pelas regras atuais crescerá na mesma proporção da folha dos ativos. Só que não há Fundeb para pagar essa conta. Esse valor de R\$ 100 bilhões representa 1,5% do produto interno bruto (PIB). Se esse raciocínio valer para outros grupos, o PIB nacional seria distribuído para 30% da população,

ficando o restante com nenhum real. A conta ainda poderá ficar mais salgada se, neste momento de transição demográfica, o Ministério Público continuar a insistir na efetivação dos professores temporários, contrariando o princípio da razoabilidade e ignorando a realidade demográfica.

Vejam agora a janela de oportunidade. No agregado, hoje temos um número suficiente de professores. Se, em média, eles trabalham 30 anos, precisaremos de pouco mais de 30 mil professores por ano. No curto prazo, isso poderia ser suprido se apenas 30% dos professores dobrassem sua carga horária, o que já corresponde à realidade. Portanto, nem no curto nem no médio prazo existe uma carência gigantesca de professores no nível agregado.

Por outro lado, as políticas em vigor andam na contramão da eficiência. Como vimos anteriormente, temos dois professores para cada turno de aulas – o ideal seria algo próximo a um. Portanto, hoje já gastamos o dobro do necessário ou, visto de outra forma, poderíamos dobrar o salário dos professores se fôssemos 100% eficientes. Ao mesmo tempo, temos mil cursos de pedagogia e licenciatura com 1,5 milhão de alunos matriculados e aproximadamente 240 mil alunos concluintes por ano sem nenhuma perspectiva de emprego.

A oportunidade, portanto, é clara. As próximas gerações terão mais chance de acesso a uma educação pública de qualidade se os professores tiverem um regime previdenciário semelhante ao dos demais contribuintes. Finalmente, a reforma também deveria criar espaço para equacionar o déficit previdenciário de Estados e municípios.

Se o Ministério da Economia fizer o dever de casa e os deputados votarem a favor das crianças que estão nascendo e vão nascer, surgirá a oportunidade de redefinir as carreiras e a formação docente. Considerando as distorções de fluxo escolar e a redução demográfica, no curto prazo seria essencial poder contar com o mecanismo das contratações provisórias. Para o médio e o longo prazos, duas medidas adicionais poderiam contribuir para tornar viáveis saídas virtuosas para o atual círculo vicioso: a instituição de carreiras semipermanentes para o magistério e a mudança nas condições de acesso ao magistério. Um estudo da OCDE mostra que nos 19 países de melhor desempenho educacional há poucos pontos em comum no que diz respeito à carreira dos docentes. Mas dois deles se destacam: os professores são recrutados entre os 30% melhores alunos do ensino médio e os sistemas de formação são totalmente diferentes. Ou seja, o mais urgente é mudar o perfil de recrutamento.

O futuro do capital humano do País está na educação. E o futuro da educação está nas mãos dos responsáveis pela reforma da Previdência e pela negociação das dívidas dos Estados e municípios.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

Pós-graduação em e-commerce foca atualização tecnológica

Curso em SP quer acompanhar rápida evolução do mercado, que vê deficiências na formação profissional

Com o avanço da tecnologia, diversas portas foram abertas para empreender em um novo negócio ou aumentar a operação de uma empresa no mundo digital. Nesse contexto, o segmento de e-commerce tem se tornado uma das principais apostas para novos empreendedores e gigantes do mercado. Nesta semana, foi a vez de a rede

espanhola Zara inaugurar seu ecommerce no Brasil, parte de uma estratégia global da empresa, que busca até 2020 estar com uma plataforma online em cada um dos 96 países em que está presente.

Esse mercado faturou R\$ 53,2 bilhões em 2018, com alta nominal de 12% ante 2017, e tem previsão de crescimento de 15% para este ano, segundo dados da Ebit, empresa brasileira de certificação e inteligência para o mercado do ecommerce. A formação profissional para se trabalhar na área, porém, é um problema enfrentado pelas empresas.

De olho nesse vácuo do mercado, em que a concorrência está mais acirrada e novas qualificações são requisitadas, a Fundação Instituto de Administração (FIA), em São Paulo, lançou a pós-graduação em desenvolvimento e gestão de negócios no e-commerce, para capacitar gestores de empresas e empreendedores para a criação, o desenvolvimento e o crescimento de negócios no ambiente digital.

“Existe uma defasagem de formação, por esse ser um tema novo (e-commerce) e isso está segurando o segmento para crescer ainda mais”, afirma Pedro Teberga, coordenador e professor da pós-graduação, cujas aulas começam na próxima semana e duram 12 meses.

O curso vem se juntar a outras iniciativas do universo acadêmico para suprir a demanda do mercado. Senac e FMU também oferecem pós-graduação voltada para e-commerce, desde 2016 e 2017, respectivamente. Já a ESPM e a Fundação Getulio Vargas têm cursos de curta duração (uma semana) para especialização na área.

Para o presidente do Conselho de Comércio Eletrônico da Fecomercio-SP, Pedro Guasti, o mercado de e-commerce é uma “ciência completa”, que engloba conhecimentos que vão desde contabilidade até o comportamento do consumidor. Uma vez que a maioria dos profissionais do mercado é formada em áreas distintas, diz ele, é fundamental haver cursos específicos para o nicho.

“É um mercado muito dinâmico, 80% das coisas que vemos hoje não existia há cinco anos. Por isso é importante fazer cursos para estar antenado em todas as frentes”, diz Guasti.

Mercado. Para o coordenador Pedro Teberga, o diferencial da pós-graduação da FIA é justamente essa aproximação com o mercado, para que as mudanças constantes sejam assimiladas rapidamente. “Não é um conteúdo como finanças, que pode ser replicado da mesma forma por 20 anos, já que as regras são praticamente iguais.”

Para isso, a FIA trouxe grandes empresas da área – como Vtex, Betalabs e Apis3 – não só para auxiliar no desenvolvimento do programa, mas também para ministrar aulas. No curso, os alunos deverão estudar disciplinas como direito digital aplicado ao e-commerce e à experiência do usuário: usabilidade e layout, e administração financeira no e-commerce, com uma mescla de conceitos tecnológicos e administrativos.

Um dos professores será Felipe Dellacqua, sócio e diretor da Vtex, multinacional de tecnologia para o varejo digital fundada em 1999 e que atua em 28 países. Segundo Dellacqua, uma das dificuldades do setor é justamente contratar pessoas qualificadas para operações digitais.

“Aceitamos a parceria (com a FIA) porque queremos contribuir com o mercado em que atuamos, para a geração de profissionais qualificados para tapar esse gap”, diz ele, que tem como clientes marcas como C&A, Coca Cola, Sony, Havaianas e Nestlé.

topo ↕

O GLOBO - RJ - EDITORIAL

MEC continua distante da agenda dos reais problemas da educação

Não falta trabalho a ser feito pelo ministro e equipe, que perdem tempo em pregações ideológicas

A parcela ideológica do governo Bolsonaro tem passado por surtos de hiperatividade. Os mais frequentes ocorrem no Ministério da Educação (MEC), em que Ricardo Vélez Rodríguez ainda não conseguiu estabelecer uma agenda de trabalho voltada ao combate dos reais problemas do setor, que não são poucos nem pequenos.

O ministro já produziu reações negativas ao fazer comentários ácidos sobre o turista brasileiro no exterior. E recebeu críticas ainda maiores quando despachou circular para as escolas públicas, a fim de que, no primeiro dia de aula, todas seguissem um rito capaz de lembrar os ares do Estado Novo de Getúlio e a ditadura militar de 64 a 85: hastear a Bandeira Nacional e cantar o Hino, sendo lido um texto que finalizava com o slogan da campanha do presidente Bolsonaro.

Para agravar a determinação, eram pedidos vídeos dos alunos na solenidade, a serem enviados à assessoria de imprensa do MEC ou à Secretaria de Comunicação da Presidência. Havia uma indisfarçável e descabida intenção de usar o material com finalidade de propaganda. Ocorreram recuos, mas tudo continuou na mesma no MEC, em meio à intensa briga de grupos bolsonaristas.

O ministério se mantém subordinado a preocupações ideológicas. Este tem sido um costume do próprio presidente Bolsonaro, em toda a sua carreira política. Difícil mudar agora, mas é imprescindível fazer a sintonia de áreas do governo com temas concretos. É preciso um esforço, ao menos em setores-chave, como o MEC.

A última da série são comentários do procurador da Justiça de Santa Catarina, Gilberto Callado de Oliveira, representante da sociedade civil numa comissão criada para analisar o questionário do Enem, exame do ensino médio, criticado por Bolsonaro na campanha.

Callado considera os professores “corrompidos”, as universidades, contaminadas pelo “esquerdismo” e o Supremo, inimigo da família. A liberdade de expressão garante ao procurador dizer o que pensa. A questão é o risco de o Enem ser contaminado por uma visão oposta ao “esquerdismo”, mas também distante da necessidade de o universo do ensino ser um espaço aberto ao aprendizado.

Nos governos do PT, também havia áreas entregues à militância sectária. Como agora, aparelhamento sustentado pelo dinheiro do contribuinte. Enquanto isso, faltam ações para enfrentar com vigor a má qualidade do ensino médio, para o qual há uma reforma a ser implementada; e existe o essencial Currículo Único também a ser colocado em prática. Duas tarefas que ocupariam melhor o tempo do ministro e equipe.

topo ↕

O GLOBO - RJ - RIO

Estado perdeu 62 mil alunos do 6º ao 9º ano em três anos

Encolhimento foi de 10% nas redes públicas. União dos Dirigentes Municipais de Educação diz que cortes deixam crianças fora da escola

O segundo segmento do ensino fundamental — do 6º ao 9º ano — das redes públicas encolheu 10% nos últimos três anos. De 2016 a 2018, foram 62 mil alunos a menos — uma queda puxada principalmente pelo governo do estado, que fechou 40 mil vagas. Na avaliação do secretário de articulação da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e secretário municipal de Educação de Queimados, Lenine Lemos, esses cortes deixaram crianças sem estudar.

—Os municípios não estavam preparados para receber esses alunos que o estado deixou de atender — disse.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a responsabilidade pelo segundo segmento é compartilhada entre as prefeituras e o estado. Nos últimos anos, a Secretaria estadual de Educação acelerou a transferência de seus alunos para as prefeituras. Os colégios do estado tinham 191 mil alunos em 2016. O número caiu para 151 mil no ano passado. As redes municipais também tiveram queda no período: de 471 mil para 449 mil.

—No ano passado, combinei com o estado que assumiria dez turmas de 6º ano e eles ficariam com quatro turmas de 9º ano. Até agora, não abriram uma vaga. Temos 60 alunos ainda fora da escola — reclama Stella Salomão, secretária municipal de Angra dos Reis.

Outras cidades também não estão conseguindo absorver os alunos do estado.

— Se formos pegar todas as turmas, nossa folha salarial ultrapassará o limite indicado pelo Tribunal de Contas — diz Lia Alcântara, secretária de Educação de São Fidélis.

Diante das dificuldades dos municípios, a Secretaria estadual de Educação decidiu interromper o processo de municipalização a partir de agora. Hoje, o estado também tem problemas: ele não consegue atender todos os alunos do ensino médio, etapa que é exclusivamente de sua responsabilidade. No começo do ano letivo, faltavam 20 mil vagas. O déficit foi reduzido, segundo o governo, para seis mil.

Mas a presença do estado no segundo segmento ainda é forte até mesmo em cidades com receitas mais altas. Cinco dos nove municípios com mais de R\$ 1 bilhão de orçamento têm mais de 50% da rede atendidos pelo governo fluminense. Niterói e Nova Iguaçu, por exemplo, têm 63% e 56% dos alunos, respectivamente, ainda em colégios estaduais.

— O Ministério Público recomendou que concentrássemos nossos esforços na educação infantil e no primeiro ciclo de ensino fundamental — afirmou Virgínia Rocha, secretária municipal de Educação de Nova Iguaçu.

Já a prefeitura de Niterói alegou que está trabalhando para universalizar a educação infantil.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Militarização

Estados antecipam-se a governo federal e investem em escolas com gestão compartilhada

BRASÍLIA-Meninas de coque, meninos de cabelo curto. Todos com camiseta branca por dentro da calça jeans. Na formação em fila, antes de seguirem para a sala de aula, os estudantes se organizam em "pelotões". Gritos de "Sentido!" e "Descansar!" se alternam. De microfone em punho, o subtenente da PM Moreira Mendes diz que "a missão é contribuir para a vida dos senhores", dirigindo-se a alunos ainda não acostumados à nova rotina do Centro Educacional 1 da Estrutural.

A escola, localizada a 20km do centro de Brasília, conta com 1.028 alunos do ensino fundamental e é uma das quatro do Distrito Federal que foram "militarizadas" neste ano pelo governo de Ibaneis Rocha (MDB). Ele promete implantar o modelo em outros 36 colégios.

O movimento é acompanhado por ao menos outras dez unidades da Federação, segundo levantamento do GLOBO. São estados que vão iniciar ou expandir a rede de escolas públicas de gestão compartilhada com instituições militares. Em geral, a parceria é com a PM, mas há iniciativas com o Corpo de Bombeiros, como no Rio.

Dois Colégios do Corpo de Bombeiros Militar, um em Volta Redonda e outro em Miguel Pereira, em antigos Cieps, terão suas aulas inaugurais na terça-feira. Eles funcionarão em horário integral. No estado, há ainda outras iniciativas isoladas de parceria da secretaria de Segurança Pública com redes municipais de educação.

Dos 15 estados que responderam à consulta, apenas cinco afirmaram não se interessar pelo modelo. Os projetos são todos tocados por conta própria pelos governos locais, enquanto o Ministério da Educação prepara um programa de fomento ao que chama de escolas cívico-militares, promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro. O MEC foi procurado, mas não respondeu ao GLOBO.

A divisão de tarefas nas escolas que funcionam no modelo tem sido a mesma país afora: as secretarias de Educação cuidam da parte pedagógica, com professores e profissionais de apoio, e os militares assumem postos na diretoria, administração e equipes de inspeção disciplinar. O pagamento dos militares fica sempre por conta das secretarias de Segurança Pública.

Não é raro o colégio militarizado também receber investimentos para recuperação de infraestrutura e compra de equipamentos. No DF, cada unidade deverá receber R\$ 200 mil este ano. Entre 20 e 25 PMs ou bombeiros reforçarão o quadro de funcionários de cada colégio com gestão compartilhada. Também foi pedido um repasse de R\$ 10 milhões ao MEC para a expansão do modelo. Fontes do ministério afirmam que o DF tem todas as condições de ser parte destacada da parceria.

PLANOS PARA SUZANO

O ministro da Educação também defende a militarização da escola pública Raul Brasil, de Suzano, palco do atentado que deixou 12 mortos no último dia 13, incluindo os dois atiradores. Ricardo Vélez Rodríguez anunciou nas redes sociais que vai se encontrar amanhã com o prefeito da cidade paulista para estudar a viabilidade do modelo cívico-

militar na unidade.

Um dos aspectos mais controversos do novo modelo é justamente o argumento, por defensores da iniciativa, de que alunos, professores e funcionários teriam uma maior segurança em ambiente militarizado.

Doutora em Educação e professora da Universidade de Brasília (UnB), Catarina de Almeida Santos considera um erro usar a tragédia de Suzano como exemplo no debate sobre os resultados da militarização das escolas:

— Da mesma forma, se o atentado tivesse ocorrido em uma escola militarizada, seria doentio da parte de quem é contra o modelo apontar esse aspecto para fazer conjecturas. Suzano é um caso atípico que não serve de parâmetro.

Já a professora Estela Accioly, diretora pedagógica da escola na Estrutural, acredita que a presença de policiais em colégios minimizaria efeitos de episódios como o de Suzano. Não apenas porque os PMs têm treinamento e arma de fogo para barrar um atirador, mas também, segundo ela, por um maior monitoramento dos alunos.

— É um olhar a mais para observar alunos que podem ser vítima de violência ou de auto-mutilação. A presença dos policiais já tem ajudado muito na escola neste sentido.

Mas já há reação no setor educacional a métodos disciplinares considerados rígidos, mecanismos de seleção de alunos e riscos de interferência na parte pedagógica. Na escola da Estrutural, a farda no estilo militar que os alunos irão receber ainda não havia chegado. Mas bermudas extravagantes, batons de cores fortes, piercings e brincos chamativos foram proibidos.

A diretora conta que a comunidade escolar votou em peso a favor da entrada da PM na gestão da escola. Consultas também foram feitas nas outras três unidades do DF recentemente militarizadas. O Sindicato dos Professores protestou.

REGRAS E 'PROPÓSITO'

Com perfil de aluno aplicado, Arthur Moraes de Souza diz não se incomodar com as novas regras. Sorteado como "xerife" da sala na semana — uma espécie de assistente do professor —, o garoto de 11 anos se levanta a cada troca de aula, vai ao quadro-negro e bate continência ao docente que chega. O resto da turma também tem que ficar de pé, não sem algumas queixas balbuciadas e expressões faciais de tédio.

— Deu um pouco de vergonha de errar nas primeiras vezes, mas estou gostando. Quando o professor sai, cuido para a sala ficar em silêncio — diz Arthur, que cursa o 6º ano.

Para Moreira Mendes, monitor disciplinar na escola da Estrutural, a recepção à moda militar aos professores pode parecer um gesto banal, mas carrega um propósito:

— Os alunos passam a enxergar o professor de outra forma. O gesto mostra que ali está a maior autoridade dentro da sala de aula. Além de criar o senso de responsabilidade nos xerifes.

Catarina de Almeida Santos discorda. De acordo com ela, as teorias pedagógicas modernas colocam o professor como mediador do conhecimento, com o "respeito" no lugar do "medo":

— Não é na lógica do quartel que os alunos aprenderão a ter respeito. O ambiente propício para a aprendizagem é aquele em que os estudantes recebem o professor com alegria e sem receio de fazer perguntas — defende Catarina.

Para a professora da UFGO Miriam Fábila Alves, diretora da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, o que, de fato, colabora para a melhoria das escolas são investimentos, e não a militarização: — Com mais dinheiro e pessoal, renovação de infraestrutura e equipamentos, não precisaríamos da polícia.

Estudiosa do modelo adotado em Goiás, o maior do país, com 60 unidades (5,36% da rede pública estadual), ela diz ser falsa a divisão de atribuições:

— Os demais processos interferem na parte pedagógica. Não há gestão compartilhada, mas uma gestão militar. A gestão participativa (com voz dos alunos, funcionários e pais) está sendo destruída — afirma, sobre a realidade goiana.

Outra crítica às escolas militarizadas são as regras pouco claras para seleção dos alunos. A exclusão dos que burlam o código disciplinar, direcionados para outras unidades, é uma delas — medida que os demais colégios da rede não podem tomar.

No Mato Grosso, as sete escolas com gestão compartilhada fazem processo seletivo, com provas de português e matemática. Nas do Paraná, para ingresso no início das etapas ofertadas (6º ano do ensino fundamental e 1ª série do médio), metade das vagas é destinada a filhos de PMs (da ativa e da reserva). Há estados em que os militares selecionados para as escolas são da ativa, mas no DF são chamados os da reserva ou com dispensa médica. A PM informou que os policiais com restrição psicológica não são recrutados.

*Colaboraram Paula Ferreira e Raphael Kapa

[topo](#)

CARTA CAPITAL - SP - A SEMANA

Educação/ Enem sob censura

O MEC cria comissão para “adequar” questões do exame, que desde 1998 era feito sem interferência do governo

Os censores foram escolhidos por Vélez Rodríguez

Pela primeira vez em 22 anos, o Exame Nacional do Ensino Médio, conhecido pela sigla Enem, será submetido a uma comissão para “avaliar” o conteúdo da prova, usado na admissão de universidades federais. Entre os censores escolhidos pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, figura o seu ex-aluno Marco Antônio Barroso Faria, hoje secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior no MEC.

Apesar de os integrantes da comissão terem o poder de vetar questões, a pasta nega tratar-se de censura. O objetivo, emenda, é “assegurar um perfil consensual do exame”. Ao que tudo indica, a ideia partiu do presidente Jair Bolsonaro. Ele não gostou de uma pergunta do último Enem que mencionava um dialeto usado por transexuais e prometeu,

na edição deste ano, ver a prova antes de ser aplicada aos alunos, outro fato inédito.

Não é difícil imaginar o critério que deve nortear a turma. Recém-indicada para o cargo de secretária-executiva do MEC, a pastora Iolene Lima apresentou a sua peculiar visão sobre educação durante uma entrevista em 2014, que voltou a circular na internet após a sua nomeação. “Numa cosmovisão cristã, o aluno vai aprender que o autor da História é Deus, o realizador da Geografia é Deus. Deus fez as planícies, Deus fez o relevo, Deus fez o clima”, resumiu a número 2 do MEC.

topo ↕

TRIBUNA DO NORTE - RN - COLUNAS

National Geographic

Os estudantes e curiosos têm uma boa oportunidade de consultar a Revista National Geographic pelo Portal de Periódicos disponibilizado pela **CAPES**. Os números da revista estão disponíveis ao público desde a primeira edição, de 1888. Por meio do acordo da **CAPES** com a editora responsável pela publicação, todo IP brasileiro terá acesso ao conteúdo, em inglês, naturalmente.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina Tavares, Pesquisa, Unicamp

Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes, disse a professora Maria Cristina Tavares - Divulgação Unicamp

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas

de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

AGORA - RS - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país íbero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No

departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina Tavares, Pesquisa, Unicamp

Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes, disse a professora Maria Cristina Tavares – Divulgação Unicamp

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

A REDAÇÃO - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

São Paulo - O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo

oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores
“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

A TARDE - BA - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

BAHIA NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

De acordo com a Agência Brasil, apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica

e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

MAIORIA E MINORIA

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

BLOG DO ELIOMAR - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de

48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo 

CORREIO WEB - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

País lidera ranking dos Estados Ibero-americanos com maior porcentagem de publicações assinadas por mulheres

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

Continua depois da publicidade

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

Continua depois da publicidade

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

COXIM AGORA - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na

direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - PE - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

[topo](#) ↕

DIÁRIO ONLINE - TEMPO REAL

Matemática da UFPB entra no top 300 do mundo

Departamento de Matemática da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)O Departamento de Matemática da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) subiu 200 posições na edição 2018 do Ranking de Xangai e entrou no ‘top 300’ do mundo e no ‘top 3’ do país, ficando atrás apenas dos da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Da Região Nordeste, é o único que aparece na classificação. Em 2017, foi “top 500” do planeta e “top 5” do Brasil.

“Subimos essas posições devido à política de internacionalização da UFPB e do departamento; ao aumento da produtividade acadêmica, que repercute no banco de dados das plataformas da área; e à melhora dos nossos recursos humanos”, avalia Fagner Araruna, coordenador do Programa de Pós-graduação em Matemática da UFPB no último ano.

Segundo Araruna, o programa, em associação à Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), é o mais produtivo do país, de acordo com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, conforme resultado final da Avaliação Quadrienal 2016.

As pesquisas são voltadas, principalmente, para os campos de análise, de álgebra, de geometria/topologia e de probabilidade. “Estamos pleiteando curso de doutorado exclusivo para a UFPB. A decisão sairá neste mês”, adianta, entusiasmado, o docente.

Joedson Santos, atual chefe do departamento, destaca, nas atividades de extensão, ações como a Olimpíada Pessoaense de Matemática, da qual participam estudantes das redes pública e privada de ensino; e o Ciclo Paraibano de Palestras de Divulgação da Matemática (Ciclomat), direcionado, especialmente, a professores da rede pública. As apresentações da segunda edição, abertas ao público, ocorrerão neste sábado (23), das 8 às 18h.

O Ranking de Xangai, nome pelo qual é conhecido o Academic Ranking of World Universities, é uma classificação geral e por áreas do conhecimento de instituições de ensino superior de todo o mundo. Os campos de estudo são avaliados de acordo com o número de artigos publicados, sobretudo por periódicos de impacto, quantidade de citações, colaborações internacionais e prêmios.

Perfil do departamento

Criado em 1961, o Departamento de Matemática da UFPB (foto) é formado, hoje, por 260 estudantes de licenciatura e de bacharelado, por 100 mestrandos e doutorandos e por 55 docentes, dos quais 12 são bolsistas de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Oferta, por ano, 50 vagas para graduação, via Sistema de Seleção Unificada (Sisu) do Ministério da Educação (MEC), e 90 para cursos de mestrados acadêmico e profissional e de doutorado. Mais informações podem ser obtidas por meio do site da unidade de ensino ou pelo telefone (83) 3216.7434.

topo ↕

FOLHA PA - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina Tavares, Pesquisa, Unicamp Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes, disse a professora Maria Cristina Tavares - Divulgação Unicamp Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisa. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz. A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses

olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

Dê sua opinião sobre a qualidade do conteúdo que você acessou.

Para registrar sua opinião, copie o link ou o título do conteúdo e clique na barra de manifestação.

Você será direcionado para o "Fale com a Ouvidoria" da EBC e poderá nos ajudar a melhorar nossos serviços, sugerindo, denunciando, reclamando, solicitando e, também, elogiando.

topo 

FORTE NA NOTÍCIA - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente.

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

De acordo com a Agência Brasil, apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

MAIORIA E MINORIA

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem,

criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

GAZETA ONLINE - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

MENOS PESQUISADORES PUBLICAM

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017.

A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

MAIORIA ENTRE ESTUDANTES, MINORIA ENTRE PROFESSORES

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

HOJE EM DIA - MG - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se

você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

IMIRANTE - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

BRASÍLIA - O Brasil é o país íbero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

ISTOÉ DINHEIRO - SP - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina Tavares, Pesquisa, Unicamp

Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes, disse a professora Maria Cristina Tavares – Divulgação Unicamp. Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e

questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país íbero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina Tavares, Pesquisa, Unicamp

Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes, disse a professora Maria Cristina Tavares – Divulgação Unicamp

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

JORNAL DO BRASIL - RJ - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres. Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil. Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes, disse a professora Maria Cristina Tavares - Divulgação Unicamp

O Brasil é o país íbero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação

(MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

MONEY TIMES - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país íbero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

Algo parecido com o que aconteceu no último ciclo de alta da Bolsa está prestes a se repetir. Veja como é possível ganhar até +2.691% com estes ativos

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Estratégia Luiz Barsi: As ações da Cielo já estão atraentes?

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenheiras estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores
“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

O HOJE - NOTÍCIAS

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

Apesar de serem a maioria entre estudantes, as mulheres são minoria entre professores

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas

de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres. (Agência Brasil)

[topo](#)

O POVO - CE - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de

Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja

uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

O PRESENTE - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

MENOS PESQUISADORAS PUBLICAM

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017.

A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

MAIORIA ENTRE ESTUDANTES, MINORIA DE PROFESSORES

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

PAINEL NOTÍCIAS - AL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes, disse a professora Maria Cristina Tavares - Divulgação Unicamp

O Brasil é o país íbero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina

Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

[topo](#)

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de

48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina Tavares, Pesquisa, Unicamp

Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes, disse a professora Maria Cristina Tavares – Divulgação Unicamp

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias

universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo 

PORTAL TUCUMÃ - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país íbero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português,

web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil Medicina é a que conta com a maior parte das autoras. Desafio continua ser atrair meninas para as áreas de ciências e tecnologia

O Brasil é o país íbero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Lugar de menina é nas ciências exatas e na tecnologia

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Professora usa sucata e tecnologia para mudar a vida de alunos em SP

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de

mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

PublicidadeFechar anúncio

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina Tavares, Pesquisa, Unicamp

Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes, disse a professora Maria Cristina Tavares - Divulgação Unicamp

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento,

as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

TESOURO INVEST - TEMPO REAL

Bloqueio no orçamento faz verba para custeio e investimentos ser a menor dos últimos dez anos

Bloqueio no orçamento faz verba para custeio e investimentos ser a menor dos últimos dez anos | – G1

O bloqueio no orçamento anunciado pelo governo nesta sexta-feira (22) fará com que a verba para custeio e investimentos seja a menor desde 2008, quando começou a série história do Tesouro Nacional.

Ao todo, o bloqueio anunciado é de R\$ 29,7 bilhões e, segundo a equipe econômica, o objetivo é garantir o cumprimento da meta fiscal deste ano.

Com a medida, explicou o secretário de Fazenda do Ministério da, Waldery Rodrigues Júnior, o limite dos gastos discricionários (não obrigatórios) caiu de R\$ 129 bilhões para R\$ 90 bilhões neste ano (veja no gráfico abaixo).

O governo afirma que buscará reverter o bloqueio e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

Efeitos nos serviços públicos

Se for confirmado o teto de R\$ 90 bilhões para as despesas não obrigatórias, podem faltar recursos para alguns serviços do governo.

Em 2017, por exemplo, quando o teto era de R\$ 117 bilhões, a impressão de passaportes e as fiscalizações contra o trabalho escravo chegaram a ser suspensas ou reduzidas. Também houve redução nos recursos para as universidades federais.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos deve ficar acima de R\$ 75 bilhões. Assim, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

Esse seria o piso necessário, de acordo com o órgão, para evitar o chamado “shutdown” da máquina pública ou “desligamento”, por meio do qual o governo tem o funcionamento prejudicado e não consegue produzir alguns serviços públicos para a sociedade.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para “todos os indicadores disponíveis”, a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de

R\$ 120 bilhões é “muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática”.

Entre os gastos não obrigatórios, estão:

Investimentos em infraestrutura;
Ações de defesa agropecuária;
Bolsas do CNPq;
Concessão de bolsas de estudo (**Capes**);
Pronatec;
Emissão de passaportes;
Farmácia popular;
Fiscalização ambiental (Ibama);
Bolsas para atletas;
Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;
Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).
Segundo analistas, entre os principais gastos afetados pela redução das despesas discricionárias geralmente estão os investimentos públicos em infraestrutura, que, em 2018, atingiram o menor patamar em dez anos, somando R\$ 27,8 bilhões.

O que diz a equipe econômica

Ao anunciar o bloqueio no orçamento de 2019, o secretário especial de Fazenda do Ministério da, Waldery Rodrigues Júnior, afirmou que o governo buscará reverter esse corte no decorrer deste ano.

Para isso, espera contar com recursos decorrentes do crescimento da, da privatização da Eletrobras e da cessão onerosa (contrato firmado entre Petrobras e União, cujo excedente pode render cerca de R\$ 100 bilhões neste ano).

“Não há nenhuma estimativa de problemas na operacionalização da máquina pública. O cenário econômico está sendo acompanhado para reversão desses valores [bloqueados]”, declarou ele, citando o processo de venda de ativos (Eletrobras e cessão onerosa, por exemplo). “A máquina não vai parar, absolutamente”, acrescentou.

No médio prazo, o governo tem defendido uma reforma da Previdência para diminuir o patamar de gastos obrigatórios, que estão acima de 90% das despesas totais neste ano para, deste modo, abrir espaço para gastos discricionários.

A reforma da Previdência é prioridade da equipe econômica do governo Jair Bolsonaro, que encaminhou uma proposta ao Legislativo no mês passado. Além disso, o governo também anunciou que pretende diminuir o percentual de “vinculações” no orçamento.

Fonte Oficial: G1.

Os textos, informações e opiniões publicados neste espaço são de total responsabilidade do(a) autor(a). Logo, não correspondem, necessariamente, ao ponto de vista do Tesouro Invest.

topo ↕

THE WORLD NEWS - BRASIL - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina Tavares, Pesquisa, Unicamp

Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes, disse a professora Maria

Cristina Tavares – Divulgação Unicamp

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

Estudantes participam da semana de recepção aos calouros na Faculdade de Medicina da USP em 2015

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a OEI (Organização dos Estados Ibero-americanos). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa

Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

"O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres", diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. "Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras", diz. "Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras", acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: "Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom", diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: "O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares".

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

"Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja

uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esse lugares difíceis são ocupados por homens", diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. "Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema", diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

URGENTE NEWS - TEMPO REAL

Mulheres assinam 72% dos artigos científicos publicados pelo Brasil

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente.

O Brasil é o país ibero-americano com a maior porcentagem de artigos científicos assinados por mulheres seja como autora principal ou como co-autora, de acordo com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). Entre 2014 e 2017, o Brasil publicou cerca de 53,3 mil artigos, dos quais 72% são assinados por pesquisadoras mulheres.

Atrás do Brasil, aparecem a Argentina, Guatemala e Portugal com participação de mulheres em 67%, 66% e 64% dos artigos publicados, respectivamente. No extremo oposto estão El Salvador, Nicarágua e Chile, com mulheres participando em menos de 48% dos artigos publicados por cada país.

Além desses países, a OEI analisou a produção científica da Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Espanha, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Os dados fazem parte do estudo As desigualdades de gênero na produção científica ibero-americana, do Observatório Ibero-americano de Ciência, Tecnologia e Sociedade (OCTS), instituição da OEI.

A pesquisa analisou os artigos publicados na chamada Web of Science, em português, web da ciência, que é um banco de dados que reúne mais de 20 mil periódicos internacionais.

“O Brasil está melhor do que o restante dos países. Acho que é algo que não podemos nos dar por satisfeitos porque temos desafios, mas indica que o Brasil caminha na direção positiva de mais oportunidades, de igualdade de gênero entre homens e mulheres”, diz o diretor da OEI no Brasil, Raphael Callou.

Menos pesquisadoras publicam

Apesar de assinar a maior parte dos artigos, quando levado em conta o número de mulheres pesquisadoras que publicaram no período analisado, ele é menor que o dos homens. No Brasil, elas representam 49% dos autores, de acordo com os dados de 2017. A porcentagem se manteve praticamente constante em relação a 2014, quando elas eram 50%.

Com base nos números de 2017, o Paraguai ocupa o topo do ranking, com 60% das autoras mulheres. Na outra ponta, está o Chile, com 37%.

As diferenças aparecem também entre áreas de pesquisa. No Brasil, entre as áreas analisadas, medicina é a que conta com a maior parte das autoras mulheres, elas são 56% entre aqueles que publicaram entre 2014 e 2017. As engenharias estão na base, com a menor representatividade, 32%.

Essa realidade faz parte do cotidiano da professora da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Maria Cristina Tavares. “Nas salas de aula, as meninas são cerca de 5% dos estudantes. No departamento temos em torno de 90 professores e somos cinco professoras”, diz. “Quando você vai a congressos, são pouquíssimas engenheiras. Você vê só ternos. Se você tem 100 trabalhos sendo expostos, tem geralmente três ou quatro pesquisadoras”, acrescenta.

Maria Cristina comemora a posição de destaque das mulheres no número de assinaturas de publicações: “Publicações hoje em dia são tudo no mundo acadêmico. As próprias universidades prezam por expor o resultado das pesquisas. Para eu conseguir mais bolsas para os meus estudantes, preciso estar com um bom nível de publicação e não é número pelo número, é número que significa que meu trabalho está sendo bom”, diz.

A professora faz, no entanto, uma ressalva sobre a baixa presença de pesquisadoras na área que atua: “O país perde quando não trabalha essa diversidade e todos esses olhares”.

Maioria entre estudantes, minoria entre professores

“Publicar sempre foi difícil, sempre é um processo. Há casos clássicos, bem icônicos de como esse estereótipo de gênero está arraigado. Quando se lê um artigo de autor chinês, polonês ucraniano, que tem um nome diferente, dificilmente vem imagem de que seja uma mulher, porque na nossa cabeça, a gente entende que esses lugares difíceis são ocupados por homens”, diz a bióloga da Universidade de Brasília (UnB) Bárbara Paes.

Apaixonada por ciência, a pesquisadora integra a equipe do Dragões de Garagem, criado para divulgar, de forma simples e atrativa, descobertas científicas e questionamentos sobre o fazer ciência no país. “Existe uma resistência da própria academia de reconhecer que existe um problema”, diz.

De acordo com o Censo da Educação Superior de 2016, última edição do levantamento, as mulheres representam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação.

Elas são também maioria entre bolsistas da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, autarquia vinculada ao Ministério da Educação

(MEC), representam 60% do total de beneficiários na pós-graduação e nos programas de formação de professores.

Entre os professores contratados, no entanto, o cenário muda, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da educação superior em exercício, 45,5% são mulheres.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC continua distante da agenda dos reais problemas da educação

Não falta trabalho a ser feito pelo ministro e equipe, que perdem tempo em pregações ideológicas

Aparcela ideológica do governo Bolsonaro tem passado por surtos de hiperatividade. Os mais frequentes ocorrem no Ministério da Educação (MEC), em que Ricardo Vélez Rodríguez ainda não conseguiu estabelecer uma agenda de trabalho voltada ao combate dos reais problemas do setor, que não são poucos nem pequenos.

O ministro já produziu reações negativas ao fazer comentários ácidos sobre o turista brasileiro no exterior. E recebeu críticas ainda maiores quando despachou circular para as escolas públicas, a fim de que, no primeiro dia de aula, todas seguissem um rito capaz de lembrar os ares do Estado Novo de Getúlio e a ditadura militar de 64 a 85: hastear a Bandeira Nacional e cantar o Hino, sendo lido um texto que finalizava com o slogan da campanha do presidente Bolsonaro.

Para agravar a determinação, eram pedidos vídeos dos alunos na solenidade, a serem enviados à assessoria de imprensa do MEC ou à Secretaria de Comunicação da Presidência. Havia uma indisfarçável e descabida intenção de usar o material com finalidade de propaganda. Ocorreram recuos, mas tudo continuou na mesma no MEC, em meio à intensa briga de grupos bolsonaristas.

O ministério se mantém subordinado a preocupações ideológicas. Este tem sido um costume do próprio presidente Bolsonaro, em toda a sua carreira política. Difícil mudar agora, mas é imprescindível fazer a sintonia de áreas do governo com temas concretos. É preciso um esforço, ao menos em setores-chave, como o MEC.

A última da série são comentários do procurador da Justiça de Santa Catarina, Gilberto Callado de Oliveira, representante da sociedade civil numa comissão criada para analisar o questionário do Enem, exame do ensino médio, criticado por Bolsonaro na campanha.

Callado considera os professores “corrompidos”, as universidades, contaminadas pelo “esquerdismo”, e o Supremo, inimigo da família. A liberdade de expressão garante ao procurador dizer o que pensa. A questão é o risco de o Enem ser contaminado por uma visão oposta ao “esquerdismo”, mas também distante da necessidade de o universo do ensino ser um espaço aberto ao aprendizado.

Nos governos do PT, também havia áreas entregues à militância sectária. Como agora, aparelhamento sustentado pelo dinheiro do contribuinte. Enquanto isso, faltam ações para enfrentar com vigor a má qualidade do ensino médio, para o qual há uma reforma a ser implementada; e existe o essencial Currículo Único também a ser colocado em prática. Duas tarefas que ocupariam melhor o tempo do ministro e equipe.

topo ↕

BLOG DO LAURO JARDIM - BLOG

Creches em casa

Ricardo Vélez Rodrigues, o polêmico ministro da Educação, apostará — se continuar no cargo, claro — num projeto de educação voltado à primeira infância que tem potencial para originar novas controvérsias.

Vélez planeja formar crecheiras: mães que já passam o dia tomando conta de seus filhos seriam capacitadas e receberiam uma ajuda de custo para cuidar dos filhos de outras mulheres da vizinhança que precisam sair para trabalhar.

Trata-se de um alternativa mais precária do que qualquer creche, uma vez que as crianças ficam em ambientes domésticos, sob cuidados de um profissional com formação superficial e mal remunerado, entre outras razões.

[topo](#)

O POVO - CE - EDITORIAL

Todos pela educação

Mais uma vez, dados levantados a respeito da educação mostram que o Ceará vem acertando nesse importante setor, no que se refere aos níveis de aprendizagem do 5º ao 9º ano do ensino fundamental, sendo o estado que mais avançou no País, segundo levantamento do Todos pela Educação. O trabalho, comparando os anos de 2007 com 2017, refere-se à meta número três, preconizando que as escolas têm de propiciar, a todos os alunos, aprendizado adequado ao seu ano escolar. O Todos pela Educativos e suprapartidária, dedicada a projetos e estudos sobre a educação. O levantamento, em escolas públicas e privadas, com base no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), mostra que, em dez anos, o Ceará passou de 21% para 65% do total de estudantes no 5º ano com aprendizagem adequada em Língua Portuguesa; em Matemática, o índice subiu de 15% para 50%. Também se observou que o 9º ano saiu de 14% para 44% do total dos alunos matriculados, com aprendizado apropriado em Língua Portuguesa; em Matemática, o índice subiu de 9% para 23%. Quanto aos alunos da 3ª série do ensino médio, o progresso foi menor: em Língua Portuguesa, o índice saiu de 20% (2007) para 27% (2017); em Matemática, a variação foi de 6% para 8%. Apesar do avanço, especialmente no ensino fundamental, há de se considerar que os indicadores ainda precisam melhorar bastante para elevar os níveis educacionais do Estado a um grau satisfatório. Porém, a experiência do Ceará, sustentada na continuidade de políticas ao longo de vários anos, comprova que as conquistas são possíveis, fazendo a diferença para milhares de estudantes. A experiência cearense é um exemplo da inocuidade de transformar a educação em um insano campo de batalha, como se o grande problema recaísse sobre uma suposta “ideologização” dos professores. O caminho, diz a secretária da Educação do Ceará, Eliana Estrela, é persistir em programas que dão certo e cuidar dos alunos, de modo que eles tenham “autonomia para construir o seu próprio conhecimento”.

[topo](#)

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO TEM PROGRAMAS SEM PAGAMENTO AUTORIZADO

O valor para cobrir essas despesas também não foi reservado dentro do Orçamento

Prestes a completar 100 dias, o Ministério da Educação do governo Bolsonaro ainda tem programas e ações que não tiveram o pagamento de um centavo sequer autorizado. O valor para cobrir essas despesas também ainda não foi reservado dentro do

Orçamento.

A informação consta da resposta a um requerimento de informações do deputado Ivan Valente, do PSOL de São Paulo, a Ricardo Vélez.

Valente perguntou a Vélez no requerimento sobre o orçamento de dez programas. Na resposta, o MEC afirma que, entre as ações sem pagamento autorizado, estão a compra de veículos de transporte escolar, a gestão dos hospitais federais das universidades, os recursos para a educação básica, e as iniciativas de diversidade e direitos humanos.

Procurado, o Ministério da Educação afirmou que "a execução dessas ações não ocorre de forma linear".

A pasta ainda disse que os recursos dos programas serão pagos "no decorrer do exercício financeiro, submetendo-se às regras e restrições eventualmente impostas aos gastos do governo federal".

topo ↕

PORTAL VEJA - TEMPO REAL

A disputa pela sucessão de Ricardo Vélez no MEC

Um nome que desponta para suceder Ricardo Vélez na Educação é o de Eduardo Melo, atual diretor da TV Escola. Ex-Marinha, ele comunga das ideias de Olavo de Carvalho, mas não é tão próximo ao guru. Por fora, Onyx Lorenzoni tenta emplacar um político.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

Ex-reitor da UnB é cotado para número 2 do MEC

Pouco mais de uma semana depois de ter sido anunciada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez como secretária executiva do Ministério da Educação, Iolene Lima foi exonerada. Antes dessa proposta, ela ocupava o cargo de secretária substituta da Secretaria de Educação Básica do MEC. Iolene ainda largou o emprego de direção de uma escola para aceitar a nomeação que nem chegou a ocorrer. Essa é a terceira vez que ocorre mudança para o mesmo cargo.

Um dos cotados para assumir o posto de "número dois" do MEC é o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Camargo, nome próximo de militares da cúpula do governo que mantêm influência na pasta. Entre outras funções, ele comandou a Superintendência de Regulação dos Serviços de Distribuição da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Ao Correio, o professor de engenharia elétrica disse que ainda não foi procurado. "Estou chegando agora ao país, estava morando na França. Vi essa questão, fiquei honrado de ter meu nome cotado, mas ninguém entrou em contato comigo, nada oficial. Se me chamarem, teria de entender o que está acontecendo."

Camargo preferiu não comentar pautas do governo, como a militarização nas escolas, mas disse que, no geral, "é indispensável alguma disciplina e é inaceitável qualquer tipo de violência em qualquer nível escolar". Entre as pautas prioritárias, ele destacou a educação básica.

O vice-presidente Hamilton Mourão comentou, ontem, em entrevista à Rádio Gaúcha, os desencontros no MEC. "O Ministério da Educação tem de tomar um freio de arrumação, como a gente diz. Eu julgo que o presidente (Jair Bolsonaro) já conversou com o ministro Vélez, e vai ser organizado isso nos próximos dias", ressaltou.

Apesar de Bolsonaro jurar que Vélez Rodríguez continua à frente da pasta, fontes internas dizem que há uma pressão pela troca do ministro, que estaria atuando na “prorrogação”. Nomes como o de Mendonça Filho, que ocupou o cargo no governo Temer, começaram a surgir. Outro cotado seria **Anderson Correia**, presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“100% alinhado”

Por meio das redes sociais, Vélez afirmou que está “100% alinhado ao Planalto”, que a “Lava-Jato da educação está a pleno vapor”. Ele também escreveu que “a retomada do foco no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e a implementação do modelo cívico-militar em escolas selecionadas estão entre as prioridades”.

O professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) Ocimar Alavarse avaliou que as discussões acerca de ideologias não respondem aos problemas da educação brasileira e o que se tem é uma lacuna que persiste em quase três meses de governo. “Muitas coisas estão sem resposta. O Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), que demanda tempo e de difícil execução, ninguém sabe o que vai acontecer, tem de ter uma logística grande. O financiamento do Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) está com crise”, ressaltou. “Nos 5º e 9º anos também há problema em relação ao conteúdo de ciências. Tem escola que nem recebeu livros didáticos ainda. O secretário executivo é pessoa-chave e ainda não se sabe ao certo quem vai ser. O foco do governo deve ser na aprendizagem, na falta de material didático, nas escolas sem estrutura, mas, pelo que estamos assistindo, o MEC virou coluna social.” Outros programas que aguardam a sinalização e a atenção do governo é a reforma do ensino médio e o Plano Nacional da Educação (PNE), considerado o carro-chefe para erguer a educação no país.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

Saiba mais

Ministério sem rumo

O MEC se vê envolto em uma briga ideológica e numa disputa entre militares e técnicos. Em meio a frequentes reuniões com o presidente Bolsonaro, o ministro Ricardo Vélez Rodríguez foi obrigado a demitir auxiliares, após um embate inflamado com o filósofo Olavo de Carvalho, considerado o guru do presidente e responsável pela indicação do próprio ministro.

No último dia 12, o então “número dois” da pasta, o secretário executivo Luiz Antonio Tozi foi exonerado. Inicialmente, estava prevista a transferência do cargo para Rubens Barreto da Silva, também nomeado recentemente para o cargo de secretário executivo adjunto. No entanto, pressões internas não o deixaram sequer assumir o cargo. No dia 14, após voltar de uma viagem, Vélez Rodríguez confirmou, por meio das redes sociais, que o cargo ficaria com a pastora Iolene Lima. A nomeação dela também não foi chancelada pela Casa Civil. Outros seis funcionários do alto escalão do Ministério da Educação acabaram exonerados.

Notícias

JUSTIÇA - Lava-Jato no centro do debate

PODER - Fogo amigo atinge PEC da Previdência

JUSTIÇA - Exposição nas redes sociais

JUSTIÇA - Soltura de Temer será julgada na 4ª

- Interesses próprios, não coletivos

- Brasília-DF

EVANGÉLICOS - Reuniões de família

- Francischini: "É preciso melhorar o ambiente"

- Ex-reitor da UnB é cotado para "número 2" do MEC

- Pouco sono e preocupação

- MPF fará nova denúncia

- Bolsonaro tenta minimizar crise

- Casos de Lula e de Temer são diferentes

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

MEC a perigo

Sequência de fiascos protagonizada por Vélez parece interminável

Em algumas escolas, alunos incapazes de sair-se bem em avaliações durante o período letivo regular ganham nova chance na chamada recuperação, com revisão da matéria dada e nova avaliação. Por essa praxe, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, já estaria ameaçado de reprovação.

A sequência de fiascos protagonizada por Vélez parece interminável. Prometeu uma certa Lava Jato da educação da qual ninguém sabe —ninguém viu. Meteu os pés pelas mãos com uma carta sobre hinos e vídeos em escolas e quase caiu.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/03/mec-a-perigo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Para Paulo entender Olavo

A revolução do guru fuzilaria os liberais junto com os comunistas, se pudesse

Olavo não é tonto como seus "alunos" que colonizam o Itamaraty e o MEC. Ele sabe que clama por uma utopia: a volta dos ponteiros da História a uma Idade de Ouro imaginária. Sabe, portanto, que qualquer governo está destinado ao fracasso, se a medida do sucesso for a régua maximalista da sua utopia. O líder que não pretende ser desmascarado pela inevitável falência de sua "revolução" precisa identificar e denunciar, previamente, os traidores da causa. Daí, o recurso à "revolução permanente": o líder dispara contra a revolução que inspirou.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/demetriomagnoli/2019/03/para-paulo-entender-olavo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Governo reavalia estratégia para liberar ensino domiciliar

Texto deve chegar ao Congresso como projeto de lei, não mais por medida provisória

Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PSL) reavalia o plano de encaminhar ao Congresso uma medida provisória para estipular regras para a educação domiciliar, o chamado homeschooling. A proposta deve constar agora em um projeto de lei, que tem tramitação mais lenta e não começa a valer a partir do momento de sua edição, como ocorre com uma MP.

O tema, histórica agenda de grupos religiosos, foi alçado como prioridade para os 100 primeiros dias da gestão. O governo pretende regulamentar o homeschooling depois que o STF (Supremo Tribunal Federal) barrou a prática por não haver legislação a respeito.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/governo-reavalia-estrategia-para-liberar-ensino-domiciliar.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Anunciada como número 2 do MEC, e depois barrada, Iolene Lima é demitida
Nomeação de Iolene Lima não agradou olavistas e nem a bancada evangélica
Brasília

Anunciada secretária-executiva do MEC (Ministério da Educação) pelo ministro Ricardo Vélez Rodriguez, mas barrada internamente, a professora Iolene Lima foi demitida da pasta na quinta-feira (21). A briga por cargos expõe a crise que atinge o MEC.

Depois de mudanças em cargos atingirem alunos do escritor Olavo de Carvalho, Vélez passou a ser desgatado e teve que demitir seu secretário executivo, Luiz Antonio Tozi. Na sequência, não conseguiu nomear duas pessoas anunciadas: o assessor Rubens Barreto e a própria Iolene.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/anunciada-como-numero-2-do-mec-e-depois-barrada-ioelene-lima-e-demitida.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Vélez fala em militarizar escola de Suzano, mas não consulta governo de SP
Ministro da Educação diz que vai visitar prefeito da cidade; escola é da rede estadual paulista
Brasília

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, anunciou que estuda a militarização da escola Raul Brasil, em Suzano (SP), palco de um massacre no dia 13 deste mês. No entanto, a secretaria estadual de Educação de São Paulo, responsável pela unidade, nem sequer foi comunicada.

Vélez informou pelas redes sociais que deve se encontrar na segunda-feira (25) com o prefeito de Suzano, Rodrigo Ashiuchi (PR), para falar do assunto. A escola não é ligada ao município, mas, sim, ao governo do Estado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/velez-fala-em-militarizar-escola-de-suzano-mas-nao-consulta-governo-de-sp.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

MEC garante R\$ 10 mi para projeto-piloto de escolas militares no DF

Recursos serão para a transição de 36 escolas ao modelo, que é alvo de críticas
Brasília

O MEC (Ministério da Educação) vai financiar a expansão de escolas com gestão compartilhada com a Polícia Militar no Distrito Federal. Este será o primeiro apoio do governo Jair Bolsonaro (PSL) à criação de novas escolas militares, política apontada como prioridade da gestão na área da educação.

A rede do DF deve receber cerca de R\$ 10 milhões de recursos federais para a transição de 36 escolas para o modelo, alvo de polêmica no debate educacional. Essa parceria servirá como projeto-piloto para a ação federal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/mec-garante-r-10-mi-para-projeto-piloto-de-escolas-militares-no-df.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Comunismo de sinal contrário, diz Mourão sobre crise no MEC

Presidente interino disse que Ministério da Educação está enfrentando alguns problemas
Porto Alegre

O general Hamilton Mourão (PRTB), presidente interino enquanto Jair Bolsonaro (PSL) está no Chile, disse que o Ministério da Educação (MEC) “está enfrentando alguns problemas”. A pasta passa por uma crise desde que o ministro Ricardo Vélez fez mudanças em cargos ocupados por alunos de Olavo de Carvalho, que ministra aulas com viés político de direita pela internet.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/03/comunismo-de-sinal-contrario-diz-mourao-sobre-crise-no-mec.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Estatais distribuíram lucro em ano de prejuízo

Relatório produzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) mostra que oito estatais, todas ligadas ao grupo Eletrobrás, distribuíram participação de lucros a seus funcionários mesmo tendo registrado prejuízo. O material foi produzido para um processo que consta na pauta da próxima quarta-feira e analisa os salários dessas empresas. Os números causaram tanto alvoroço que já há ministros procurando brechas na lei para enquadrar, ao menos aquelas cujos orçamentos dependam da União, no teto remuneratório do serviço público.

» Ralo. As abonadas foram a Eletronuclear, Ame, Ceal, AmGT, Cepel, Ceron CGTEE e EletroAcre. A justificativa foi de que o programa incluía outras metas e indicadores

além do lucro.

» Abate. Segundo o relatório, caso todas as estatais se submetessem ao teto, a economia anual seria de R\$ 622 milhões e 4,7 mil empregados, ou 1,2%, teriam corte. Petrobrás e BNDES seriam os mais afetados.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Porteira fechada

Nome aventado pela bancada evangélica para assumir o Ministério da Educação, o senador e vice-líder do governo, Izalci Lucas (PSDBDF), tem interesse no cargo, mas só se não tiver que dividir a Pasta com militares e com as indicações do escritor Olavo de Carvalho.

» Devagar. Nem o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil) escapou da paralisia do MEC. Nos últimos anos, em março, o percentual de vagas preenchidas ficou, em média, em 20%. Este ano não chega a 5%, ou a mil inscritos.

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Vélez fica no cargo, mas não pode nomear mais ninguém

Ministro da Educação é desautorizado a escolher integrantes para sua equipe;

Planalto já avalia substituto para a pasta

BRASÍLIA

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi desautorizado a nomear integrantes da sua própria equipe. A ordem partiu do Palácio do Planalto, depois de o professor colombiano divulgar dois nomes para a secretaria executiva da pasta, em seguida vetados pelo presidente Jair Bolsonaro.

Desgastado, Vélez tenta se manter no cargo, mas é intensa a movimentação para que um substituto seja encontrado. Enquanto avalia a situação, Bolsonaro decidiu assumir a condução para o desfecho da crise do MEC.

Um exemplo da falta de respaldo de Vélez foi a tentativa frustrada de nomear a pastora Iolene Lima como secretária executiva. Ela foi desconvidada para o posto ontem após sua indicação ter sido vinculada à primeira-dama, Michelle Bolsonaro. As duas frequentam a mesma igreja.

Antes da viagem para os Estados Unidos, Bolsonaro teve uma conversa dura com Vélez e informou que, por enquanto, ele permaneceria à frente da pasta. Desde que as primeiras polêmicas vieram à tona e que os sinais de enfraquecimento ficaram evidentes, militares iniciaram um movimento para tentar encontrar um substituto. Em outra frente, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também saiu em busca de um nome para ocupar o posto de Vélez.

No entanto, ao desembarcar dos EUA, na quarta-feira, Bolsonaro avisou que não tomará nenhuma medida de forma apressada. O presidente descartou uma estratégia proposta por Onyx, de pedir indicação ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O ministro da Casa Civil considerava que a estratégia seria importante para estreitar o apoio com senadores. Bolsonaro, no entanto, considera o momento ideal, para agradar, de uma vez só, às bancadas evangélica e católica, que já mostraram descontentamento

com a falta de interlocução com o governo. Ele julgou ainda que a medida poderia fortalecer mais do que o necessário o presidente do Senado, o que tenta evitar.

Um dos nomes cotados para ocupar o posto de Vélez é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Ele tem o apoio das bancadas católica e evangélica, o sinal verde de Davi Alcolumbre e a simpatia da deputada Bia Kicis (PSL-DF). Relator do projeto Escola sem Partido, o senador se considera um bom nome para o posto, mas nega que esteja trabalhando pela indicação.

Stavros Xanthopoulos, consultor de educação de Bolsonaro no período da campanha, também voltou a ser cotado para substituir Vélez. Ele é tolerado pelo grupo de militares, conta com o aval do ministro da Economia, Paulo Guedes, e já trabalha pela candidatura. Xanthopoulos chegou a ter seu nome cogitado para ocupar o MEC na transição, mas foi descartado.

Na ala militar, a carta de opções é mais extensa. Entre os nomes, um dos mais cotados é Carlos Alberto Decotelli, presidente da Fundo Nacional Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Outros cotados são o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Camargo e o cientista político Antonio Flávio Testa, também da UnB e participante do grupo transição.

Estratégias. O Estado apurou que há duas estratégias em curso para tentar reduzir a crise no MEC e aplacar as disputas internas dentro da pasta. Além da possibilidade de se encontrar um sucessor para Vélez, há também a alternativa de manter o ministro no cargo e colocar um nome forte como número dois da pasta. Nesse caso, Vélez teria uma atuação mais limitada.

Militares e o grupo político não descartam a possibilidade de que o segundo modelo prevaleça. Nesse sentido, iniciaram conversas para encontrar um nome em comum. Trabalham, ainda, para a possibilidade de políticos encaminharem o nome do ministro, enquanto militares, o do secretário executivo.

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, reconheceu ontem que o MEC precisa de um “freio de arrumação”. “O presidente já conversou com o ministro e vai ser organizado isso nos próximos dias”, disse.

“O Ministério da Educação tem que tomar um freio de arrumação, como a gente diz. Eu julgo que o presidente (Bolsonaro) já conversou com o ministro.” Hamilton Mourão

VICE-PRESIDENTE

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Vélez diz querer militarizar escola de Suzano

Colégio que foi palco de massacre é da rede estadual; secretário da Educação de São Paulo não foi procurado

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, disse ontem que estuda a viabilidade de implementar o modelo cívicomilitar na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano, que foi alvo de um massacre que deixou dez mortos. Apesar de o colégio ser administrado

pela rede estadual de São Paulo, o secretário Rossieli Soares não foi procurado para discutir a militarização.

“Não há nenhuma tratativa com o Estado sobre militarizar a escola Raul Brasil. E o futuro dessa unidade será sempre debatido com a comunidade”, disse Soares. Vélez publicou em seu Twitter que a implementação do modelo será discutida na segunda-feira com Rodrigo Ashiuchi, prefeito de Suzano, que, em nota, negou ser essa a pauta da reunião que terá no Ministério da Educação (MEC). Segundo o prefeito, o encontro foi marcado para discutir convênios e parcerias para as escolas que são de sua responsabilidade, ou seja, da rede municipal.

O Estado apurou que, já no dia do velório coletivo das vítimas do ataque, Vélez propôs aos dirigentes do município pensar em uma proposta de militarização da unidade. Ele foi informado que a discussão e a decisão são de responsabilidade do governo estadual. No entanto, a Secretaria Estadual de Educação (SEE) disse nunca ter sido procurada pelo ministro para debater o assunto.

A expansão de escolas com gestão compartilhada com a Polícia Militar é uma das apostas do governo Jair Bolsonaro e foi elencada como uma das prioridades para a área da educação. No início do ano, houve até mesmo uma reformulação no MEC para a criação de uma nova subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. Especialistas ou seja, com baixo desempenho educacional e em áreas pobres e com alto índice de violência na região.

A SEE diz que, além de não ter sido procurada pelo ministro, também não tem nenhum projeto ou estudo para militarizar a Escola Raul Brasil ou qualquer outra unidade da sua rede. A pasta informou que, entre outras medidas para garantir a segurança de seus colégios, tem promovido encontros de diretores com os batalhões da PM.

Procurado minutos após a publicação de Vélez, o MEC informou que precisaria de mais tempo para responder a razão de o assunto ter sido tratado com o prefeito da cidade e não com o secretário estadual de Educação.

O ministro também anunciou que antecipou o repasse anual do Programa Dinheiro Direto na Escola para a unidade “como um alento à comunidade escolar de Suzano”. O recurso é enviado anualmente para todas as escolas públicas brasileiras e é utilizado para pequenos consertos e reformas, como troca de lâmpadas ou pintura de paredes.

Saída. À reportagem, o advogado afirmou que pediu a progressão de pena porque Elize já tinha preenchido o prazo para ir ao regime semiaberto. A juíza determinou a realização do exame criminológico, segundo o defensor.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

‘É preciso pensar do ponto de vista do aluno’

Responsável por serviço para treinar professores, britânico crê que inovação pode ajudar educação em país como o Brasil

Uma plataforma online para treinar professores à distância, com mais de um século de tradição em educação. Trata-se do serviço britânico TES Institute, utilizado por mais de 11,5 milhões de educadores no mundo, com foco especial em países de língua inglesa. Seu chefe é o britânico Lorde Jim Knight, ex-ministro da educação no governo de

Gordon Brown. Desde 2015, ele tem a tarefa de comandar o braço digital da TES Global, revista de educação criada em 1910.

“Damos às escolas a chance de construir talentos e materiais próprios, em vez de importar conhecimentos”, disse Knight ao Estado. Sua experiência na área, com a capacidade de resolver problemas complexos da educação do País, chamou a atenção de estudantes brasileiros da Universidade Stanford. Ele será um dos convidados da Brazil at Silicon Valley, conferência prevista para os dias 8 e 9 de abril, na Califórnia. O evento é apoiado por nomes como o do empresário Jorge Paulo Lemann e o do apresentador Luciano Huck.

Em Stanford, Knight discutirá como a inovação pode ajudar a treinar professores em qualquer lugar e melhorar a eficiência do ensino. Na plataforma, além de receber orientação, os educadores podem também divulgar seus trabalhos – como provas, exercícios e apresentações – e oferecê-los a colegas.

Ao Estado, Knight já deu pistas de como pretende “atacar” o problema: “O Brasil é um país de escala – e quanto mais professores se tem, mais faz sentido usar uma plataforma online, de grande alcance”, diz ele. Mas ele evita respostas fáceis. “Cada país tem uma realidade e é importante pensar a educação do ponto de vista do estudante.”

O que é o TES Institute? Nosso papel é manter os professores informados, colocandoos em contato com materiais escolares e facilitando a conexão entre eles. Acreditamos no poder da educação de qualidade – e o treinamento de profissionais é responsável por metade desse resultado. Hoje, temos 11,5 milhões de usuários, em vários países de língua inglesa.

Como foi criar um braço digital em uma empresa centenária? Tivemos uma grande jornada para abraçar a tecnologia e passar a ser um negócio de software. Hoje, temos a maior coleção de treinamento online em língua inglesa e uma relação estreita com as escolas, dando a elas a chance de construir talentos e materiais próprios em vez de importar conhecimentos de universidades.

O Brasil tem estatísticas ruins em educação. Como plataformas digitais podem aumentar a eficiência do País na área?

Estive no Brasil algumas vezes. Para mim, o que funciona em um país não necessariamente funciona em outro: temos diferentes pontos de partidas, apesar dos conhecimentos e desafios serem universais, como a retenção de professores. É importante pensar a educação do ponto de vista do estudante. Os alunos têm diferentes históricos e isso faz com que as classes tenham panos de fundo diferentes. Por isso, treinar professores importa. O Brasil é um país de escala – e quanto mais professores se tem, mais faz sentido usar uma plataforma de grande alcance. Outra vantagem é que o conteúdo online pode ser constantemente atualizado, não é algo imutável como uma apostila impressa.

Qual é o maior desafio de um professor hoje?

Vivemos uma época de mudanças sem precedentes. Quando fui à escola, era diferente: se você se dedicasse e passasse nas provas, teria uma vida estável. O sistema de

educação ainda é baseado nesse conceito, mas hoje a única certeza é a incerteza: não sabemos como serão as profissões do futuro.

Transformação

“Quando fui à escola, era diferente: se você se dedicasse e passasse nas provas, teria uma vida estável. A educação ainda é baseada nesse conceito, mas, hoje, a única certeza é a incerteza sobre as profissões do futuro.”

Muita gente critica o uso de tecnologia nas salas de aula. O que sr. acha disso?

Sabemos que a tecnologia tem grande potencial. Mas precisamos garantir que o ensino seja feito de um humano para outro humano – como ferramenta, a tecnologia deve ser usada de forma estratégica.

topo ↕

O GLOBO - RJ - O PAÍS

Vélez troca, de novo, ‘número 2’ da Educação

Iolene Lima anuncia seu desligamento da Secretaria Executiva da pasta, que passa por terceira mudança em dez dias. Cargo virou alvo de disputa entre militares, evangélicos, ala técnica e seguidores de Olavo de Carvalho

Indicada na última semana pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para assumir a Secretaria Executiva da pasta, Iolene Lima anunciou pelas redes sociais, ontem, que foi demitida. O posto, espécie de "número 2" do Ministério da Educação (MEC), passou assim pela terceira troca em apenas dez dias. Não há informação oficial sobre quem ocupará o cargo, que virou o centro de uma disputa entre diferentes grupos que procuram espaço no MEC na gestão de Vélez.

Na semana passada, Vélez confirmou que Iolene, ligada a escolas evangélicas e que estava no ministério como diretora de capacitação desde o início do governo, seria a secretária-executiva. Sua nomeação não chegou a ser publicada no Diário Oficial da União, mas ela acompanhou Vélez em compromissos públicos, como na visita do ministro a Suzano para prestar solidariedade às vítimas do ataque à escola Raul Brasil. O nome de Iolene teve resistências na Casa Civil, que pleiteia, com aliados do governo, a indicação de cargos no MEC.

"Diante de um quadro bastante confuso na pasta, mesmo sem convite prévio, aceitei a nova função dentro do ministério. (...) No entanto, hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC", afirmou Iolene em seu perfil no Twitter.

Iolene desejou "o melhor" para o presidente Jair Bolsonaro e para Vélez. No entanto, em tom de desabafo, fez questão de ressaltar na mensagem que deixou a direção de um colégio que ajudou a fundar há cinco anos para "servir ao país". Antes de sua atuação no MEC, Iolene era ligada à Associação de Escolas Cristãs de Educação por Princípios, uma organização não-governamental.

ATAQUES DE IDEÓLOGO

A indicação de Iolene foi anunciada por Vélez após a queda consecutiva de outras duas pessoas do posto: Luiz Tozi, secretário-executivo desde o início do governo, e Rubens

Barreto da Silva, que nem chegou a assumir e continua como secretário-adjunto da pasta. A medida que atingiu os dois entra no contexto de uma briga entre os seguidores do ideólogo de direita Olavo de Carvalho, que ocupam cargos no MEC — o próprio Vélez foi indicação sua —, e outros grupos da pasta, como a ala técnica, os militares e a bancada evangélica, que procura mais espaço no governo Bolsonaro.

Após pedir e conseguir a cabeça do coronel Ricardo Roquetti, que era assessor de Vélez e a quem seus ex-alunos acusaram de blindar o ministro e assessorá-lo mal, Olavo de Carvalho mirou suas postagens de ataque contra Tozi. O então secretário-executivo do MEC passou a ser chamado de “tucano” pelo grupo ligado ao ideólogo. Antes de assumir o cargo no ministério a convite de Vélez, Tozi era do Centro Paula Souza, uma autarquia do governo de São Paulo que gerencia escolas técnicas e faculdades de tecnologia.

Diante das pressões, Tozi foi demitido por Vélez na última semana. Rubens Barreto da Silva, que atuava como secretário-adjunto, foi indicado para assumir no lugar de Tozi. Os dois trabalharam juntos e são amigos. Imediatamente, Rubens, que já resistia em ficar no cargo, tornou-se também alvo de críticas do grupo ligado a Olavo de Carvalho e logo foi substituído no cargo por Iolene Lima, que agora deixa o MEC.

Ao ser indicada para a Secretaria Executiva, departamento considerado vital para o funcionamento do ministério, Iolene era considerada um nome mais palatável a setores conservadores do governo. A educadora vinha atuando desde janeiro no MEC, voltada à qualificação de professores do ensino básico. Iolene estava designada como substituta eventual da secretária de Educação Básica, Tânia Leme de Almeida — outro nome que passou pelo Centro Paula Souza em São Paulo.

‘ÓTICA DE DEUS’

Em uma entrevista de junho de 2014 que voltou a circular nas redes sociais após sua indicação à Secretaria Executiva do MEC, Iolene defendeu a educação "sob a ótica de Deus", e se disse apaixonada pelo tipo de abordagem que parte "de uma inspiração divina para apresentar um conteúdo formal". A educadora participou do programa, à época, para falar do Colégio Inspire, em São José dos Campos, instituição da qual foi diretora. Em conversa com o apresentador, o pastor Carlito Paes, Iolene afirmou que a educação por princípios baseia o currículo sobre a ótica das escrituras bíblicas, e acrescentou que o primeiro contato dos alunos com a Matemática, por exemplo, se dava a partir do livro de Gênese.

Apesar do alinhamento religioso, Iolene não foi uma indicação da bancada evangélica segundo o deputado Lincoln Portela (PR-MG), um dos líderes da frente parlamentar. Os parlamentares evangélicos veem com maus olhos a influência de Olavo de Carvalho, tido por alguns deles como “preconceituoso” com religiões.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

MEC tem programas parados e atrasos no ensino básico

Projeto de apoio à implementação da Base Curricular, Mais Alfabetização e Escola do Adolescente são iniciativas travadas

BRASÍLIA - Em meio à crise interna do Ministério da Educação (MEC), que teve sua terceira mudança na Secretaria-Executiva em apenas dez dias, uma série de programas

voltados ao ensino básico estão travados.

Os projetos atingidos pela paralisação na pasta, executados em parceria com estados e municípios, envolvem principalmente a elaboração de currículos, apoio à alfabetização e ações voltadas a adolescentes. O impacto já é sentido pelas redes de ensino, que iniciaram há mais de um mês o ano letivo e continuam sem saber o futuro das iniciativas que vinham tocando.

A estagnação do Programa Nacional de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) foi indicada em ofício do MEC enviado aos secretários estaduais e dirigentes municipais de Educação em fevereiro.

No documento, obtido pelo GLOBO, a pasta informa ter ciência de que bolsas no âmbito do projeto devem continuar a ser pagas em 2019, mas coloca em suspenso a continuidade do projeto.

“Cumprir informar que os programas em execução neste ministério encontram-se sob análise da gestão atual, especialmente no que tange à possibilidades e às restrições orçamentárias para o exercício de 2019”, diz o ofício da Secretaria de Educação Básica da pasta.

BOLSAS SUSPENSAS

Ao final do comunicado, a mensagem fica mais clara: “Qualquer informação acerca dos próximos passos em relação ao programa em comento será enviada oficialmente por esta diretoria tão logo seja possível”, referindo-se ao ProBNCC.

A incerteza sobre o andamento do projeto continua e já causa atrasos no cronograma de implementação dos currículos alinhados à Base Nacional Comum Curricular, segundo Marléa Ramos Alves, diretora da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (Undime-RS).

Ela afirma que as bolsas pagas aos profissionais envolvidos no trabalho foram suspensas e não há orientações do MEC sobre a como proceder.

— Nós estamos em “stand by”. A única informação é que as políticas estão sendo analisadas. Mas temos prazo para implementar nossos currículos, não podemos ficar parados. Além do recurso, tem o apoio técnico, de orientação, que foi pactuado.

O programa ProBNCC foi criado para apoiar estados e municípios a elaborar e implementar seus currículos à luz da Base Nacional Comum Curricular. Conhecido pela sigla BNCC, o documento estabelece o que deve ser ensinado em cada etapa escolar do ensino médio.

Para fomentar a elaboração dos documentos estaduais e municipais, o MEC garantiu o pagamento de até 31 bolsas por estado, no valor de R\$ 1.100. O repasse foi efetuado de maio a dezembro de 2018 e deveria cobrir mais dez meses em 2019.

Helio Queiroz Daher, superintendente de Políticas Educacionais da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul, também aguarda os recursos do MEC para iniciar a

redação do currículo do ensino médio no estado. Ele destaca que haverá lentidão devido à “inércia do ministério” nas ações tocadas.

— Comas bolsas, conseguimos colocar profissionais com dedicação maior em todas as fases, que envolvem a escrita e aprovação do currículo, formação de professores e implementação. Vamos fazer com ou sem o apoio.

O MEC foi procurado para falar sobre problemas apontados nos programas, mas não retornou o contato do GLOBO.

topo ↕

ISTOÉ - SP - COMPORTAMENTO

Pense, projete e construa

Aprender por meio de conceitos aplicados à realidade faz com que os alunos se apropriem do conhecimento e desenvolvam habilidades para além dos conteúdos tradicionais

Protótipos de robótica construídos a partir de sucata levaram a professora paulistana Débora Garofalo a Dubai nesta semana para concorrer ao Global Teacher Prize, considerado o prêmio Nobel da Educação. Ela está entre as 10 finalistas das 10 mil indicações e candidaturas de 39 países. Depois de observar que as crianças da escola Ary Parreiras, na zona Sul de São Paulo, tinham dificuldades para ir ao colégio em dias de chuva, em razão das constantes inundações na comunidade onde vivem, a educadora pensou em soluções em conjunto com os alunos durante as aulas de Informática Educativa. “Ouvindo as crianças, um dos problemas sérios era a questão do lixo, que entupia os bueiros e contribuía para as inundações. E com o lixo, vinham problemas de saúde como leptospirose. Eu não podia falar de outro assunto senão esse, que era primordial para eles”, conta. A experiência de Débora em ensinar os alunos por meio de elementos que façam sentido no seu dia-a-dia e, a partir daí, trabalhar de forma interdisciplinar uma série de conteúdos aplicados em projetos, faz parte de uma nova cultura na Educação: projetar e construir, desenvolvendo habilidades para o futuro.

Criar habilidades e competências nas crianças é um conceito discutido há tempos na Educação, mas foi na formulação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica, aprovada em 2017 e agora no fim de sua implementação, que essa necessidade foi formalizada. As chamadas habilidades para o século 21 envolvem questões de inteligência emocional, pensamento científico e cidadania. Foram esses princípios que fizeram parte do método pedagógico da escola Lumiar desde sua fundação. A escola, hoje com seis unidades — duas delas na Inglaterra —, tem parcerias com secretarias de Educação em vários estados brasileiros. Ricardo Semler, fundador da Instituição, quis criar um lugar em que as crianças construíssem autonomia para se tornarem adultos capazes de desenvolver e administrar seus próprios projetos.

Gestão participativa

Nesse modelo, o colégio pratica a gestão participativa, na qual os alunos escolhem os projetos que querem desenvolver durante o ano letivo. Os conteúdos de todas as disciplinas são aplicados no contexto de interesse das crianças. Dentre os pensadores que influenciaram esse método estão o brasileiro Paulo Freire, para quem o aprendizado deveria ser desenvolvido dentro da realidade do aluno e do que faça sentido para ele, valorizando-o como indivíduo; e o filósofo norte-americano John Dewey, defensor da atividade prática e da democracia como importantes ingredientes da educação. Um exemplo dessa aplicabilidade foi quando em 2016, ano em que o estado de São Paulo

ainda passava pela crise hídrica, os alunos da Lumiar quiseram fazer brincadeiras com água no colégio. O educador responsável aproveitou o momento para explicar às crianças o problema pelo qual as cidades estavam passando e, assim, a turma passou a buscar soluções para reutilização da água na escola. A empreitada terminou com a construção de uma cisterna para coletar água da chuva no local. Na elaboração do projeto, as crianças foram treinadas em operações básicas de matemática para a compra de materiais, conceitos de geometria na construção das estruturas, e estudaram o ciclo da água na disciplina de Ciências.

Além disso, há colégios que tentam se adaptar às questões de tecnologia e conceitos aplicados com soluções mais práticas, já vendidas por empresas de consultoria da área de Educação. Na região do Morumbi, o colégio Pio XII, por exemplo, implantou no último ano uma “sala maker”, espaço que os professores de qualquer matéria podem usar para aplicar os conteúdos.

Alexandre Regatieri do Carmo, coordenador de tecnologia da educação, explica que a busca por essa solução surgiu pela necessidade de incluir a tecnologia no aprendizado das crianças. Para os estudantes, a nova forma de ensinar é bastante divertida e estimulante. O aluno do 6º ano do Pio XII Gabriel Geraldês, de 11 anos, diz que ir para a “sala maker” é o momento preferido do dia. Ele participou da construção de um holograma com os colegas e a professora de matemática. “Foi igual a gente vê nos filmes, mas mais barato de fazer”, conta. O projeto desenvolveu os conceitos de simetria estudados nas aulas e foi construído com folhas de papel branco e preto, além de acetato. “É mais legal que Educação Física”, diz o garoto.

topo ↕

ISTOÉ - SP - BRASIL CONFIDENCIAL

Para educação

O deputado Edilvan Alencar (PDT-CE) propõe uma destinação nobre para o dinheiro de corrupção colhido pela Lava Jato. Depois da polêmica com o fundo que o Ministério Público pretendia criar, Edilvan protocolou na segunda-feira 18 projeto que cria o Fundo de Expansão da Educação Infantil, que receberia os R\$ 2,5 bilhões do acordo entre a Petrobras e a Lava Jato.

Prioridade

Edilvan quer que todo dinheiro arrecadado no combate à corrupção, tráfico de drogas e lavagem de dinheiro seja também destinado ao fundo de educação. “Poderemos avançar muito se o dinheiro retornado aos cofres públicos efetivamente virar escolas e creches, em desenvolvimento civilizatório para a população”, defende o deputado.

topo ↕

ZERO HORA - RS - ESPECIAL

O SOLO comprometido

O BRASIL TEM ENCRAVADO EM SEU TERRITÓRIO UMA MISTURA COMPLEXA DE AGROTÓXICOS, ALGUNS DELES PROIBIDOS NO PAÍS, APONTA ESTUDO REALIZADO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG)

FLÁVIO M. RODRIGUES DA SILVA JR.

Biólogo e professor de Toxicologia da Furg

CAROLINE FEIJÓ FERNANDES

Bióloga e doutoranda em Ciências da Saúde da Furg

Falar sobre agrotóxicos passou a ser um assunto corriqueiro para os brasileiros. Na mesa de jantar ou de um bar, hoje comenta-se muito sobre seus riscos à saúde humana ou mesmo a aniquilação de populações de abelhas em várias partes do mundo. Dentre todos os poluentes ambientais, os agrotóxicos talvez sejam os mais controversos, pois envolvem, muitas vezes em lados opostos, forças poderosas do agronegócio e ambientalistas. Desde 2008, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e, no ambiente, o solo é um dos principais depósitos desses compostos.

Nesse sentido, o estudo de mestrado de Caroline Fernandes, orientado por Flávio Rodrigues da Silva Jr., na Universidade Federal do Rio Grande (Furg), investigou, por meio de um método sistemático de revisão de literatura em bases de dados internacionais, a presença e a distribuição de agrotóxicos nos solos em todo o território brasileiro. A pesquisa teve apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**) e foi concluída em fevereiro passado.

Seus resultados apontam para cenários interessantes e, em alguns pontos, preocupantes. Apenas 21 estudos foram encontrados pela revisão sistemática. Somente 12 das 27 unidades federativas do país já realizaram alguma pesquisa que investigasse a presença de agrotóxicos em amostras reais de solo: Amazonas, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Curiosamente, os Estados considerados os maiores consumidores de agrotóxicos não lideram a lista de estudos sobre a presença dessas substâncias no solo. Ainda, os agrotóxicos mais usados no país não são os mesmos investigados nas pesquisas científicas. O glifosato, herbicida mais comercializado no território brasileiro, é um exemplo: em nenhum dos 21 estudos buscou-se investigar sua presença no solo do país.

Outra preocupação relatada pelos pesquisadores é a de que, em 20% das amostras estudadas, foram encontrados 10 ou mais diferentes tipos de agrotóxicos. Essa mistura complexa de agrotóxicos pode ter risco extremamente elevado, e a extensão dos danos causados ao ambiente e à saúde são difíceis de quantificar com precisão. O efeito combinado de vários agrotóxicos presentes em diferentes quantidades em uma única amostra de solo é muito difícil de ser estimado.

Outro dado curioso destacado pelo trabalho é o de que mais da metade das amostras de solo que continham agrotóxicos (52%) foram coletadas em áreas residenciais e urbanas, frente a 48% de áreas de agricultura.

A pesquisa concluiu que a quantidade de alguns agrotóxicos já proibidos no Brasil, como o DDT (diclorodifeniltricloroetano) e o HCH (hexaclorocicloexano) chega a ser seis vezes maiores em áreas residenciais do que nas rurais. Esse dado liga o alerta sobre a persistência desses compostos no solo, uma vez que já têm seu uso vetado, e da utilização e do comércio indiscriminado desses agentes tóxicos em áreas urbanas, principalmente no controle de vetores de doenças, no uso veterinário, em jardinagem e mesmo no uso doméstico.

Os pesquisadores também discutem sobre as fragilidades da legislação brasileira em relação aos valores limites de contaminantes nos solos. A pesquisa mostrou que, dos 55 agrotóxicos encontrados nos estudos, apenas 22% possuem limites máximos dispostos na resolução vigente. Além disso, quando foram comparados os limites legais

brasileiros aos de outros países, como o Canadá, alguns agrotóxicos encontrados nos estudos mostraram ter limite permitido mil vezes maior no Brasil. Esse tipo de informação indica a necessidade urgente de inclusão de novos agrotóxicos à lista de compostos legislados e a revisão dos valores daqueles que já constam nas listas oficiais.

Ainda não há consenso se os agrotóxicos são os grandes vilões do século, quando falamos no aumento do número de casos de autismo, cânceres e doenças neurodegenerativas, mas o que temos certeza é que o número de estudos científicos sobre esse tema está muito longe do ideal.

topo ↕

A GAZETA - ES - BRASIL

Em crise, ministério tem terceira baixa em dez dias

Iolene Lima, anunciada como nova número 2 do MEC, foi demitida do cargo de diretora

A educadora evangélica Iolene Lima, que havia sido anunciada como anova número dois do Ministério da Educação (MEC) na semana passada, foi demitida ontem. Ela foi comunicada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez de que não fazia mais parte da equipe. Iolene, antes de ser chamada para o cargo de secretária executiva, era diretora de formação da pasta. Ela também não voltará para essa função. É terceira mudança na Secretaria-Executiva em apenas dez dias, O nome Iolene não teria agradado o governo, que não permitiu sequer que ela fosse nomeada, mesmo depois de anunciada pelo ministro. Segundo fontes, o Planalto estaria buscando um nome forte para número 2 do MEC para tentar manter Vélez no cargo. Há mais de uma semana fala-se numa provável demissão do ministro, muito enfraquecido depois de disputas internas e medidas polêmicas. Apesar de evangélica, Iolene não tinha o apoio da bancada evangélica no Congresso.

No entanto, o deputado federal Marco Feliciano (Podemos) declarou que não era preciso demiti-la. “Ajudou a fragilizar ainda mais o Vélez. Ele é de uma inabilidade grotesca. Para que demitir a coitada? Não bastou a exposição? Porque não deixou ela quieta na diretoria?”, afirmou. Ela foi indicada para o MEC por Luiz Antonio To zi, ex-secretário executivo, também demitido. Os dois são da mesma cidade. Antes dela, Vélez chegou a anunciar para o cargo Rubens Barreto da Silva, que também não assumiu. Em mensagem aos amigos, Iolene diz que mesmo com “um quadro bastante confuso na pasta”, aceitou a nova função dentro do ministério. “No entanto, hoje (ontem), após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC. Não sei o que dizer, mas confio que Deus me guardará e guiará!” Em um vídeo de 2013, durante entrevista a um canal de TV evangélico, Iolene defendeu organizar o currículo escolar “a partir das escrituras”. As mudanças sobre a titularidade do segundo posto mais importante do MEC não foram as únicas. Houve um expurgo em cargos ocupados por alunos de Olavo de Carvalho, que ministra aulas com viés político de direita pela internet.

MOURÃO

O general Hamilton Mourão(PRTB), presidente interino enquanto Jair Bolsonaro (PSL) está no Chile, disse que o Ministério da Educação “está enfrentando alguns problemas”.A declaração de Mourão foi feita durante palestra para empresários, ontem, na Fiergs (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul), em Porto Alegre. “Temos que reformar nosso sistema educacional. Sem educação, não haverá produtividade. Podem criticar o nosso ministério da Educação, que está enfrentando alguns problemas. Mas eu

tenho falado e falo aqui para todos. Não é combate comunismo com comunismo de sinal contrário. Te mos que saber enfrentar isso aí para mudar a cultura do nosso país”, disse o general. Tanto Olavo de Carvalho como seus alunos costumam alegar que a educação no Brasil é marxista, o que é contestado por especialistas na área. Vélez também já se valeu do termo “comunista” para rebater críticas. Olavo também tem atacado Mourão, que se queixou das provocações recebidas durante o compromisso em Porto Alegre. Questionado sobre quando o Brasil “será um país de ordem e progresso”, no momento destinado às perguntas da plateia, Mourão respondeu: “Tem um cidadão que mora nos Estados Unidos, o Olavo de Carvalho, todos os dias e leme xinga. É le astrólogo, viu. Astrólogo da Virgínia [estado norte-americano onde vive]. Tenho que passar pra ele essa bolsa de cristal”. (Com agências)

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - POLÍTICA

Para Paulo entender Olavo A "revolução" do guru fuzilaria os liberais junto com os comunistas, se pudesse

“Por que o líder dispara contra a revolução que inspirou?”, perguntou um inconformado Paulo Guedes a Olavo de Carvalho no jantar em homenagem a Bolsonaro, em Washington. Na véspera, o Bruxo da Virgínia atirara um petardo contra Hamilton Mourão, responsabilizando-o pela virtual dissolução do governo no horizonte de seis meses. Paulo merece resposta. Ofereço-lhe duas, complementares.

A primeira: a “revolução” de Olavo não é a de Paulo, e uma conflita com a outra.

Paulo acalenta a doutrina do liberalismo econômico radical: o Estado mínimo. Já Olavo interessa-se apenas marginalmente por economia. A “revolução” dele também é um retorno, mas não ao Estado liberal do século 19 e sim a um passado mítico de soberanias estatais absolutas, hierarquias patriarcais fundadas na tradição e respeito às “liberdades naturais” do colono armado. Numa síntese rápida, a fusão do conservadorismo romântico europeu com o nativismo individualista americano.

Olavo não é original. Logo após a Primeira Guerra Mundial, Oswald Spengler anunciou o “declínio do Ocidente”, fruto de um longo envenenamento cultural provocado pelas bactérias do Iluminismo. Do nacionalismo conservador e autoritário spengleriano nasceu essa contrafação pós-moderna: o mingau “filosófico” servido pelo Bruxo da Virgínia e, de modo geral, pela alt-right (direita nacionalista) americana. Paulo talvez não se interesse por esse labirinto ideológico, mas deveria prestar atenção à sua implicação.

A alt-right difunde a tese de que os “liberais globalistas” estão associados aos “marxistas” numa conspiração mundial contra os povos. Nessa aliança fantasiosa, Paulo figura no primeiro grupo. A “revolução” de Olavo fuzilaria os liberais junto com os comunistas, se pudesse.

No dia seguinte ao célebre jantar, Bolsonaro prostrou-se aos pés de Trump. Cito, com autorização, a incisão cirúrgica realizada pelo embaixador Marcos Azambuja num debate fechado: “O produto que Bolsonaro tentou vender não tem demanda na Casa Branca. Trump despreza os que o bajulam; ele gosta de Putin e Kim Jong-un, que o confrontam.” Acrescento: a “revolução” de Olavo é uma ideia fora de lugar, a importação de um discurso populista estranho aos dilemas brasileiros.

A segunda resposta: a “revolução” de Olavo é uma “revolução permanente”, uma guerra sem fim contra moinhos de vento.

O Bruxo da Virgínia precisa conservar seu estatuto de bruxo – ou seja, a condição de guru de uma seita. Para reter a lealdade total de seus seguidores, deve evitar que eles sejam contaminados pelos intercâmbios de interesses e conciliações políticas inerentes a qualquer governo. Por meio da “revolução permanente”, o líder impede que seus liderados cedam à tentação de oscilar entre os comandos de dois senhores.

Olavo não é tonto como seus “alunos” que colonizam o Itamaraty e o MEC. Ele sabe que clama por uma utopia: a volta dos ponteiros da História a uma Idade de Ouro imaginária. Sabe, portanto, que qualquer governo está destinado ao fracasso, se a medida do sucesso for a régua maximalista da sua utopia. O líder que não pretende ser desmascarado pela inevitável falência de sua “revolução” precisa identificar e denunciar, previamente, os traidores da causa. Daí, o recurso à “revolução permanente”: o líder dispara contra a revolução que inspirou.

A consequência da “revolução permanente” é a perene ingovernabilidade. Sacudido por crônicas guerras intestinas, o governo carece da coesão, da autoridade e da força persuasiva para formar maiorias parlamentares sólidas. O projeto da reforma previdenciária, ato inaugural da “revolução” de Paulo, corre o risco de ser tragado no vórtice da “revolução” de Olavo. Há algo mais. Entre os “alunos” do Bruxo da Virgínia, contam-se ao menos dois dos filhos do presidente. A “revolução” de Olavo é a de Jair. Anote isso, Paulo.

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO

Jogos virtuais na formação humana

Suzi Maria Nunes Cordeiro

Professora do curso de pedagogia da Unicesumar

Marcia Maria Previato de Souza

Coordenadora do curso de pedagogia da educação a distância da Unicesumar

Semana passada, fomos surpreendidos com o ataque a uma escola em Suzano (SP) que resultou na morte de oito pessoas. Os dois responsáveis cometeram suicídio logo em seguida, causando dúvidas sobre os motivos que os levaram a essa atrocidade. Entre eles, um jovem de 17 anos que, aparentemente, tinha afeição por jogos violentos. Nesse contexto, o vice-presidente, Hamilton Mourão, afirmou que "hoje a gente vê essa garotada viciada em videogame. E videogames violentos, só isso que fazem". Assim, tivemos declarações de especialistas e celebridades compactuando ou refutando essa opinião.

Podemos afirmar, no campo da educação, que apesar de a formação humana sofrer influências de jogos virtuais, por exemplo, ela vai além, sendo os familiares os primeiros responsáveis pela aprendizagem e desenvolvimento pleno do sujeito (emocional, cognitivo, social, entre outros aspectos) e, posteriormente, a escola (ou concomitantemente).

Vale destacar que os jogos violentos estão causando o efeito de distorção do que é socialmente correto e errado ou, ainda, o jovem já tem essa distorção em sua formação e

está vendo os jogos como extensão de sua vida. Compreendemos que o núcleo familiar, independentemente da composição, ajuda na definição dos comportamentos, do caráter e das emoções, ainda que não seja o único meio de formação dos sujeitos. Nesse contexto, está a escola, que tem como função social a transformação do ser humano em ser humanizado, ou seja, com comportamentos e conhecimentos necessários para a convivência em sociedade. E isso nos traz questionamentos: em qual sociedade vivemos? Quais cidadãos formaremos?.

A sociedade atual, do século 21, já estava prevista para ser portadora de grandes avanços tecnológicos, os quais não irão retroceder. Contudo, é preciso compreender que os cidadãos devem saber lidar com as tecnologias, mas também acreditamos que família e escola precisam se unir para amparar, desde a infância, esses sujeitos.

Pensando no caso de Suzano, antes de culpar os jogos precisamos investigar como isso chega até a criança ou adolescente e por que o sujeito se atrai tanto por eles. Geralmente, trata-se de um refúgio ou um hábito criado dentro das relações familiares. Por isso, esse primeiro vínculo é importante na formação humana, podendo reforçar comportamentos do seu núcleo ou refutá-los, mas, de qualquer forma, será determinante em sua vida social, emocional e comportamental.

A família precisa retomar o controle sobre a educação de suas crianças e adolescentes e compreender que seu papel é fundamental na formação. A escola, por sua vez, precisa contribuir para a educação desses jovens, para que tenham consciência do uso correto das tecnologias como aliadas, um meio de facilitar estudos, aprendizagem e o aumento de performance. Os próprios videogames podem ser utilizados para ajudar no desenvolvimento de habilidades cognitivas, tais como percepção visual, auditiva, memória e atenção, entre outras.

O que concluímos é que em vez de culpar os jogos e as tecnologias de forma geral pelos novos comportamentos, sobretudo os de violência, precisamos educar os cidadãos do século 21 para utilizá-las de forma positiva. Isso precisa ser feito tanto pela família, considerando os aspectos morais, culturais e afetivos, quanto pela escola, que tem a função social de caráter formativo, considerando os aspectos atitudinais e, principalmente, científicos.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - OPINIÃO

O bê-á-bá da educação

Em setembro de 2006, nasceu o movimento Todos pela Educação, que estabeleceu objetivos para o bicentenário da independência do Brasil. Entre outras metas, todas as pessoas com idade entre 7 e 17 anos devem estar na escola em 7 de setembro de 2022, todo indivíduo com idade de 8 anos deve dominar a leitura, todos os alunos devem concluir as etapas de estudos e, como ponto de partida, o País garantiria os investimentos na educação básica. Treze anos depois, o Sistema de Avaliação da Educação Básica do Ministério da Educação revela que as metas ainda estão distantes das expectativas de uma monumental comemoração dos dois séculos da independência.

Os números colocam o nosso País entre os mais atrasados, como um milhão e meio de pessoas com idade escolar fora da sala de aula. Mais da metade dos alunos que entram na primeira série do ensino médio sem concluírem o 9º ano do ensino fundamental na idade correspondente. Apenas 14 concluem o ensino médio sem interrupção e só 11

chegarem à universidade, ou coisas como: 61% dos alunos do 5º ano não conseguem interpretar textos simples, 65% não dominarem cálculo e 60% dos alunos do 9º ano não saberem realizar cálculos de porcentagem. Esse cenário de atraso foi visto aqui no Recife pela repórter Margarida Azevedo, que encontrou em uma escola municipal da Guabiraba estudantes que não sabem as quatro operações básicas de matemática.

As dificuldades detectadas pelo Saeb são visíveis em uma escola de referência no bairro de Santo Amaro, onde a repórter tomou conhecimento, através de uma professora de português, de alunos do 3º ano do ensino médio que têm dificuldade para separar sílabas. Isso está lá no relatório do movimento Todos pela Educação, onde consta que a situação mais crítica é do ensino médio. Nesse ponto, fica a certeza de que não haverá muito a ser comemorado em 2022, por uma razão elementar, que deve ser acessível a qualquer iniciado em leitura, pesquisa, estudos básicos, médios ou superiores: sem educação não há solução, não se conquista a independência que se imaginou para o Brasil em 1822.

O que deve ser posta como fundamental neste momento é a pergunta: não tem solução? Felizmente, a resposta é positiva, tem solução sim, e há comprovação aqui mesmo no Recife com o exemplo da Escola São Cristóvão, que em 2011 tinha o pior Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e em 2017 conquistou a melhor nota da cidade. O “milagre” foi direção e corpo docente arregaçarem as mangas para corrigir os rumos. Ninguém mais que professores, professoras e dirigentes escolares para conhecer as causas das dificuldades pedagógicas, apreenderem a lição básica que é a relação entre educação e desenvolvimento, e botarem no quadro negro para os políticos também aprenderem. Eles vão ficar sabendo, por exemplo, que o bê-á-bá começa pela valorização dos profissionais de educação.

topo ↕

O POVO - CE - BRASIL

Evangélica anunciada como nº 2 do Ministério da Educação é demitida

A educadora evangélica Iolene Lima, que havia sido anunciada como a nova número 2 do Ministério da Educação (MEC) na semana passada, foi demitida nesta quinta-feira. Ela foi comunicada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez de que não fazia mais parte da equipe. Iolene, antes de ser chamada para o cargo de secretária executiva, era diretora de formação da pasta. Ela também não voltará para essa função. O nome dela não teria agradado ao governo, que não permitiu sequer que ela fosse nomeada. Segundo fontes, o Planalto estaria buscando um nome forte para número 2 do MEC para tentar manter Vélez no cargo. Há mais de uma semana fala-se numa provável demissão do ministro, muito enfraquecido depois de disputas internas e medidas polêmicas. Apesar de evangélica, Iolene não tinha o apoio da bancada evangélica no Congresso. Ela foi indicada para o MEC por Luiz Antonio Tozi, exsecretário executivo, também demitido. Antes dela, Vélez chegou a anunciar para o cargo outro nome que também não assumiu.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Bloqueio no orçamento faz verba para custeio e investimentos ser a menor dos últimos dez anos

Bloqueio de R\$ 29 bi foi anunciado pelo governo nesta sexta. Segundo Ministério da Economia, medida fez com que limite de despesas não obrigatórias caísse de R\$ 129 bi para R\$ 90 bi.

O bloqueio no orçamento anunciado pelo governo nesta sexta-feira (22) fará com que a verba para custeio e investimentos seja a menor desde 2008, quando começou a série história do Tesouro Nacional.

Ao todo, o bloqueio anunciado é de R\$ 29,7 bilhões e, segundo a equipe econômica, o objetivo é garantir o cumprimento da meta fiscal deste ano.

Com a medida, explicou o secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, o limite dos gastos discricionários (não obrigatórios) caiu de R\$ 129 bilhões para R\$ 90 bilhões neste ano (veja no gráfico abaixo).

O governo afirma que buscará reverter o bloqueio e, com isso, tentar elevar o limite dos gastos com custeio e investimentos.

Gastos do governo

Verba para custeio e investimentos, por ano

Em R\$ bilhões

113,9113,9130,8130,8134,1134,1137,9137,9148,9148,9160,1160,1184184145145150,8
150,8117,5117,5128,8128,8909020082009201020112012201320142015201620172018
2019 (pode ser revisto)050100150200

Fonte: Ministério do Planejamento

Efeitos nos serviços públicos

Se for confirmado o teto de R\$ 90 bilhões para as despesas não obrigatórias, podem faltar recursos para alguns serviços do governo.

Em 2017, por exemplo, quando o teto era de R\$ 117 bilhões, a impressão de passaportes e as fiscalizações contra o trabalho escravo chegaram a ser suspensas ou reduzidas. Também houve redução nos recursos para as universidades federais.

De acordo com a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, o espaço necessário para os gastos públicos deve ficar acima de R\$ 75 bilhões. Assim, diz a IFI, não haverá problemas no funcionamento de ministérios nem na operacionalização de políticas públicas.

Esse seria o piso necessário, de acordo com o órgão, para evitar o chamado "shutdown" da máquina pública ou "desligamento", por meio do qual o governo tem o funcionamento prejudicado e não consegue produzir alguns serviços públicos para a sociedade.

De acordo com estudo do economista e pesquisador Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, porém, quando se olha para "todos os indicadores disponíveis", a impressão é que se a despesa discricionária ficar abaixo de R\$ 120 bilhões é "muito provável que o governo federal já esteja muito próximo de aplicar um shutdown na prática".

Entre os gastos não obrigatórios, estão:

Investimentos em infraestrutura;
Ações de defesa agropecuária;

Bolsas do CNPq;

Concessão de bolsas de estudo (**Capes**);

Pronatec;

Emissão de passaportes;

Farmácia popular;

Fiscalização ambiental (Ibama);

Bolsas para atletas;

Aquisição e distribuição de alimentos para agricultura familiar;

Despesas administrativas do governo (água, energia elétrica, serviços terceirizados).

Segundo analistas, entre os principais gastos afetados pela redução das despesas discricionárias geralmente estão os investimentos públicos em infraestrutura, que, em 2018, atingiram o menor patamar em dez anos, somando R\$ 27,8 bilhões.

O que diz a equipe econômica

Ao anunciar o bloqueio no orçamento de 2019, o secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, afirmou que o governo buscará reverter esse corte no decorrer deste ano.

Para isso, espera contar com recursos decorrentes do crescimento da economia, da privatização da Eletrobras e da cessão onerosa (contrato firmado entre Petrobras e União, cujo excedente pode render cerca de R\$ 100 bilhões neste ano).

"Não há nenhuma estimativa de problemas na operacionalização da máquina pública. O cenário econômico está sendo acompanhado para reversão desses valores [bloqueados]", declarou ele, citando o processo de venda de ativos (Eletrobras e cessão onerosa, por exemplo). "A máquina não vai parar, absolutamente", acrescentou.

No médio prazo, o governo tem defendido uma reforma da Previdência para diminuir o patamar de gastos obrigatórios, que estão acima de 90% das despesas totais neste ano para, deste modo, abrir espaço para gastos discricionários.

A reforma da Previdência é prioridade da equipe econômica do governo Jair Bolsonaro, que encaminhou uma proposta ao Legislativo no mês passado. Além disso, o governo também anunciou que pretende diminuir o percentual de "vinculações" no orçamento.

topo 

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Vélez propõe modelo cívico-militar em escola onde houve tiroteio

Ministro se reúne dia 25 com prefeito de Suzano para conversar

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, vai discutir a implantação do modelo cívico-militar na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (SP), onde, no último dia 13, dois ex-alunos entraram armados e atiraram contra estudantes e funcionários. A tragédia provocou dez mortos e 11 feridos. Nesta sexta-feira (22), na sua conta no Twitter, o ministro disse que irá se encontrar com o prefeito da cidade, Rodrigo Ashiuchi, na segunda-feira (25), "para estudarmos a viabilidade do modelo cívico-militar na escola".

Vélez anunciou que irá antecipar o repasse anual do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a escola. O PDDE destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e a outras instituições que

preenchem os requisitos estipulados pelo MEC. As escolas devem ofertar programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

Todos os anos, os repasses são feitos em duas parcelas, uma delas efetivada até 30 de abril e a segunda, até 30 de setembro. "Como um alento à comunidade escolar de Suzano, Raul Brasil, informo que o MEC antecipou o repasse anual do PDDE. Segunda-feira [25], me encontrarei com o prefeito, Rodrigo Ashiuchi, para estudarmos a viabilidade do modelo cívico-militar na escola", disse o ministro pela rede social.

A escola Raul Brasil foi reaberta esta semana, mas as aulas ainda não foram retomadas. Equipes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Prefeitura, psicólogos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), Universidade de São Paulo (USP), entre outras instituições oferecem atendimento psicossocial especializado para funcionários, alunos e familiares.

No ataque, entre os mortos havia cinco estudantes, duas funcionárias, um empresário e os dois atiradores.
Escolas cívico-militares

As escolas cívico-militares contam com uma gestão compartilhada entre sociedade civil e militares. Atualmente, são cerca de 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia Militar do Distrito Federal (DF).

Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC, que passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. O MEC ainda não apresentou uma proposta detalhada de como será feito o fomento.

No início do ano, a pasta informou que o modelo de escola "conterá com a participação de vários segmentos da sociedade. Cada ente envolvido, dentro de sua esfera de competência, terá importância fundamental para a construção de um Brasil melhor. Essas unidades de ensino serão voltadas para as famílias que concordam com essa proposta educacional". Para ser implementado, o modelo precisa da participação de estados e municípios.

Procurada, a Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, esclarece que a Escola Estadual Professor Raul Brasil pertence à rede estadual, ficando, portanto, a cargo do governo do estado e não da prefeitura. A secretaria informou que não foi procurada pelo MEC e que portanto ainda não se manifestará sobre o assunto..

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Por que Vélez ainda está lá?

Técnicos brigam com olavistas, que brigam com militares, que brigam com evangélicos....Disputas para todos os gostos no MEC e anúncios polêmicos não foram suficientes (ainda) para tirar o ministro da Educação do poder

Caro leitor,

Mais uma semana termina e você deve estar se perguntando por que o ministro da Educação ainda está no cargo. Há mais de 20 dias, Ricardo Vélez Rodríguez mostra seu enfraquecimento para quem quiser ver. O estopim foi um pouco antes, em 25 de fevereiro, quando o Estado revelou que o ministro havia mandado um e-mail para todas

as escolas do País pedindo que o slogan da campanha de Jair Bolsonaro fosse lido e que as crianças fossem filmadas cantando o Hino Nacional. A história exacerbou uma disputa que começara já nos primeiros dias da gestão entre diversos grupos (já se falou em três, quatro e até cinco) no Ministério de Educação (MEC).

Há a turma dos seguidores do professor de filosofia pela internet Olavo de Carvalho, guru dos bolsonaristas. Eles são os principais rivais do chamado grupo técnico, que veio principalmente do Centro Paula Souza, órgão do governo de São Paulo que administra as faculdade de tecnologia e escolas técnicas. O grande representante dos paulistas era Luiz Antonio Tozi, que encabeçou um choque de gestão no MEC e tentou colocar freio na ânsia ideológica de “olavistas”, mas acabou demitido poucos dias depois a pedido do presidente. Foi chamado de “tucano”. Bolsonaro ouviu conselho do próprio Olavo, que lá dos Estados Unidos xingou muito e pediu a cabeça de Tozi depois que alguns de seus ex-alunos haviam sido colocados pra fora.

Há também os militares, que se dividem entre dois grupos, o que confunde ainda mais. O presidente do Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais (Inep), Marcus Vinícius Rodrigues, e o do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Carlos Decotelli, participaram do grupo que fez a transição no MEC e reunia militares da reserva. Eles trouxeram seus homens de confiança para os dois órgãos e trabalham independente do que acha o ministro.

Já o coronel Ricardo Roquetti é do grupo dos militares da ativa e chegou indicado pela deputada federal Bia Kicis (PSL-DF). Aproximou-se rapidamente de Vélez - se conheciam do passado na Escola Superior do Exército - e deixou “olavistas” enciumados. Roquetti tentou blindar Vélez das influências dos “olavistas” e também foi vítima do filósofo da Virgínia. Vélez teve de demiti-lo. E, por último, há os evangélicos, que em geral jogam no time dos técnicos. A última baixa foi justamente dessa turma, com a saída de Iolene Silva, evangélica que havia sido anunciada para secretária executiva pelo ministro, mas não agradou ao Planalto - e nem à bancada evangélica. Ela acredita que crianças devem começar a ter contato com as matérias no primeiro livro da Bíblia Sagrada, o Gênesis.

MEC

Em meio a tantas disputas e com um ministro que pode cair a qualquer momento, é impossível que as coisas andem no MEC. Como mostrei na minha coluna, editais não estão sendo assinados, políticas não são finalizadas. As únicas duas medidas que surgiram foi, primeiro, um decreto sobre alfabetização que causou polêmica ao dar preferência ao método fônico para ensinar crianças a ler e escrever no País, revelado pelo Estado antes que o governo divulgasse oficialmente. Especialistas criticaram e disseram que é uma forma antiga e muito tecnicista de ensinar. Em seguida, o Inep criou uma comissão de três pessoas para analisar se as questões do Enem ofendem “tradições ou costumes nacionais”. Ministério Público Federal e partidos de oposição já pedem explicações do órgão, acusado de ‘abuso de poder’ e de instaurar censura no maior vestibular do País.

O que se diz é que Vélez segue sentado na sua cadeira no 8º andar do ministério porque o governo não encontrou ainda um substituto com bom perfil, mas que também ajude a aprovar a reforma da Previdência. Evangélicos tentaram indicar nomes, “olavistas”

também, e militares correm por fora. Cada dia surge um nome novo, não há consenso no Planalto. E a educação segue em ponto morto.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo reavalia estratégia para liberar ensino domiciliar

Texto deve chegar ao Congresso como projeto de lei, não mais por medida provisória

Brasília

O governo Jair Bolsonaro (PSL) reavalia o plano de encaminhar ao Congresso uma medida provisória para estipular regras para a educação domiciliar, o chamado homeschooling. A proposta deve constar agora em um projeto de lei, que tem tramitação mais lenta e não começa a valer a partir do momento de sua edição, como ocorre com uma MP.

O motivo para o recuo é o cenário instável na relação com o Congresso. A reforma da Previdência é a prioridade do governo, que nem sequer conseguiu formar uma base aliada, o que dificulta o início da tramitação do projeto.

O tema, histórica agenda de grupos religiosos, foi alçado como prioridade para os 100 primeiros dias da gestão. O governo pretende regulamentar o homeschooling depois que o STF (Supremo Tribunal Federal) barrou a prática por não haver legislação a respeito.

A iniciativa é liderada pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, mas a redação do texto tem sido acordada com o MEC (Ministério da Educação), pasta responsável pela política educacional. Também há colaboração do Ministério da Cidadania. No MEC, o envio de um projeto de lei é dado como certo. No Ministério da Mulher, no entanto, a equipe diz que considera substituir a MP por projeto de lei, mas que o martelo não está batido.

"Ainda não foi decidido, mas poderá ser essa a via", disse à Folha a secretária nacional da Família, Angela Gandra Martins. "Estamos efetivamente estudando a maneira mais eficaz de veicular o direito dos pais, a partir do diálogo entre os poderes", afirmou.

Independentemente do instrumento que será utilizado para fazer a regulamentação, o texto está atrasado.

A ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, havia dito em audiência pública no Senado, no fim de fevereiro, que a proposta chegaria ao Congresso em dez dias. Um mês depois, não há qualquer definição.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente da República em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.

Parlamentares de oposição já articulam questionamentos ao argumento de que há alguma urgência no tema, que tem alcance limitado de interessados.

O governo citou na mensagem ao Congresso, em fevereiro, que a medida afetaria 31 mil famílias —nota anterior do governo falava em cerca de 5.000 famílias. O Brasil tem mais de 48 milhões de estudantes.

O artigo 6º da Lei de Diretrizes e Bases, que regula a educação, afirma que "é dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos quatro anos de idade".

O Ministério da Mulher defende que a proposta vai garantir o direito ao ensino domiciliar. O projeto deve permitir o homeschooling, mas manter a exigência de avaliações periódicas dos alunos na escola.

"O objetivo é construir uma proposta sólida, que garanta segurança jurídica às famílias que optarem por essa modalidade de ensino", diz nota divulgada pela pasta ainda em janeiro. Desde aquele mês, o governo tem criado a expectativa de que o texto de uma medida provisória estaria já nos ajustes finais.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Suzano : Vélez Rodríguez estuda militarização de escola atacada
Segundo o ministro da educação, a questão será discutida na próxima segunda-feira (25) com o prefeito da cidade, Rodrigo Ashiuchi**

O ministro Ricardo Vélez Rodríguez publicou na tarde desta sexta-feira (22/3) um comunicado em que informa estudar a viabilidade de implementar o modelo cívico-militar na escola estadual Raul Brasil, em Suzano. Um massacre na unidade no último dia 13 deixou 10 mortos.

Apesar de a escola ser administrada pela rede estadual de São Paulo, o ministro diz que a possível militarização da unidade vai ser discutida com o prefeito de Suzano, Rodrigo Ashiuchi, na segunda-feira (25).

A expansão de escolas com gestão compartilhada com a Polícia Militar é uma das apostas do governo Jair Bolsonaro e foi elencada como uma das prioridades para a área da educação. No início do ano, houve inclusive uma reformulação no Ministério da Educação para a criação de uma nova subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Pelo Twitter, o ministro também anunciou que antecipou o repasse anual do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a unidade "como um alento à comunidade escolar de Suzano". O recurso é enviado anualmente para todas as escolas públicas brasileiras e dá liberdade para que utilizem da maneira que acharem melhor.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Vélez fica no cargo, mas não pode nomear mais ninguém
Desgastado, o ministro da Educação tenta se manter no posto, mas é intensa a movimentação para que um substituto seja encontrado**

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi desautorizado a nomear integrantes da sua própria equipe. A ordem partiu do Palácio do Planalto, depois de o professor colombiano divulgar dois nomes para a secretaria executiva da pasta, em seguida vetados pelo presidente Jair Bolsonaro.

Desgastado, Vélez tenta se manter no cargo, mas é intensa a movimentação para que um substituto seja encontrado. Enquanto avalia a situação, Bolsonaro decidiu assumir a condução para o desfecho da crise do MEC.

Um exemplo da falta de respaldo de Vélez foi a tentativa frustrada de nomear a pastora Iolene Lima como secretária executiva. Ela foi desconvidada para o posto ontem após sua indicação ter sido vinculada à primeira-dama, Michelle Bolsonaro. As duas frequentam a mesma igreja.

Antes da viagem para os Estados Unidos, Bolsonaro teve uma conversa dura com Vélez e informou que, por enquanto, ele permaneceria à frente da pasta. Desde que as primeiras polêmicas vieram à tona e que os sinais de enfraquecimento ficaram evidentes, militares iniciaram um movimento para tentar encontrar um substituto. Em outra frente, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também saiu em busca de um nome para ocupar o posto de Vélez.

No entanto, ao desembarcar dos EUA, na quarta-feira, Bolsonaro avisou que não tomará nenhuma medida de forma apressada. O presidente descartou uma estratégia proposta por Onyx, de pedir indicação ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O ministro da Casa Civil considerava que a estratégia seria importante para estreitar o apoio com senadores. Bolsonaro, no entanto, considera o momento ideal, para agradar, de uma vez só, às bancadas evangélica e católica, que já mostraram descontentamento com a falta de interlocução com o governo. Ele julgou ainda que a medida poderia fortalecer mais do que o necessário o presidente do Senado, o que tenta evitar.

Um dos nomes cotados para ocupar o posto de Vélez é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Ele tem o apoio das bancadas católica e evangélica, o sinal verde de Davi Alcolumbre e a simpatia da deputada Bia Kicis (PSL-DF). Relator do projeto Escola sem Partido, o senador se considera um bom nome para o posto, mas nega que esteja trabalhando pela indicação.

Stavros Xanthopoulos, consultor de educação de Bolsonaro no período da campanha, também voltou a ser cotado para substituir Vélez. Ele é tolerado pelo grupo de militares, conta com o aval do ministro da Economia, Paulo Guedes, e já trabalha pela candidatura. Xanthopoulos chegou a ter seu nome cogitado para ocupar o MEC na transição, mas foi descartado.

Na ala militar, a carta de opções é mais extensa. Entre os nomes, um dos mais cotados é Carlos Alberto Decotelli, presidente da Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Outros cotados são o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Camargo e o cientista político Antonio Flávio Testa, também da UnB e participante do grupo transição.

Estratégias

O Estado de S. Paulo apurou que há duas estratégias em curso para tentar reduzir a crise no MEC e aplacar as disputas internas dentro da pasta. Além da possibilidade de se encontrar um sucessor para Vélez, há também a alternativa de manter o ministro no cargo e colocar um nome forte como número dois da pasta. Nesse caso, Vélez teria uma atuação mais limitada.

Militares e o grupo político não descartam a possibilidade de que o segundo modelo prevaleça. Nesse sentido, iniciaram conversas para encontrar um nome em comum. Trabalham, ainda, para a possibilidade de políticos encaminharem o nome do ministro, enquanto militares, o do secretário executivo.

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, reconheceu ontem que o MEC precisa de um “freio de arrumação”. “O presidente já conversou com o ministro e vai ser organizado isso nos próximos dias”, disse. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

METRÓPOLIS - TEMPO REAL

Demissão de número 2 do MEC faz buscas por seu nome dispararem

As procuras pelo nome de Iolene Lima registraram crescimentos de 730% nas últimas 24h. Entre os termos buscados estão “Iolene Lima demitida”

A demissão da educadora Iolene Lima da Secretaria Executiva do Ministério da Educação (MEC), oito dias após ser anunciada e antes de ser efetivada, fez as buscas pelo seu nome na internet dispararem. Elas registraram crescimento de 730% nas últimas 24h.

A cidade de São José dos Campos (SP), na qual Iolene foi diretora de um escola, foi a com o maior interesse. Entre os termos de busca mais frequente estão “Iolene Lima MEC”, “Iolene Lima demitida” e “Iolene Lima Deus”.

A evangélica é a terceira indicada para a vaga desde o início do governo do presidente Jair Bolsonaro.

Recado

Em mensagem aos amigos nesta sexta de madrugada a evangélica afirmou que depois “de cinco anos à frente da direção do colégio que ajudei a fundar, deixei meu emprego a fim de aceitar um convite para, junto com outros profissionais, servir ao meu país, colaborando para um ideal que acredito: um Brasil melhor por meio da educação.”

Em seguida, Iolene diz que mesmo com “um quadro bastante confuso na pasta”, aceitou a nova função dentro do ministério. “No entanto, hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC. Não sei o que dizer, mas confio que Deus me guardará e guiará!”

Ela completa a mensagem desejando “o melhor” para “o governo do nosso Presidente Bolsonaro e ao Ministro Ricardo Vélez” E finaliza: “Que Deus abençoe nossa nação!”

Veja a publicação:

Demissão de número 2 do MEC faz buscas por seu nome dispararem

Em um vídeo de 2013, durante entrevista a um canal de TV evangélico, Iolene diz que o “primeiro matemático e geógrafo foi Deus” e que “as crianças começam a ter contato com essas matérias no primeiro livro da Bíblia Sagrada, o Gênesis”. Ela também defendeu organizar o currículo escolar “a partir das escrituras”.

Iolene dirigia o Colégio Inspire, em São José dos Campos, mantido pela Igreja da

Cidade. Em seu site diz que “apresenta todos os conteúdos curriculares dentro da cosmovisão bíblica”. É uma escola batista evangélica que tem entre os objetivos a “formação integral do ser humano” para cumprir “os propósitos de Deus no mundo”.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Ministro da educação diz estudar militarização de escola atacada em Suzano Apesar de a escola ser administrada pela rede estadual de SP, Velez diz que a possível militarização da unidade vai ser discutida com o prefeito da cidade

O ministro Ricardo Velez Rodríguez publicou na tarde desta sexta-feira, 22, um comunicado em que informa estudar a viabilidade de implementar o modelo cívico-militar na escola estadual Raul Brasil, em Suzano. Um massacre na unidade no último dia 13 deixou dez mortos.

Apesar de a escola ser administrada pela rede estadual de São Paulo, o ministro diz que a possível militarização da unidade vai ser discutida com o prefeito de Suzano, Rodrigo Ashiuchi, na segunda-feira, 25.

A expansão de escolas com gestão compartilhada com a Polícia Militar é uma das apostas do governo Jair Bolsonaro e foi elencada como uma das prioridades para a área da educação. No início do ano, houve inclusive uma reformulação no Ministério da Educação para a criação de uma nova subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

O ministro também anunciou que antecipou o repasse anual do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a unidade “como um alento à comunidade escolar de Suzano”. O recurso é enviado anualmente para todas as escolas públicas brasileiras e dá liberdade para que utilizem da maneira que acharem melhor.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Fraca articulação política de Marcos Pontes preocupa comunidade científica Comunidade aguarda implantação de projetos pelo titular do Ministério da Ciência e Tecnologia

Entre colegas que dizem ter pós-graduação em prestigiosa universidade americana sem tê-la de fato e aqueles que juram que a terra é plana, o novo ministro da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações (MCTIC), o astronauta Marcos Pontes, até que não se sai tão mal.

A maior parte dos membros da comunidade científica ouvidos pela Pública o vê com certa simpatia, com a ressalva de que o ministro não é nem pesquisador nem cientista.

Num primeiro momento, a maioria aprova as ideias que ele diz querer colocar em prática enquanto estiver no cargo. Em contrapartida, não tem tanta certeza se o novo titular do MCTIC conseguirá concretizá-las.

Nascido em Bauru, no interior de São Paulo, em 11 de março de 1963, Pontes ingressou na Academia da Força Aérea Brasileira (FAB) em 1981 e, em 1989, no curso de engenharia aeronáutica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Hoje, ele é tenente-coronel aviador da reserva. De acordo com sua biografia resumida no site do MCTIC, o novo ministro foi membro da turma de 1998 de astronautas da

Nasa e é o único brasileiro a ter ido ao espaço.

Pontes participou da Missão Centenário em 2006, resultado de uma parceria entre as agências espaciais do Brasil e da Rússia, “trabalhando 10 dias na Estação Internacional Espacial como Especialista de Missão, responsável pela manutenção dos sistemas da espaçonave e pela execução de pesquisas científicas escolhidas pela Academia Brasileira de Ciências (ABC)”.

As avaliações sobre Pontes, pessoalmente e de suas credenciais para o cargo, vão da aprovação às reticências e dúvidas. “Ele é visto com otimismo e esperança por um lado e com ceticismo por outro”, resume o biólogo Paulo Câmara, da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Missouri Botanical Garden (MBG), dos Estados Unidos.

“O novo ministro certamente não é um pesquisador nem um cientista e não atua na área, mas conhece esse mundo (melhor que ministros anteriores).”

A sua falta de articulação política para influenciar governo e Congresso a aprovarem medidas que beneficiem a ciência, no entanto, preocupa. “Estou certo que boa vontade ele tem, desejo de acertar também, mas temos que aguardar”, acrescenta Câmara.

Bom, mas nem tanto

Entre os mais otimistas com o novo ministro está o glaciólogo Jefferson Cardia Simões, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e vice-presidente do Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR), órgão máximo da pesquisa antártica internacional.

“Creio que foi uma ótima escolha”, avalia. “Ele tem muito bom treinamento na área de tecnologia e a equipe dele está muito bem montada.”

Para o pesquisador Marcos Cardoso Langer, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo (USP), a escolha de Pontes para o cargo foi boa, mas nem tanto.

“É melhor do que a nomeação de mais um político sem nenhuma afinidade com o tema para preencher a cota de algum partido, como tem sido o caso dos ‘patinhos feios’ da esplanada como o MCTIC, mas ainda assim é um factóide”, diz ele, que foi presidente da Sociedade Brasileira de Paleontologia de 2013 a 2017.

Na sua opinião, o novo ministro foi escolhido por ser figura conhecida e pela ligação que a população em geral vê entre ciência e a atividade de astronauta. “Apesar de Marcos Pontes possuir formação acadêmica, melhor seria alguém ligado às políticas públicas sobre ciência e tecnologia”, acredita.

“Acho que a comunidade científica o vê como um franco-atirador, um outsider. Mas, dada a devastação do terreno, acho que também o enxerga com alguma expectativa.”

O físico Ennio Candotti, que foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) por quatro mandatos (1989-1991, 1991-1993, 2003-2005 e 2005-2007), por sua vez, joga no time dos desconfiados. “Desconheço o currículo político-científico

do nome indicado”, desdenha.

“Tenho notícias de que participou de uma expedição espacial e recebeu treinamento específico para isso. Vejo-o com a desconfiança com que vemos o novo governo e as desvairadas manifestações de seus ministros de Educação, Relações Exteriores que podem comprometer a necessária cooperação científica internacional, os direitos humanos e trabalhistas.”

Procurada pela reportagem, a atual diretoria da SBPC, incluindo seu presidente, Ildeu Moreira, não quis se manifestar sobre o novo ministro e suas propostas. Por e-mail, o secretário-geral da entidade, Paulo Roberto Petersen Hofmann, informou que estava agendada uma reunião da SBPC, ABC e diversas sociedades científicas com o ministro e sua equipe em março, na qual uma série de pontos seria debatida e encaminhada.

O encontro agora foi adiado para abril, no entanto. “Considerando essa reunião e o curto prazo de tempo que o governo teve para tomar decisões na área da CT&I (Ciência, Tecnologia e Inovação), preferimos aguardar um pouco mais para emitir um parecer mais seguro”, explicou. “De qualquer forma, esclareço que manifestações nesse sentido serão sempre feitas por nosso presidente.”

Altos e baixos

Assim como seus antecessores, Pontes vai estar à frente de um ministério que praticamente nunca esteve entre as prioridades dos governos brasileiros, desde sua criação em 15 de março de 1985, com redemocratização do país, depois de 21 anos de ditadura.

Ao longo de existência, principalmente na primeira década de vida, o órgão teve altos e baixos – mais baixos que altos. Em apenas sete anos, por exemplo, ele foi extinto e recriado, rebaixado ao status de secretaria e fundido com outro ministério até retornar à condição inicial.

Em janeiro de 1989 houve a primeira mudança, com sua fusão com o Ministério da Indústria e Comércio, que deu origem ao Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia.

Dois meses depois, nova alteração com as duas pastas sendo separadas e a criação da Secretaria Especial da Ciência e Tecnologia, um rebaixamento, e do Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio. Ainda no mesmo ano, no entanto, em novembro, a secretaria foi extinta e o Ministério da Ciência e Tecnologia, recriado.

Logo depois de sua posse, em março de 1990, o novo presidente da República, Fernando Collor de Mello, extinguiu novamente o Ministério da Ciência e Tecnologia, criando a Secretaria da Ciência e Tecnologia da Presidência da República.

Para boa parte da comunidade científica, essa mudança representou um novo rebaixamento da área entre as prioridades do governo.

Como se não bastassem todas essas alterações, havia ainda a alta rotatividade dos ministros, o que tinha como consequência mudanças nas políticas para a área a cada troca. No governo Sarney (1985-1990), por exemplo, houve cinco titulares da pasta.

Recentemente, em 12 de maio de 2016, mais uma vez ele foi fundido com outro ministério, no caso o das Comunicações. Mesmo assim, hoje o MCTIC é – ou deveria ser – o principal responsável pelas políticas nacionais nas áreas de ciência, tecnologia e inovação, e hoje também de comunicações, e o indutor e financiador da maior parte das pesquisas realizadas no país.

É o encarregado da organização e coordenação dos esforços pelo desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, que antes da sua criação eram realizados por vários órgãos dispersos.

Conforme estabelece o Decreto n. 9.677, de 2 de janeiro de 2019, entre as competências do MCTIC está elaborar e implementar as políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação; de telecomunicações; radiodifusão; serviços postais; desenvolvimento de informática e automação; biossegurança; espacial e nuclear; além da articulação com os governos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com a sociedade civil e com órgãos do governo federal para estabelecimento de diretrizes para o setor.

Para isso, o ministério conta com 17 unidades de pesquisa, três autarquias (Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; Agência Espacial Brasileira – AEB; e Comissão Nacional de Energia Nuclear – Cnen), uma fundação (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq), três empresas públicas (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – Ceitec; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT; e Financiadora de Estudos e Projetos – Finep) e uma sociedade de economia mista (Telecomunicações Brasileiras S.A. – Telebras).

Ciência para jovens

Em suas primeiras declarações à frente do ministério, Pontes disse que pretende pautar nas instituições de ensino públicas de todo o país a temática e o interesse pela produção de conhecimento.

“Esta manifestação sobre a necessidade de promover a divulgação científica e de envolver os jovens brasileiros com a ciência, em especial dentro das escolas, foi muito positiva”, elogia o médico John Fontenele Araújo, do Departamento de Fisiologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), secretário regional da SBPC no seu estado.

O novo ministro declarou também que pretende valorizar as carreiras de produção de conhecimento e motivar os pesquisadores brasileiros a ficar no país. “Esta proposta é essencial, mas eu a vejo como problema para o MCTIC, pois está havendo um movimento contrário por parte do ministro da Educação”, diz Araújo.

“Como a pesquisa científica no Brasil é realizada em sua essência nas universidades públicas, há uma contradição entre as duas agendas [MCTI versus MEC]. Esperamos que a do ministro Marcos Pontes seja a preponderante.”

Entre as promessas de Pontes está, ainda, promover “tecnologias aplicadas” estratégicas, como as relacionadas ao espaço, nuclear, cibersegurança, inteligência artificial, de apoio ao desenvolvimento sustentável e de suporte à produção agrícola. A

comunidade científica não tem nada contra essa proposta, mas lembra que ela não deve ser a única.

“É preciso ter cautela”, recomenda o geólogo Carlos Henrique Grohmann de Carvalho, do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP), diretor financeiro da Sociedade Brasileira de Geologia (SBG). “Promover as ‘tecnologias aplicadas’ não pode ser feito às custas de cortes em ciência básica. É preciso financiar todas as modalidades de pesquisa.”

Também para Araújo, é preocupante as declarações do ministro valorizando quase que exclusivamente as ciências aplicadas (tecnologia) e engenharias. “Ele não tem falado quase nada sobre as ciências biológicas, da saúde e nem das humanas”, diz.

“Além disso, sua equipe é quase toda formada por pesquisadores da área das engenharias. Apesar disso, esperamos que o novo ministro tenha todo o sucesso, e até este momento ele tem o apoio da comunidade científica.”

Entre os vários itens da agenda do novo ministro, por certo o mais complicado e difícil de resolver será a questão do orçamento, ou seja, os recursos para o fomento das atividades de ciência, tecnologia e inovação. Historicamente, essa tem sido a maior dificuldade enfrentada por todos os ocupantes do cargo.

O Brasil sempre investiu pouco na área, com uma média de 1,46% do Produto Interno Bruto (PIB), entre 2000 e 2016, últimos dados do MCTIC disponíveis. O pico foi 2015, com 1,70%, e o fundo do poço em 2006, quando aplicou apenas 1,27%.

Parcerias com empresas

Para comparar, segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no mesmo período a Coreia do Sul investiu uma média de 3,21% do seu PIB, os Estados Unidos, 2,66%, e o Japão, 3,17%.

Pontes ainda não estipulou uma meta de quanto do PIB quer que o Brasil aplique, mas disse que vai tentar resolver o problema do orçamento e do financiamento da ciência, tecnologia e inovação e buscar parcerias com a iniciativa privada.

“Os apoios e acordos com as empresas precisam, no entanto, de regulamentação, com benefícios fiscais a elas, senão ninguém vai apoiar nada”, alerta Carvalho.

De acordo com o médico Erney Felício Plessmann de Camargo, pesquisador do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) da USP, que foi presidente do CNPq entre 2003 e 2007, o grande desafio de Pontes é convencer o setor econômico do governo da importância da ciência básica e seus segmentos aplicados.

“Infelizmente, nessa tarefa, acho que o ministro não poderá contar com o Ministério da Educação nem com o do Exterior, que sempre foram tradicionais aliados da Ciência e Tecnologia”, lamenta. “Mas, ao que tudo indica, poderá contar com o apoio dos cientistas e dos setores tecnológicos das Forças Armadas. Aguardemos.”

Camargo diz que o Brasil atingiu um nível de desenvolvimento científico razoável, mas isso, como em todo o mundo, se apoia nas universidades e instituições de pesquisa.

“Sustenta-se também no correto financiamento dessas instituições e no intenso relacionamento com o resto do mundo científico, desenvolvido ou subdesenvolvido, sem preconceitos políticos”, diz. “Isolacionismo é incompatível com a ciência.

Sob esses aspectos, temo pelo futuro de nossas universidades e de nossas relações com o mundo científico, no que eles que dependem de outros ministérios.”

Para o engenheiro eletricista Marcelo Sampaio de Alencar, da Universidade Federal da Bahia, professor visitante da Royal Economic Society, do Reino Unido, entre os principais desafios do novo ministro está a escassez de recursos.

“As universidades, principais produtores de conhecimento em todas as áreas, precisam ter dinheiro próprio para financiamento de pesquisa e desenvolvimento”, defende.

“A valorização dos professores que atuam em ensino, pesquisa e extensão deve ser priorizada. Os mais experientes devem gerenciar sua própria verba, incluindo as bolsas de seus orientados, como ocorre em países desenvolvidos.”

Ciência como investimento

Para Câmara, da UnB, é fundamental que se veja ciência como investimento, não como despesa. “Sem recursos financeiros ela não pode andar”, diz.

“Sabemos que governos anteriores, ao longo de muitos anos, nunca deram prioridade a essa área. Essa falta de visão tem deixado a C&T no Brasil em situação de penúria. Sem investimentos nada vai acontecer. Vamos ver se o ministro é capaz de conseguir verba para sua pasta.”

Para o reitor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marcelo Knobel, ainda é cedo para fazer uma avaliação do novo ministro e da sua atuação à frente do MCTIC.

“Ele assumiu o cargo há menos de dois meses”, justifica. “É difícil avaliar o trabalho de alguém em tão pouco tempo. Ainda não tive a oportunidade de conhecê-lo, mas posso dizer que se trata de uma pessoa com boa formação e experiência – e, creio eu, bem-intencionada. Como reitor de uma das mais importantes universidades de pesquisa do Brasil, torço para que ele tenha êxito em sua gestão.”

De acordo com Knobel, a crise econômica que atinge o país há alguns anos teve consequências graves para o setor de ciência, tecnologia e inovação. O maior desafio, agora, é reavivá-lo, mas isso não depende unicamente do ministro. É preciso primeiro que a economia brasileira volte a crescer de forma consistente.

“A Unicamp vem enfrentando esse período difícil com seriedade e responsabilidade, procurando fazer o melhor uso possível dos recursos que recebe da sociedade por meio do pagamento de impostos”, garante.

“De nossa parte, seguimos dispostos a colaborar com o poder público, seja no nível federal, estadual ou municipal, em ações que visem ao fortalecimento da ciência brasileira e ao desenvolvimento do país de modo geral.”

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Vélez propõe modelo cívico-militar em escola onde houve tiroteio

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, vai discutir a implantação do modelo cívico-militar na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (SP), onde, no último dia 13, dois ex-alunos entraram armados e atiraram contra estudantes e funcionários. A tragédia provocou dez mortos e 11 feridos. Nesta sexta-feira (22), na sua conta no Twitter, o ministro disse que irá se encontrar com o prefeito da cidade, Rodrigo Ashiuchi, na segunda-feira (25), “para estudarmos a viabilidade do modelo cívico-militar na escola”.

Vélez anunciou que irá antecipar o repasse anual do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a escola. O PDDE destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e a outras instituições que preenchem os requisitos estipulados pelo MEC. As escolas devem ofertar programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

Todos os anos, os repasses são feitos em duas parcelas, uma delas efetivada até 30 de abril e a segunda, até 30 de setembro. “Como um alento à comunidade escolar de Suzano, Raul Brasil, informo que o MEC antecipou o repasse anual do PDDE. Segunda-feira [25], me encontrarei com o prefeito, Rodrigo Ashiuchi, para estudarmos a viabilidade do modelo cívico-militar na escola”, disse o ministro pela rede social.

A escola Raul Brasil foi reaberta esta semana, mas as aulas ainda não foram retomadas. Equipes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Prefeitura, psicólogos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), Universidade de São Paulo (USP), entre outras instituições oferecem atendimento psicossocial especializado para funcionários, alunos e familiares.

As escolas cívico-militares contam com uma gestão compartilhada entre sociedade civil e militares. Atualmente, são cerca de 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia Militar do Distrito Federal (DF).

Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC, que passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. O MEC ainda não apresentou uma proposta detalhada de como será feito o fomento.

No início do ano, a pasta informou que o modelo de escola “contará com a participação de vários segmentos da sociedade. Cada ente envolvido, dentro de sua esfera de competência, terá importância fundamental para a construção de um Brasil melhor. Essas unidades de ensino serão voltadas para as famílias que concordam com essa proposta educacional”. Para ser implementado, o modelo precisa da participação de estados e municípios.

Procurada, a Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, esclarece que a Escola Estadual Professor Raul Brasil pertence à rede estadual, ficando, portanto, a cargo do governo do estado e não da prefeitura. A secretaria informou que não foi procurada pelo MEC e que portanto ainda não se manifestará sobre o assunto..

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Vélez fica no cargo, mas não pode nomear mais ninguém

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi desautorizado a nomear integrantes da sua própria equipe. A ordem partiu do Palácio do Planalto, depois de o professor colombiano divulgar dois nomes para a secretaria executiva da pasta, em seguida vetados pelo presidente Jair Bolsonaro.

Desgastado, Vélez tenta se manter no cargo, mas é intensa a movimentação para que um substituto seja encontrado. Enquanto avalia a situação, Bolsonaro decidiu assumir a condução para o desfecho da crise do MEC.

Um exemplo da falta de respaldo de Vélez foi a tentativa frustrada de nomear a pastora Iolene Lima como secretária executiva. Ela foi desconvidada para o posto ontem após sua indicação ter sido vinculada à primeira-dama, Michelle Bolsonaro. As duas frequentam a mesma igreja.

Antes da viagem para os Estados Unidos, Bolsonaro teve uma conversa dura com Vélez e informou que, por enquanto, ele permaneceria à frente da pasta. Desde que as primeiras polêmicas vieram à tona e que os sinais de enfraquecimento ficaram evidentes, militares iniciaram um movimento para tentar encontrar um substituto. Em outra frente, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também saiu em busca de um nome para ocupar o posto de Vélez.

No entanto, ao desembarcar dos EUA, na quarta-feira, Bolsonaro avisou que não tomará nenhuma medida de forma apressada. O presidente descartou uma estratégia proposta por Onyx, de pedir indicação ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O ministro da Casa Civil considerava que a estratégia seria importante para estreitar o apoio com senadores. Bolsonaro, no entanto, considera o momento ideal, para agradar, de uma vez só, às bancadas evangélica e católica, que já mostraram descontentamento com a falta de interlocução com o governo. Ele julgou ainda que a medida poderia fortalecer mais do que o necessário o presidente do Senado, o que tenta evitar.

Um dos nomes cotados para ocupar o posto de Vélez é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Ele tem o apoio das bancadas católica e evangélica, o sinal verde de Davi Alcolumbre e a simpatia da deputada Bia Kicis (PSL-DF). Relator do projeto Escola sem Partido, o senador se considera um bom nome para o posto, mas nega que esteja trabalhando pela indicação.

Stavros Xanthopoulos, consultor de educação de Bolsonaro no período da campanha, também voltou a ser cotado para substituir Vélez. Ele é tolerado pelo grupo de militares, conta com o aval do ministro da Economia, Paulo Guedes, e já trabalha pela candidatura. Xanthopoulos chegou a ter seu nome cogitado para ocupar o MEC na transição, mas foi descartado.

Na ala militar, a carta de opções é mais extensa. Entre os nomes, um dos mais cotados é Carlos Alberto Decotelli, presidente da Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Outros cotados são o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Camargo e o cientista político Antonio Flávio Testa, também da UnB e participante do grupo transição.

Estratégias

O Estado de S. Paulo apurou que há duas estratégias em curso para tentar reduzir a crise no MEC e aplacar as disputas internas dentro da pasta. Além da possibilidade de se encontrar um sucessor para Vélez, há também a alternativa de manter o ministro no cargo e colocar um nome forte como número dois da pasta. Nesse caso, Vélez teria uma atuação mais limitada.

Militares e o grupo político não descartam a possibilidade de que o segundo modelo prevaleça. Nesse sentido, iniciaram conversas para encontrar um nome em comum. Trabalham, ainda, para a possibilidade de políticos encaminharem o nome do ministro, enquanto militares, o do secretário executivo.

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, reconheceu ontem que o MEC precisa de um “freio de arrumação”. “O presidente já conversou com o ministro e vai ser organizado isso nos próximos dias”, disse. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Ministro propõe modelo cívico-militar em escola de tiroteio

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, vai discutir a implantação do modelo cívico-militar na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (SP), onde, no último dia 13, dois ex-alunos entraram armados e atiraram contra estudantes e funcionários. A tragédia provocou dez mortos e 11 feridos. Nesta sexta-feira (22), na sua conta no Twitter, o ministro disse que irá se encontrar com o prefeito da cidade, Rodrigo Ashiuchi, na segunda-feira (25), "para estudarmos a viabilidade do modelo cívico-militar na escola".

Vélez anunciou que irá antecipar o repasse anual do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a escola. O PDDE destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e a outras instituições que preenchem os requisitos estipulados pelo MEC. As escolas devem ofertar programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, em audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado - Marcelo Camargo/Agência Brasil

Todos os anos, os repasses são feitos em duas parcelas, uma delas efetivada até 30 de abril e a segunda, até 30 de setembro. "Como um alento à comunidade escolar de Suzano, Raul Brasil, informo que o MEC antecipou o repasse anual do PDDE. Segunda-feira [25], me encontrarei com o prefeito, Rodrigo Ashiuchi, para estudarmos a viabilidade do modelo cívico-militar na escola", disse o ministro pela rede social.

A escola Raul Brasil foi reaberta esta semana, mas as aulas ainda não foram retomadas. Equipes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Prefeitura, psicólogos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), Universidade de São Paulo (USP), entre outras instituições oferecem atendimento psicossocial especializado para funcionários, alunos e familiares.

No ataque, entre os mortos havia cinco estudantes, duas funcionárias, um empresário e os dois atiradores.

Escolas cívico-militares

As escolas cívico-militares contam com uma gestão compartilhada entre sociedade civil e militares. Atualmente, são cerca de 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia Militar do Distrito Federal (DF).

Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC, que passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. O MEC ainda não apresentou uma proposta detalhada de como será feito o fomento.

No início do ano, a pasta informou que o modelo de escola "conterá com a participação de vários segmentos da sociedade. Cada ente envolvido, dentro de sua esfera de competência, terá importância fundamental para a construção de um Brasil melhor. Essas unidades de ensino serão voltadas para as famílias que concordam com essa proposta educacional". Para ser implementado, o modelo precisa da participação de estados e municípios.

Procurada, a Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, esclarece que a Escola Estadual Professor Raul Brasil pertence à rede estadual, ficando, portanto, a cargo do governo do estado e não da prefeitura. A secretaria informou que não foi procurada pelo MEC e que portanto ainda não se manifestará sobre o assunto..

Alunos soltam balões durante homenagem às vítimas do tiroteio na escola Raul Brasil em Suzano, na reabertura da escola. - Reuters/Ueslei Marcelino/Direitos Reservados

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Vélez fica no cargo, mas não pode nomear mais ninguém

Ministro da Educação é desautorizado a escolher integrantes para sua equipe; Planalto já avalia substituto para a pasta

BRASÍLIA - O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi desautorizado a nomear integrantes da sua própria equipe. A ordem partiu do Palácio do Planalto, depois de o professor colombiano divulgar dois nomes para a secretaria executiva da pasta, em seguida vetados pelo presidente Jair Bolsonaro.

Desgastado, Vélez tenta se manter no cargo, mas é intensa a movimentação para que um substituto seja encontrado. Enquanto avalia a situação, Bolsonaro decidiu assumir a condução para o desfecho da crise do MEC.

Um exemplo da falta de respaldo de Vélez foi a tentativa frustrada de nomear a pastora Iolene Lima como secretária executiva. Ela foi desconvidada para o posto nesta sexta-feira, 22, após sua indicação ter sido vinculada à primeira-dama, Michelle Bolsonaro. As duas frequentam a mesma igreja.

Antes da viagem para os Estados Unidos, Bolsonaro teve uma conversa dura com Vélez e informou que, por enquanto, ele permaneceria à frente da pasta. Desde que as primeiras polêmicas vieram à tona e que os sinais de enfraquecimento ficaram evidentes, militares iniciaram um movimento para tentar encontrar um substituto. Em outra frente, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também saiu em busca de um nome para ocupar o posto de Vélez.

No entanto, ao desembarcar dos EUA, na quarta-feira, Bolsonaro avisou que não tomará nenhuma medida de forma apressada. O presidente descartou uma estratégia proposta por Onyx, de pedir indicação ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O ministro da Casa Civil considerava que a estratégia seria importante para estreitar o apoio com senadores. Bolsonaro, no entanto, considera o momento ideal, para agradar, de uma vez só, às bancadas evangélica e católica, que já mostraram descontentamento com a falta de interlocução com o governo. Ele julgou ainda que a medida poderia fortalecer mais do que o necessário o presidente do Senado, o que tenta evitar.

Um dos nomes cotados para ocupar o posto de Vélez é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Ele tem o apoio das bancadas católica e evangélica, o sinal verde de Davi Alcolumbre e a simpatia da deputada Bia Kicis (PSL-DF). Relator do projeto Escola sem Partido, o senador se considera um bom nome para o posto, mas nega que esteja trabalhando pela indicação.

Stavros Xanthopoulos, consultor de educação de Bolsonaro no período da campanha, também voltou a ser cotado para substituir Vélez. Ele é tolerado pelo grupo de militares, conta com o aval do ministro da Economia, Paulo Guedes, e já trabalha pela candidatura. Xanthopoulos chegou a ter seu nome cogitado para ocupar o MEC na transição, mas foi descartado.

Na ala militar, a carta de opções é mais extensa. Entre os nomes, um dos mais cotados é Carlos Alberto Decotelli, presidente da Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Outros cotados são o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Camargo e o cientista político Antonio Flávio Testa, também da UnB e participante do grupo transição.

Estratégias. O Estado apurou que há duas estratégias em curso para tentar reduzir a crise no MEC e aplacar as disputas internas dentro da pasta. Além da possibilidade de se encontrar um sucessor para Vélez, há também a alternativa de manter o ministro no cargo e colocar um nome forte como número dois da pasta. Nesse caso, Vélez teria uma atuação mais limitada.

Militares e o grupo político não descartam a possibilidade de que o segundo modelo prevaleça. Nesse sentido, iniciaram conversas para encontrar um nome em comum. Trabalham, ainda, para a possibilidade de políticos encaminharem o nome do ministro, enquanto militares, o do secretário executivo.

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, reconheceu nesta sexta que o MEC precisa de um "freio de arrumação". "O presidente já conversou com o ministro e vai ser organizado isso nos próximos dias", disse.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Vélez propõe modelo cívico-militar em escola onde houve tiroteio

O ministro da Educação, Ricardo Vélez, vai discutir a implantação do modelo cívico-militar na Escola Estadual Raul Brasil, em Suzano (SP), onde, no último dia 13, dois ex-

alunos entraram armados e atiraram contra estudantes e funcionários. A tragédia provocou dez mortos e 11 feridos. Nesta sexta-feira (22), na sua conta no Twitter, o ministro disse que irá se encontrar com o prefeito da cidade, Rodrigo Ashiuchi, na segunda-feira (25), "para estudarmos a viabilidade do modelo cívico-militar na escola".

Vélez anunciou que irá antecipar o repasse anual do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a escola. O PDDE destina-se às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e a outras instituições que preenchem os requisitos estipulados pelo MEC. As escolas devem ofertar programas de formação inicial ou continuada a profissionais da educação básica.

Todos os anos, os repasses são feitos em duas parcelas, uma delas efetivada até 30 de abril e a segunda, até 30 de setembro. "Como um alento à comunidade escolar de Suzano, Raul Brasil, informo que o MEC antecipou o repasse anual do PDDE. Segunda-feira [25], me encontrarei com o prefeito, Rodrigo Ashiuchi, para estudarmos a viabilidade do modelo cívico-militar na escola", disse o ministro pela rede social.

A escola Raul Brasil foi reaberta esta semana, mas as aulas ainda não foram retomadas. Equipes do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Prefeitura, psicólogos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP), Universidade de São Paulo (USP), entre outras instituições oferecem atendimento psicossocial especializado para funcionários, alunos e familiares.

No ataque, entre os mortos havia cinco estudantes, duas funcionárias, um empresário e os dois atiradores.

Escolas cívico-militares

As escolas cívico-militares contam com uma gestão compartilhada entre sociedade civil e militares. Atualmente, são cerca de 120 escolas em 17 estados do país com o modelo, a maior parte em Goiás, com 50 estabelecimentos de ensino, de acordo com levantamento da Polícia Militar do Distrito Federal (DF).

Aumentar o número de escolas cívico-militares no país é uma das prioridades do MEC, que passou a contar com uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. O MEC ainda não apresentou uma proposta detalhada de como será feito o fomento.

No início do ano, a pasta informou que o modelo de escola "conterá com a participação de vários segmentos da sociedade. Cada ente envolvido, dentro de sua esfera de competência, terá importância fundamental para a construção de um Brasil melhor. Essas unidades de ensino serão voltadas para as famílias que concordam com essa proposta educacional". Para ser implementado, o modelo precisa da participação de estados e municípios.

Procurada, a Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, esclarece que a Escola Estadual Professor Raul Brasil pertence à rede estadual, ficando, portanto, a cargo do governo do estado e não da prefeitura. A secretaria informou que não foi procurada pelo MEC e que portanto ainda não se manifestará sobre o assunto..

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Vélez fala em militarizar escola de Suzano, mas não consulta governo de SP

Ministro da Educação diz que vai visitar prefeito da cidade; escola é da rede estadual paulista

Brasília

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, anunciou que estuda a militarização da escola Raul Brasil, em Suzano (SP), palco de um massacre no dia 13 deste mês. No entanto, a secretaria estadual de Educação de São Paulo, responsável pela unidade, nem sequer foi comunicada.

Vélez informou pelas redes sociais que deve se encontrar na segunda-feira (25) com o prefeito de Suzano, Rodrigo Ashiuchi (PR), para falar do assunto. A escola não é ligada ao município, mas, sim, ao governo do Estado. A secretaria de Educação de SP, que não foi procurada pelo MEC, não tem planos para adotar o modelo militar na rede. Ainda descarta totalmente a militarização da escola Raul Brasil.

"Como um alento à comunidade escolar de Suzano, Raul Brasil, informo que o MEC antecipou o repasse anual do PDDE. Segunda-feira, me encontrarei com o prefeito, Rodrigo Ashiuchi, para estudarmos a viabilidade do modelo cívico-militar na escola", disse no Twitter.

Na última terça (19), os alunos da unidade voltaram pela primeira vez após o massacre. Na entrada, cartazes lembravam: "O amor vence a tristeza".

A fachada da escola foi pintada nas cores azul e amarelo para receber os alunos. As salas de aula também ganharam nova pintura.

As salas foram transformadas em divãs, onde serão realizados os trabalhos de aconselhamento psicológico coordenado por psicólogos. No pátio também serão realizadas rodas de conversa. A ideia da direção da escola é que os alunos consigam usar o momento para lidar de frente com o trauma que passaram.

A militarização de escolas é uma das diretrizes na área da educação do governo Jair Bolsonaro (PSL). Conforme a Folha revelou nesta sexta-feira (22), a pasta garantiu apoio à expansão do modelo no Distrito Federal.

A rede do DF deve receber cerca de R\$ 10 milhões de recursos federais para a transição de 36 escolas para o modelo, alvo de polêmica no debate educacional. Essa parceria servirá como projeto-piloto para a ação federal.

Na nova política do MEC, as redes de ensino deverão apresentar projetos para receberem apoio técnico-financeiro do governo. O dinheiro deve ser aplicado, segundo a pasta, na manutenção, conservação e reformas.

Também haverá recursos previstos para a capacitação e formação dos profissionais. Qualquer material produzido deverá estar disponível para compartilhamento entre as redes.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Vélez fica no cargo, mas não pode nomear mais ninguém

O ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, foi desautorizado a nomear integrantes da sua própria equipe. A ordem partiu do Palácio do Planalto, depois de o

professor colombiano divulgar dois nomes para a secretaria executiva da pasta, em seguida vetados pelo presidente Jair Bolsonaro.

Desgastado, Véléz tenta se manter no cargo, mas é intensa a movimentação para que um substituto seja encontrado. Enquanto avalia a situação, Bolsonaro decidiu assumir a condução para o desfecho da crise do MEC.

Um exemplo da falta de respaldo de Véléz foi a tentativa frustrada de nomear a pastora Iolene Lima como secretária executiva. Ela foi desconvidada para o posto ontem após sua indicação ter sido vinculada à primeira-dama, Michelle Bolsonaro. As duas frequentam a mesma igreja.

Antes da viagem para os Estados Unidos, Bolsonaro teve uma conversa dura com Véléz e informou que, por enquanto, ele permaneceria à frente da pasta. Desde que as primeiras polêmicas vieram à tona e que os sinais de enfraquecimento ficaram evidentes, militares iniciaram um movimento para tentar encontrar um substituto. Em outra frente, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, também saiu em busca de um nome para ocupar o posto de Véléz.

No entanto, ao desembarcar dos EUA, na quarta-feira, Bolsonaro avisou que não tomará nenhuma medida de forma apressada. O presidente descartou uma estratégia proposta por Onyx, de pedir indicação ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O ministro da Casa Civil considerava que a estratégia seria importante para estreitar o apoio com senadores. Bolsonaro, no entanto, considera o momento ideal, para agradar, de uma vez só, às bancadas evangélica e católica, que já mostraram descontentamento com a falta de interlocução com o governo. Ele julgou ainda que a medida poderia fortalecer mais do que o necessário o presidente do Senado, o que tenta evitar.

Um dos nomes cotados para ocupar o posto de Véléz é o senador Izalci Lucas (PSDB-DF). Ele tem o apoio das bancadas católica e evangélica, o sinal verde de Davi Alcolumbre e a simpatia da deputada Bia Kicis (PSL-DF). Relator do projeto Escola sem Partido, o senador se considera um bom nome para o posto, mas nega que esteja trabalhando pela indicação.

Stavros Xanthopoulos, consultor de educação de Bolsonaro no período da campanha, também voltou a ser cotado para substituir Véléz. Ele é tolerado pelo grupo de militares, conta com o aval do ministro da Economia, Paulo Guedes, e já trabalha pela candidatura. Xanthopoulos chegou a ter seu nome cogitado para ocupar o MEC na transição, mas foi descartado.

Na ala militar, a carta de opções é mais extensa. Entre os nomes, um dos mais cotados é Carlos Alberto Decotelli, presidente da Fundo Nacional Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Outros cotados são o ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Camargo e o cientista político Antonio Flávio Testa, também da UnB e participante do grupo transição.

Estratégias

O Estado de S. Paulo apurou que há duas estratégias em curso para tentar reduzir a crise no MEC e aplacar as disputas internas dentro da pasta. Além da possibilidade de se encontrar um sucessor para Vélez, há também a alternativa de manter o ministro no cargo e colocar um nome forte como número dois da pasta. Nesse caso, Vélez teria uma atuação mais limitada.

Militares e o grupo político não descartam a possibilidade de que o segundo modelo prevaleça. Nesse sentido, iniciaram conversas para encontrar um nome em comum. Trabalham, ainda, para a possibilidade de políticos encaminharem o nome do ministro, enquanto militares, o do secretário executivo.

O presidente em exercício, Hamilton Mourão, reconheceu ontem que o MEC precisa de um "freio de arrumação". "O presidente já conversou com o ministro e vai ser organizado isso nos próximos dias", disse. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

CRIATIVAONLINE - TEMPO

Marcio Meirelles recebe título de Doutor Honoris Causa da UFRB e faz aula magna

Após a sessão solene, Meirelles fará a Aula Magna de abertura do semestre letivo de 2019.1, no mesmo local da homenagem. A Aula Magna será sobre "A arte e seus tempos".

O ex-secretário estadual de Cultura da Bahia e diretor teatral Marcio Meirelles, 64 anos, será agraciado com o título de Doutor Honoris Causa, concedido pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em sessão solene marcada para a próxima quinta-feira, dia 28, às 9h, no Auditório da Biblioteca, Campus Cruz das Almas.

Meirelles é a segunda personalidade de relevantes serviços prestados à sociedade que receberá a honraria, concedida pela UFRB. A proposta de homenagem partiu do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologia Aplicada (CECULT) e reconhece seu trabalho em mais de quarenta anos de atuação ininterrupta na Cultura e nas Artes, especialmente nas Artes Plásticas e as Artes Cênicas, além da gestão cultural.

Marcio Meirelles é diretor de teatro, autor, cenógrafo, figurinista, iluminador e gestor público. Em 1990, criou o Bando de Teatro Olodum, antes ligado ao tradicional grupo de música de Salvador, mas independente a partir de 1994; revitalizou o Teatro Vila Velha com o trabalho no bando, formado apenas por atores negros. É autor do texto e da encenação no teatro de "Ó Paí Ó", que revelou o ator Lázaro Ramos, depois se tornaria filme financiado pela Globo Filmes, em 2007 e virou série de televisão na Rede Globo, com duas temporadas, uma em 2008/2009 e a outra em 2010.

Ele dirigiu diversos espetáculos de música, de artistas como Tom Zé, Caetano Veloso, Daniela Mercury, Margareth Menezes, entre outros. Foi diretor do Teatro Castro Alves durante o governo de Waldir Pires (1987-1991) e secretário de Cultura do estado da Bahia, na primeira gestão de Jacques Wagner (2007-2011).

Honoris Causa

Segundo a Resolução Nº 06/2001, do CONSUNI, o título de Doutor Honoris Causa é

concedido “a personalidades eminentes, nacionais ou estrangeiras, não pertencentes ao quadro de servidores efetivos da UFRB, que se tenham distinguido pelo saber e/ou pela atuação em prol das Ciências, das Artes, da Filosofia, das Letras, das Culturas, do desenvolvimento e entendimento dos povos, cuja contribuição seja ou tenha sido de alta relevância para o País ou para Humanidade”.

Em defesa da concessão do Título de Doutor Honoris Causa a Marcio Meirelles, o CECULT explica que ele exerceu as funções de pesquisa, formação, ensino, extensão e administração – todas elas características das atividades de um Professor Doutor.

Esse trabalho de Meirelles resultou em produção artística, técnica, acadêmica e administrativa, reconhecida na Bahia, no Brasil e em vários países, que o tornaram referência na sua área de atuação, influenciando artistas, estudantes, profissionais e amadores, a partir de uma busca de inspiração sem preconceitos, percorrendo desde os caminhos dos grandes autores clássicos da dramaturgia e da literatura universal aos anônimos contribuintes dos saberes populares, realizando com isso uma contribuição ímpar para a cultura brasileira.

No teatro amador universitário, Meirelles produziu um trabalho de pesquisa exaustivo e ambicioso, com práticas de formação e difusão de conhecimento, que influenciariam gerações de artistas, professores, intelectuais e gestores privados e públicos na área da economia da cultura, gestão cultural e políticas públicas.

Em sua trajetória, enquanto assumia e abandonava os cursos de Arquitetura e Artes Plásticas na Universidade Federal da Bahia, Marcio Meirelles teve sua estréia profissional como diretor de teatro, em 1976, com a peça Rapunzel, baseada no conto de fadas dos Irmãos Grimm, um espetáculo infantil com ambições estéticas e conteúdo que também interessavam aos adultos.

Esse espetáculo também marcou a estréia do Grupo de Teatro Avelãz & Avestruz, criado por ele e que contou, desde a sua formação, com novos talentos como Maria Eugenia Millet, Fernando Fulco e Hebe Alves, que, em poucos anos se tornariam alguns dos autores mais importantes do teatro baiano, influenciando as novas gerações, ou, como no caso de Hebe Alves, se tornando professora de Dicção da Escola de Teatro da UFBA, uma das maiores especialistas na área. "Era um teatro coletivo, era diferente do que acontecia na época no teatro da Bahia que ou era teatro amador, ou empresarial, ou produção da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), recorda Meirelles.

Catapultado pelo sucesso artístico com o grupo pelas suas apresentações na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, entre outros estados, Meirelles foi convidado – e aceitou – ingressar no I Curso Livre de Teatro, do Teatro Castro Alves, onde desenvolveu nos três primeiros anos, trabalhos de cenário, figurino e programa (como designer) do espetáculo Apesar de tudo a terra se move, de Bertolt Brecht, seguindo de cenário, figurino e maquiagem de A terceira margem, adaptado de Guimarães Rosa; e cenário, figurino e cartaz (designer) de Ubu Rei – Efemérides Patafísicas, de Alfred Jarry, todos dirigidos por Paulo Dourado, além de Decamerão, baseado em Bocaccio, dirigido por Luiz Marfuz, onde ele fez a iluminação.

Em 1982, Meirelles funda A Fábrica, um espaço cultural e de formação com cursos de

cenário, figurino, interpretação de atores, entre outros. Essa experiência lhe projeta para outros espaços, como a chefia dos núcleos de cenografia, figurino e direção de elenco da TV Educativa, que desenvolve nos anos de 1985 e 1986.

Paralelamente desenvolve o Projeto Teatro para a Fundação Gregório de Mattos, com o qual montou o espetáculo Gregório de Mattos de Guerras, sua primeira e profunda incursão na história e na identidade cultural da Bahia.

TCA

Em 1997 assumiu a direção do Teatro Castro Alves – onde ficaria até 1991. Sua próxima experiência foi a criação do Bando de Teatro Olodum, respaldado pelo bloco afro Olodum e pela necessidade que sentia de ações afirmativas da negritude baiana.

O grupo vai se projetar nacional e internacionalmente com as montagens Essa é Nossa Praia, Ó Pai Ó e de Bai Bai Pelô, dirigidas por Meirelles, e que encontra no mercado brasileiro de cinema e televisão sua ampliação para as grandes massas, ultrapassando os limites das artes cênicas baianas. A repercussão desses trabalhos deveu-se além do talento de seu diretor e atores; desde o início sempre esteve relacionado a uma expressão característica visível em cada produto: uma espontaneidade contagiante associada a uma consistência histórica e discurso ideológico muito sólido.

Atores Elane Nascimento e Jorge Washington no espetáculo Ó Paí, Ó!. Foto: João Meirelles. Ao lado de Werner Herzog – um dos mais importantes cineastas alemães – Meirelles dirigiu o espetáculo Floresta Amazônica em Sonho de um Noite de Verão, adaptação de texto de Shakespeare, montada no Rio de Janeiro, por ocasião da ECO 92 – a maior reunião de países para discutirem soluções globais para questões climáticas da terra. Em 1995, escreveu – em parceria com Aninha Franco e Bando de Teatro Olodum – e criou cenário e figurino do espetáculo Zumbi, montado em Londres, pelo Black Theater Co-op, com elenco local.

Processo de formação

Meirelles escreveu dezenas de artigos em revistas acadêmicas e artísticas no Brasil e no exterior, assim como artigos e ensaios publicados em jornais de circulação nacional, proferiu palestras em dezenas de eventos acadêmicos e artísticos no Brasil e em diversos países.

Em paralelo, continuava seu próprio processo de formação, fazendo residência artística nos Estados Unidos (1983); Bolsa CAPES/Fullbright de aperfeiçoamento em Artes, com estágio na Circle repertory Company, em Nova York (1986), visita de intercâmbio na Alemanha, a convite do Instituto Goethe e da Casa das Culturas dos Mundos (Berlim), em 1990.

Também foi convidado para o programa Exploring Roots, do London International Festival of Theatre (LIFT); em 1993, deu palestra no evento Daily Dialogues – Black to Brazil e participou do Business Art Fórum, ambos no London Internacional Festival of Theatre (LIFT); em 1995, novamente palestra no Daily Dialogues e ministrou um workshop no Shared Values; além de coordenar o encerramento do festival com Carnaval, um desfile percussivo coreográfico, do London Internacional Festival of Theatre, em 1996.

Entre 1994 e 1999, assumiu a coordenação do Projeto Novo Vila, que incluiu a dinamização do histórico teatro Vila Velha, criado pelo Teatro dos Novos, em 1964. Sua experiência na área fez ressurgir um dos teatros mais produtivos do Brasil, servindo como usina de criação e palco de espetáculos de teatro, dança, música, performance, envolvendo artistas de variadas trupes, funcionando ainda com grupos residentes estáveis que participam do conselho gestor e da administração do teatro.

Entre 1999 e 2000, Meirelles foi coordenador do projeto de intercâmbio entre países lusófonos em Viagem ao centro do círculo, onde coordenou oficinas em Mindelo (Cabo Verde), Luanda (Angola), Coimbra (Portugal) e Salvador (Brasil).

Atividades atuais

Entre as atividades atuais, o artista baiano Meirelles desenvolve o projeto experimental da Universidade Livre do Teatro Vila Velha, coroando quase cinquenta anos de dedicação às artes e à cultura.

Os conselheiros do CONSUNI, em sessão extraordinária realizada no dia 07 de dezembro passado, aprovaram o parecer de concessão do título de Doutor Honoris Causa a Marcio Meirelles.

topo ↕

GRUPO ORZIL - TEMPO REAL

Presidente da CAPES e ministro da Educação participam de seminário do Pró-Defesa

O primeiro dia do Seminário Marco Zero, promovido pela CAPES e o Ministério da Defesa, aconteceu nesta quinta-feira, 21. O evento apresenta os novos projetos da quarta edição do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa).

A abertura do evento contou com a presença de Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da Educação, que reforçou o caráter cívico do programa: “Por uma razão estratégica, é a primeira vez que se pensa de forma sistemática a integração das forças armadas, universidade e setor produtivo”. cursos especiais+

Anderson Correia, presidente da CAPES, destacou a importância dos projetos para o Brasil. “São projetos de relevância estratégica, com ligação com o setor produtivo, trabalhos de altíssimo nível acadêmico e que ajudam a elevar a pesquisa e a formação de recursos humanos em nível nacional”, afirmou.

Para a quarta edição do Pró-Defesa, foram selecionados 12 projetos que serão desenvolvidos nos próximos quatro anos e receberão R\$ 6,6 milhões. O Ministério da Defesa vai custear R\$ 2,4 milhões para os projetos e a CAPES financiará R\$ 4,2 milhões em bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e auxílios-moradia.

topo ↕

O PRESENTE - TEMPO REAL

MSD Saúde Animal é uma das patrocinadoras do III SIMPORK 2019

Evento debaterá as principais tendências do mercado relacionadas à suinocultura

Durante os dias 27, 28 e 29 de março, a MSD Saúde Animal participará da 3ª Edição do Simpósio Internacional de Produção e Sanidade Suína (Simpork), que acontece no campus da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista (FCAV/Unesp), em Jaboticabal, no interior de São Paulo.

A MSD Saúde Animal é uma das patrocinadoras do evento, que deve reunir cerca de 400 participantes, entre médicos-veterinários, pesquisadores, empresários e profissionais das principais empresas da suinocultura brasileira e internacional, para discutir as principais tendências do mercado relacionadas a sanidade, nutrição, reprodução e genética, manejo e bem-estar animal.

O apoio ao simpósio está alinhado com os objetivos da companhia junto aos suinocultores e veterinários do setor: elevar a qualidade da produção, por meio de técnicas avançadas de sanidade animal. “Acreditamos que eventos como esse vão além da atualização técnica dos profissionais pois ajudam os produtores a evitarem prejuízos econômicos e manterem a sanidade da granja”, diz Brenda Marques, coordenadora de Assistência Técnica da MSD Saúde Animal.

O evento, realizado pelo Laboratório de Pesquisa em Suínos da Unesp, Campus de Jaboticabal, tem ainda o apoio de algumas das mais importantes entidades do setor, como Associação de Médicos Veterinários Especialistas em Suínos, Associação Paulista de Criadores de Suínos, **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

O Brasil é o quarto maior produtor e exportador mundial de carne suína e a troca de informações promovida pelo Simpósio contribui para o aumento da competitividade e conhecimento de um segmento que apresenta tendências de crescimento e oportunidades de negócios para o País. “A suinocultura brasileira está cada vez mais fortalecida e produtiva. A realização de importantes eventos técnicos, como o Sim pork, intensifica a discussão sobre o aumento da produtividade”, afirma Brenda.

topo ↕

PÁGINA RURAL - NOTÍCIAS

SP: emergência e evolução da pesquisa socioeconômica da agricultura de base ecológica é discutida em palestra, diz Embrapa

A pesquisadora da Embrapa Meio Ambiente (Jaguariúna, SP) Lucimar Abreu foi convidada pela coordenação do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR) do Centro de Ciências Agrárias da UFSCar, em Araras (SP), para proferir palestra aos alunos da turma de 2019, profissionais da universidade e de instituições voltadas para o desenvolvimento rural, em 20 de março de 2019.

O tema foi a dinâmica de desenvolvimento da agricultura orgânica e da agroecologia no Brasil, tendo como foco a problemática de pesquisa desenvolvida sob sua responsabilidade, a partir da década de 90 até os dias atuais. Na palestra, Lucimar retrçou a emergência, a evolução do tema, apresentou aporte conceitual, metodologias e resultados produzidos a partir das suas principais linhas de pesquisas e destacou uma das suas temáticas de pesquisa atuais relacionada à Rede de inovação social para agricultura familiar brasileira.

Apresentou a pesquisa desenvolvida em parceria com o International Centre for Research in Organic Food Systems (ICROFS) sobre a situação do desenvolvimento da agricultura orgânica no Brasil e em comparação com a Dinamarca, França, China. Para tanto, a pesquisadora mencionou o histórico da emergência e expansão da agricultura de

base ecológica, identificaram a diversidade da produção e do mercado, os elementos motivadores desta expansão e os obstáculos, à luz do contexto do período.

Segundo a pesquisadora, trata-se da interpretação socioeconômica de dados estatísticos coletados e da análise de entrevistas efetuadas com diferentes agentes sociais e organizações econômicas, que mostrou a emergência e a expansão da agricultura de base ecológica; identificou o seu estado de desenvolvimento no Brasil e em países mencionados e caracterizou também as cadeias da produção certificadas respectivamente para exportação e mercados locais.

Um outro conjunto de projetos apresentados foram desenvolvidos no bojo da cooperação com pesquisadores franceses. Entre eles, destacou a relevância dos antecedentes de pesquisas entre a Embrapa Meio Ambiente, o Institut National de la Recherche Agronomique (Inra) da França e a Universidade de Paris X (Nanterre), cuja colaboração remonta aos meados da década de 1990. Além disso, enfatizou uma experiência científica de cooperação recente desenvolvida no âmbito do Projeto Capes-Cofecub/2010-2015 denominado “Agroecologia na França e no Brasil: entre redes científicas, movimentos sociais e políticas públicas”.

Esse projeto teve como objetivo analisar, a partir de uma perspectiva interativa do campo da sociologia e da agronomia, a influência mútua entre redes científicas, movimentos sociais e a construção de políticas públicas para o setor. Neste sentido, o conjunto de atividades ancorou-se na perspectiva analítica das ciências sociais, mas se abrindo às colaborações mais amplas, em especial das ciências agrônômicas, tendo em conta a formação disciplinar da equipe do projeto, bem como as dimensões interdisciplinares da agricultura orgânica e agroecologia.

No campo das redes de inovação social, Lucimar destacou as organizações sociais voltadas para comercialização de produtos ecológicos e novas relações de produção-consumo em curso no país, mostrando como a organização em redes de produtores e consumidores de alimentos, especialmente orgânicos ou agroecológicos, agrega valores econômicos, culturais e de segurança alimentar aos produtos e contribui para a sustentabilidade. Conhecidos também como circuitos curtos de comercialização esses os sistemas alternativos são diversificados e dinâmicos, sendo uma opção social, econômica e ambiental para a agricultura familiar, fortalece os mercados locais, religando produtores e consumidores.

topo 

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Ministro da Educação diz estudar militarização de escola atacada em Suzano Ampliar o número de escolas com gestão compartilhada com a Polícia Militar é uma das prioridades do presidente Jair Bolsonaro para a área da Educação

SÃO PAULO - O ministro Ricardo Velez Rodríguez publicou na tarde desta sexta-feira, 22, um comunicado em que informa estudar a viabilidade de implementar o modelo cívico-militar na escola estadual Raul Brasil, em Suzano. Um massacre na unidade no último dia 13 deixou dez mortos.

Como um alento à comunidade escolar de Suzano, Raul Brasil, informo que o MEC antecipou o repasse anual do PDDE. Segunda-feira, me encontrarei com o prefeito, Rodrigo Ashiuchi, para estudarmos a viabilidade do modelo cívico-militar na escola.

Apesar de a escola ser administrada pela rede estadual de São Paulo, o ministro diz que a possível militarização da unidade vai ser discutida com o prefeito de Suzano, Rodrigo Ashiuchi, na segunda-feira, 25.

A expansão de escolas com gestão compartilhada com a Polícia Militar é uma das apostas do governo Jair Bolsonaro e foi elencada como uma das prioridades para a área da educação. No início do ano, houve inclusive uma reformulação no Ministério da Educação para a criação de uma nova subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.

Aluna ferida em escola Raul Brasil, em Suzano, tem alta médica
O ministro também anunciou que antecipou o repasse anual do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a unidade "como um alento à comunidade escolar de Suzano". O recurso é enviado anualmente para todas as escolas públicas brasileiras e dá liberdade para que utilizem da maneira que acharem melhor.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Comunismo de sinal contrário, diz Mourão sobre crise no MEC

Presidente interino disse que Ministério da Educação está enfrentando alguns problemas

O general Hamilton Mourão (PRTB), presidente interino enquanto Jair Bolsonaro (PSL) está no Chile, disse que o Ministério da Educação (MEC) "está enfrentando alguns problemas". A pasta passa por uma crise desde que o ministro Ricardo Vélez fez mudanças em cargos ocupados por alunos de Olavo de Carvalho, que ministra aulas com viés político de direita pela internet.

A declaração de Mourão foi feita durante palestra para empresários nesta sexta-feira (22), na Fiergs (Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul), em Porto Alegre.

"Temos que reformar nosso sistema educacional. Sem educação, não haverá produtividade. Podem criticar o nosso ministério da Educação, que está enfrentando alguns problemas. Mas eu tenho falado e falo aqui para todos. Não se combate comunismo com comunismo de sinal contrário. Temos que saber enfrentar isso aí para mudar a cultura do nosso país", disse o general.

Tanto Carvalho como seus alunos costumam alegar que a educação no Brasil é marxista, o que é contestado por especialistas na área. Vélez também já se valeu do termo "comunista" para rebater críticas e acusou um jornalista de ser treinado pela KGB, o serviço de inteligência da extinta União Soviética.

Olavo também tem atacado Mourão, que se queixou das provocações recebidas durante o compromisso em Porto Alegre. Questionado sobre quando o Brasil "será um país de ordem e progresso", no momento destinado às perguntas da plateia, Mourão respondeu: "Tem um cidadão que mora lá nos Estados Unidos, o Olavo de Carvalho, todos os dias ele me xinga. Ele é astrólogo, viu. Astrólogo da Virgínia [estado norte-americano onde vive]. Tenho que passar pra ele essa bolsa de cristal".

O presidente interino defendeu a reforma da Previdência como forma de recuperar a confiança no país.

Ele também defendeu controle de gastos do estado e que a população não deve “acreditar na ideia de que o estado pode tudo”, lembrando que possui “obrigações e não apenas direitos”.

“Aqui acontece o seguinte fato. O cidadão cursa uma universidade federal de medicina e depois diz que o estado nunca lhe deu nada. Lembro que em uma universidade federal o camarada não paga um real, mesmo podendo pagar”, exemplificou.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Urnas com mais de 500 anos são transportadas para estudos e podem recontar história da Amazônia antiga

Pesquisa é parceria entre o Instituto Mamirauá e a Universidade Federal do Oeste do Pará, em Santarém. As urnas foram descobertas em um sítio arqueológico em 2018, no Amazonas.

Mais de 1.2 mil quilômetros de distância, três cidades e cinco dias de viagem por grandes rios da Amazônia. Esse trajeto aventureiro foi percorrido por urnas funerárias que podem ter mais de 500 anos. As peças arqueológicas foram encontradas durante escavações feitas em julho do ano passado em uma comunidade rural no Amazonas. Depois de meses sob a guarda e análises do Instituto Mamirauá, na cidade de Tefé, o destino delas foi a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém, onde as investigações em busca do passado e origem dessas urnas continuam.

As nove urnas funerárias pertencem à Tradição Polícroma da Amazônia, conjunto estilístico e cultural de cerâmicas arqueológicas cujos registros mais antigos datam de 1.400 anos e são encontradas das Cordilheiras dos Andes até a boca do rio Amazonas. No Brasil, essa foi uma das primeiras vezes em que urnas foram desenterradas por especialistas in situ, ou seja, retiradas diretamente do solo, conservando seu contexto original de enterramento.

A saga para transportar relíquias da Amazônia antiga

O transporte dos artefatos foi um desafio à parte para a equipe de arqueólogos do Instituto Mamirauá, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). O primeiro passo foi conduzir as urnas do sítio arqueológico na comunidade Tauary, de onde foram retiradas, até à sede do instituto, no município amazonense de Tefé. O percurso levou cerca de 3 horas a bordo de um “batelão”, espécie de barco a motor comprido característico da região.

“As urnas foram armazenadas no Laboratório de Arqueologia do Instituto Mamirauá, em um ambiente controlado e mantidas em temperatura constante durante alguns meses. Nesse período, elas passaram pelo parecer de uma conservadora e preparamos o transporte para a UFOPA”, informa Márcio Amaral, arqueólogo do Instituto Mamirauá. “Houve um trabalho de acondicionamento dessas urnas em embalagens de madeira, construídas especificamente para prevenir o impacto e demais eventualidades durante a viagem”.

Com autorização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as urnas começaram a jornada até o estado do Pará no último dia 19 de fevereiro. Escoltadas por Márcio Amaral e pela arqueóloga Emanuella Oliveira, as urnas encaixotadas partiram do porto de Tefé em uma embarcação de três andares, conhecida

como “recreio”, rumo à Manaus.

Um trecho de quase três dias pelos rios Solimões e Amazonas, durante o qual as urnas foram guardadas em clima refrigerado em uma suíte do barco. Chegando à capital do Amazonas, mais um deslocamento, para outro “recreio”, dessa vez com parada final em Santarém. O traslado entre embarcações contou com apoio de duas caminhonetes cedidas pelo Museu da Amazônia (MUSA).

De Santarém a Manaus, foram mais dois dias de viagem até aportar na cidade às margens do rio Tapajós. Lá, a equipe da UFOPA, liderada pela arqueóloga Anne Rapp Py-Daniel, aguardava para conduzir os vasos funerários até o laboratório da universidade.

“Para a nossa felicidade, todo material chegou como saiu daqui: em perfeitas condições, sem quebra ou deslocamento de peças. Nesse sentido, foi um sucesso muito grande o transporte”, conta Márcio Amaral.

A logística para o transporte das urnas arqueológicas foi custeada pela Fundação Gordon and Betty Moore.

Especialista em análises de vestígios ósseos arqueológicos, Anne Rapp Py-Daniel informa que, através do estudo desse material, a intenção é “verificar se todos os vasos são de fato urnas ou se alguns são vasos de acompanhamento”.

“Além disso, queremos identificar quem eram os indivíduos enterrados, para isso vamos estudar os ossos em si e, dependendo do estado de conservação, buscar conhecer o sexo biológico, a idade e eventuais patologias. Caso tenhamos material suficientemente preservado também queremos fazer análises de DNA, de isótopos e datações”.

“Ademais queremos analisar o solo dentro das urnas para ver se outros elementos, como plantas ou flores, também foram colocados como oferendas junto com ossos”, destaca a pesquisadora. “Após as escavações começaremos o processo de limpeza e análise do material cerâmico, que será feito simultaneamente aos procedimentos de conservação e eventuais restauros. Esse estudo também permitirá entender como os produtores dessas urnas se relacionavam com os outros grupos humanos na região”.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Estudantes do IFMT criam aplicativo que ajuda agricultores a calcular preço de hortaliças

Projeto foi selecionado e está exposto na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), em São Paulo. Objetivo do projeto é auxiliar os pequenos produtores a planejar e organizar a produção de hortaliças.

Quatro alunos do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) de Cáceres, a 220 km de Cuiabá criaram um aplicativo que auxilia agricultores a calcular o preço das hortaliças pela produção plantada. O projeto foi selecionado e está exposto na Feira Brasileira de Ciências e Engenharia (Febrace), em São Paulo, realizada nesta semana.

Desenvolvido no ano passado, o aplicativo conquistou o primeiro lugar da categoria Desenvolvimento Tecnológico na Mostra de Iniciação Científica no Pantanal, realizado pela Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

O projeto foi desenvolvido pelos estudantes Beatriz Almeida de Oliveira, Guilherme Cavalari Ladeia, João Brasília Dalosto de Carvalho e Vitória Eduarda Souza Silva do curso técnico em informática integrado ao ensino médio do IFMT no campus em Cáceres têm 16 e 17 anos, sob orientação do professor Eliel Regis de Lima.

O objetivo do projeto é auxiliar os pequenos produtores a planejar e organizar a produção de hortaliças. O aplicativo realiza o cálculo do custo da produção e indica o valor da unidade da hortaliça a ser vendida.

O aplicativo foi um dos finalistas da 17ª edição da Febrace, que é realizada na Universidade de São Paulo (USP).

O projeto foi selecionado para Febrace depois de conquistar o primeiro lugar na feira científica da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), em 2018. É um dos 52 selecionados na área de ciências exatas.

Entre os prêmios da feira estão medalhas, troféus e bolsas de estudo no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência.

O comitê de avaliação para concorrer à premiação da Febrace é formado por professores universitários, doutores, estudantes de pós-graduação e especialistas da área.

Os projetos também concorrem ao Prêmio Votação Popular na Mostra Febrace Virtual e, aqueles que forem selecionados, vão representar o Brasil na Feira Internacional de Ciências e Engenharia da Intel, nos Estados Unidos.

A Feira Internacional de Ciências e Engenharia da Intel é considerada o maior evento de pesquisa científica pré-universitária do mundo, administrada pela Sociedade para a Ciência e o Público, uma organização sem fins lucrativos sediada em Washington.

Aplicativo

O aplicativo utiliza estimativas de percentuais de lucro, a área a ser plantada, a hortaliça que será produzida, o que foi gasto durante o plantio e também o valor do terreno sendo cultivado para o cálculo.

Como resultado, o sistema calcula e apresenta o custo da produção e sugere o preço para comercializar o produto plantado.

O aplicativo foi desenvolvido para notebook, celular e tablet e depois da feira será disponibilizado para ser baixado gratuitamente.

A Febrace 2019 começou na terça-feira (19), na Cidade Universitária, em São Paulo, com 332 projetos selecionados por todo o país. É considerada a maior mostra de projetos de ciências e engenharia do Brasil.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

DEMITIDA DO MEC, IOLENE LIMA TROUXE ABORDAGEM EDUCACIONAL À LUZ DA BÍBLIA PARA OS HOLOFOTES

Organização em que Iolene é vice-presidente busca promover a teoria da educação por princípios cristãos nas escolas brasileiras

"É nosso dever como cristãos oferecer a esta geração e às próximas uma educação escolar de qualidade, fundamentada em princípios bíblicos, preparando-os para cumprir o propósito de Deus e exercer responsabilmente suas vocações na sociedade."

A premissa está expressa no site da Associação de Escolas Cristãs de Educação por Princípios (Aecep), que entrou no noticiário após a indicação, na semana passada, de Iolene Lima, sua vice-presidente, para comandar a secretaria-executiva do Ministério da Educação (MEC) — o segundo cargo mais importante da pasta. Em meio à crise no MEC, nesta sexta-feira, Lima anunciou em suas redes que foi demitida da pasta antes mesmo de ser nomeada para o posto.

Fora dos holofotes até este mês, a Aecep tenta promover essa abordagem educacional no Brasil desde 1997, quando foi criada com apenas oito escolas associadas. Hoje, são 130 colégios ligados à associação, presente em mais da metade dos estados.

Embora seu presidente, Roberto Rinaldi Junior, atenuo o discurso em relação ao desejo de expansão da Aecep no Brasil, o site da instituição, que defende uma abordagem educacional que tenha os princípios de Deus como pilar, afirma que um de seus objetivos é ter pelo menos uma escola associada em cada um dos estados.

Nesse contexto, a entrada do grupo no MEC foi vista com receio por alguns setores da sociedade, sobretudo após o resgate de uma entrevista de Iolene Lima concedida em 2014, na qual ela explica a educação por princípios como uma "uma cosmovisão cristã", na qual "o aluno vai aprender que o autor da História é Deus, o realizador da Geografia é Deus".

O presidente da Aecep, que é a única instituição a promover a educação por princípios no Brasil, diz que não há incompatibilidade entre uma educação com base na ciência e o modelo proposto pela associação, mas admite que assuntos como o evolucionismo serão debatidos sob as perspectivas bíblicas.

"Não existe nada incompatível, até porque a verdade de Deus é presente em toda criação, todas as áreas de conhecimento. O aluno tem a oportunidade de analisar vários contextos, chegar a conclusões. Claro que, como cristãos, nós reconhecemos que Deus é o criador de todas as coisas e isso não é colocado como dogma, mas como princípio da soberania de Deus. A bíblia para nós é um livro-texto, entendemos os temas à luz dela, mas não existe confrontação com a ciência e o conhecimento. O aluno de séries mais elevadas vai receber isso (a teoria da Evolução) e analisar à luz de uma reflexão factível de uma colocação bíblica. Não estou falando da escola pública. Nenhum assunto é proibido senão estaria dizendo que a escola é uma igreja e ela é um ambiente acadêmico de aprendizagem", afirma Rinaldi.

Ele diz ainda que entre os preceitos fundamentais da educação por princípios estão a reflexão, a pesquisa, o raciocínio e a análise de contextos. A Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) proíbem o proselitismo religioso nas escolas públicas. No entanto, a legislação educacional permite a existência de escolas

particulares confessionais, como é o caso das associadas à Aecep. Ainda assim, educadores apontam o risco de que esse tipo de abordagem acabe ignorando anos de conhecimento científico.

"A ciência é plural, enquanto o ensino religioso não é plural. Há um perigo grande de pessoas que advogam esse tipo de ensino desprezarem completamente o conhecimento científico que foi acumulado nos últimos 300 anos, com base em nenhum conhecimento sólido que possa ser debatido e confrontado. É a reintrodução de dogmas, em vez de conhecimento construído com base em raciocínio, pode ser uma negação do conhecimento" afirma o professor da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp Peter Schulz.

Na tentativa de promover essa abordagem educacional, a Aecep ministra cursos de formação de professores e tem registrada em seu CNPJ como atividade secundária a produção de livros. O catálogo traz títulos como "Renovando a mente do educador", "A ideia cristã de crianças", "Educação Por Princípios: Fundamentos Do Currículo Escolar", entre outros, para serem usados em formações de professores. Embora afirme não ter produção de livros didáticos, a Aecep trabalha com editoras parceiras que fazem esse tipo de publicação. Além disso, Juliana Helpa, que aparece no quadro de sócios e administradores da Aecep, segundo a Receita, informa em seu perfil profissional no LinkedIn ser especializada na elaboração de livros didáticos.

A associação oferece cursos presenciais e à distância. No curso "Renovando a mente do educador", por exemplo, um dos módulos é chamado "Adquirindo a mente de Cristo", outro fala sobre "a metodologia de Ensino Demonstrada na Bíblia". Antes de sair do ministério, Iolene Lima estava à frente da diretoria de Formação do MEC.

"Iolene separa muitíssimo bem igreja, escola, o público e o privado. Vi um vídeo de 2014 sobre ela, mas ali ela estava falando para um público confessional, não para um contexto público. Estava dentro de um fórum confessional onde tinha liberdade de praticar sua fé", defende Rinaldi.

Na época da tramitação da Base Nacional Comum Curricular da educação infantil e do ensino fundamental, a Aecep atuou na pressão junto ao então presidente Michel Temer para a retirada de termos relacionados a gênero e orientação sexual do texto. Na época, chegou a assinar uma carta com outras entidades entregue a Temer. Os termos acabaram ficando de fora do texto final.

Para o educador Luis Carlos de Menezes, professor e membro da Cátedra de Educação Pública do Instituto de Estudos Avançados da USP, a promoção desse tipo de educação no ensino público seria travada pela legislação do país.

"O Brasil é um país laico. Esse tipo de manifestação pode caber numa campanha, mas uma vez indo para o governo a pessoa está dirigindo um país laico. A escola pública não pode ter qualquer viés, qualquer coisa ao contrário disso pode ser questionada legalmente", afirma Menezes.

Educação domiciliar

Educadores afirmam, no entanto, que em um contexto no qual uma medida provisória para regulamentar a educação domiciliar está prestes a ser lançada pelo governo, a

promoção da abordagem educação por princípios poderia acabar ganhando fôlego.

"Esse tipo de orientação educacional junto com a promoção do ensino em casa no lugar da escola é uma subversão da educação como um bem público e compartilhado de forma igual para todos. Algo bastante perigoso. O que se anuncia é um desmonte da educação como bem público necessário para desenvolvimento do país. É um movimento feito não na busca de diálogo, mas na desqualificação de toda estrutura de construção de conhecimento da civilização ocidental dos últimos três séculos", critica Peter Schulz.

O presidente da Acep, por outro lado, vê a permissão do ensino domiciliar sob uma ótica positiva: "Não temos a menor pretensão de ser um grupo alienado, sectário e desconectado da realidade. Temos compromisso com a nação, apreço pelos trabalhos feitos para família. Somos parceiros dos pais. Valorizamos essa iniciativa de homeschooling, valorizamos a família com sua liberdade de educar seus filhos".

Na última terça-feira, 15 entidades da área educacional assinaram uma nota "contra o doutrinamento religioso" firmando posicionamento contrário às nomeações no MEC, que, de acordo com o grupo, são "baseadas principalmente no critério do pertencimento a determinadas religiões". No comunicado, organizações como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) destacam artigos da Constituição sobre a laicidade do Estado.

"Ressaltamos, que a religião não pode se transformar em norteadora de políticas públicas. O conhecimento científico é independente da religião professada por quem pesquisa e ensina, sendo garantidas a liberdade de ensino, de pesquisa e o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas", diz a nota, que conclui com a defesa de que o Estado não pode se submeter ao "doutrinamento religioso".

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

MPF determina que Inep explique criação de comissão para vigiar o Enem Órgão diz que considera "extremamente vago" o propósito de uma "leitura transversal"

O Ministério Público Federal (MPF) deu prazo de cinco dias para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) explique a comissão criada para fazer um pente fino no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O ofício endereçado ao presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, diz que considera "extremamente vago" o propósito de uma "leitura transversal", como foi chamado o trabalho do grupo. A criação da comissão foi revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O documento da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF menciona ainda que é preciso conter "eventuais excessos decorrentes do exercício imoderado e arbitrário da competência institucional outorgada ao Poder Público", conhecido como "abuso de poder".

Foram questionadas também a qualificação técnica e profissional dos membros do grupo e quais especialistas em avaliação educacional e instituições de educação superior participaram da decisão que resultou na criação da comissão.

O Inep, órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelo Enem, afirmou que

responderá no tempo estipulado e que os critérios estão na portaria e na nota técnica divulgadas na quarta-feira, dia 20. Os documentos, como mostrou o Estado, dizem que o objetivo do colegiado é "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais". Além disso, a comissão pretende "verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame".

Os membros da comissão são Marco Antônio Barroso Faria, ex-aluno do ministro da Educação Ricardo Vélez, que é secretário no MEC, Antônio Maurício Castanheira das Neves, diretor no Inep e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, ligado a Eduardo Bolsonaro Nenhum deles têm experiência em avaliação. A comissão já começou a trabalhar e tem dez dias para concluir sua análise.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - CIDADE

Faculdade Católica reúne coordenadores de cursos EAD

Os estudos para elaboração do Institucional de EAD da Faculdade iniciaram no ano passado e, hoje, um novo passo é dado.

O projeto de expansão de cursos da Faculdade Católica de Rondônia (FCR) está cada vez mais próximo de se tornar realidade. Como parte do processo, uma reunião com os coordenadores dos cinco (05) cursos via Educação à Distância (EAD), sendo um Bacharelado e quatro tecnólogos, foi promovida na última quarta-feira (21), na sede da FCR, em Porto Velho.

De acordo com o diretor acadêmico da FCR, Luiz Fernando Meirelles, os estudos para elaboração do Institucional de EAD da Faculdade iniciaram no ano passado e, hoje, um novo passo é dado. "Daremos formação de nível superior com flexibilidade de tempo e de espaço, como forma de promover inclusão social mediante projeto que prevê modelo metodológico híbrido nas dimensões do presencial e do online", garantiu.

Meirelles justificou que, a novidade em cursos e sua implantação em Rondônia através da FCR, ocorre devido "a qualidade educativa e ao quadro docente local e da aprendizagem significativa pautada nas questões contemporâneas locais".

Os cursos

Ainda no ano de 2019, após as visitas das Comissões de Avaliação do Ministério da Educação (MEC) e o seu credenciamento favorável, os processos seletivos devem ser abertos. Inicialmente, estão previstos cinco cursos: Um (01) Bacharelado em Filosofia e quatro (04) Superiores de Tecnologia, sendo Gestão Comercial, Gestão de Tecnologia da Informação, Produção Multimídia e Segurança Pública.

topo ↕

DIÁRIO DA MANHÃ-RS - CIDADE

Educação : desenvolvimento acelerado

A quantas anda a educação no Brasil? De acordo com o ranking desenvolvido à Economist Intelligence Unit (EIU), não muito bem. Na última pesquisa, ocupamos a 38ª posição numa relação a outros 40 países. A pesquisa mostrou que o Brasil está entre as nações que registraram queda no índice de desempenho escolar e habilidades cognitivas, ao passo que Coreia do Sul, Japão, Cingapura e Hong Kong foram escolhidos como os lugares de melhor posição, destacando a "cultura de responsabilidade" e "valorização dos professores", como os fatores fundamentais para o bom resultado. Em Passo Fundo,

no entanto, a realidade segue outro ritmo. A educação veio crescendo nos últimos anos e hoje luta para se tornar uma das mais conceituadas do Estado.

Quanto aos indicadores palpáveis, a rede municipal de ensino passo-fundense apresentou êxito nos números do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Progressivamente, os resultados vêm crescendo: em 2005, a nota geral do IDEB ficou em 3,9. Na aferição seguinte, em 2007, passou para 4,4, indo para 4,5 em 2009. Nos últimos resultados obtidos em 2011, a nota média alcançou os 4,8. Nos anos de final de escolarização no ensino fundamental, o IDEB cresceu: foi de 3,6 em 2005 para 4,4 em 2011. Em nível nacional, a expectativa de média estipulada para 2021 é de 5,5 – em ambos os casos, o IDEB registrou a meta projetada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Na visão da professora e coordenadora do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Passo Fundo, Rosimar Esquinsani, um dos motivos para que a educação pública passo-fundense se mantenha e evolua nos índices de escolaridade é o fortalecimento na formação inicial do quadro de professores. “A presença consolidada de instituições de ensino superior na cidade faz com que o aprendizado se prolongue com especializações e programas de pós-graduação, tanto em nível de mestrado quanto no nível de doutorado vinculados a área da educação”, avalia. Este fenômeno, segundo ela, reflete nas possibilidades de formação docente além dos processos internos em cada uma das redes de ensino – estadual, municipal e privada.

Consequentemente, este estudo continuado serve como garantia na educação: na rede municipal, a grande maioria é graduada: 98,2% dos professores tem formação em curso superior, sendo que 54% possuem pós-graduação. Destes, 9% são titulados como mestres. “Todos estes docentes estão em atuação na rede municipal de ensino”, destaca Rosimar.

Na direção da Escola Municipal Zeferino Demétrio Costi há mais de quatro anos, a professora Jeanete Basso diz acreditar na potencialidade de seus professores e, por isso, ter reflexo de uma qualidade maior na educação. “Acredito muito na educação e, por isso, penso que conseguimos índices elevados todos os anos. No caso do IDEB, sempre andamos na ponta e lá queremos ficar”, destaca.

Educação para todos

Para todos – literalmente. Os programas de Inclusão Escolar estão crescendo na rede pública. Das 35 escolas de ensino fundamental, 38 já contam com as Salas de Recursos Multifuncionais. Elas servem para auxiliar pedagogicamente a inclusão de alunos com as mais diversas deficiências – tanto físicas quanto intelectuais. “Em termos de inclusão, 80% das escolas contam com estruturas de acessibilidade, incluindo rampas, banheiros adaptados ou outras estruturas de acessibilidade”, conta. Os uniformes também foram peça chave na questão de inclusão – não propriamente apenas com crianças com deficiências, mas como um todo. “No início, houve certa resistência, mas quando pais e alunos viram que seria melhor e o modelo agradou, a recepção foi positiva”, conta. No momento, estão sendo feitas adequações na destinação de alguns alunos.

“Como fizemos as medidas há um ano, agora temos que nos reorganizar, por isso vai mais um tempo até que consigamos acertar todas as medidas. No mais, as crianças estão

usando e achando o máximo”, comemora. Outra forma de incentivo à educação é com o programa Minha Escola de Cara Nova. A meta é renovar todo o mobiliário das escolas municipais, tanto da educação infantil quanto da fundamental. Para a ação, o investimento será de R\$ 1,5 milhão. De janeiro a abril deste ano, cinco escolas já foram selecionadas e atendidas com renovação do mobiliário, pintura, playground e demais reparos pontuais. Entre elas estão as EMEIs Sonho Encantado, Cantinho Feliz, Arlindo Souza Mattos, Maria Elizabete e Raio de Luz. Além destas, outras 15 escolas já participaram da distribuição de 2 153 conjuntos de mesas e cadeiras, além de 70 móveis, incluindo armários e balcões para salas de aula.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - BRASIL

Estudantes não aprendem o básico

Estudantes de mais da metade das cidades sabem menos de 10% do que deveriam em matemática, ao terminar o fundamental. Alunos de 54% dos municípios pernambucanos (99 cidades) concluíram o ensino fundamental, em 2017, sabendo menos de 10% do que deveriam ter aprendido em matemática. É o que mostra levantamento realizado pelo Movimento Todos pela Educação com dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), do Ministério da Educação (MEC). Em português o cenário é menos dramático. São 2,7% (cinco municípios) com aprendizado dos estudantes abaixo de 10%.

Os índices se referem a discentes de escolas públicas (estaduais e municipais) e privadas. A situação mais crítica, em matemática, é em Chã de Alegria, na Zona da Mata. De cada cem adolescentes que terminaram o 9º ano, somente um absorveu o conteúdo da série (1,1%). O melhor resultado é o de Panelas, no Agreste, que tem 71,2% dos alunos com aprendizado adequado. Em língua portuguesa, o resultado mais baixo foi de Manari, no Sertão, onde apenas 6,6% dos jovens assimilaram os assuntos que deveriam para a série.

O índice mais alto é de Quixaba, na mesma região, com 68,9% de concluintes com aprendizado adequado. “Avaliamos o desempenho dos estudantes para observar quais foram as dificuldades deles. Estamos investindo na formação dos professores. Outras ações foram acompanhar mais de perto a frequência dos alunos, acabar com as turmas multisseriadas da zona rural e focar na alfabetização”, explica a secretária de Educação de Chã de Alegria, Verônica Almeida.

O desempenho da cidade no 5º ano, em matemática, também foi baixo: só 12,3% das crianças aprenderam o adequado. Mas o município foi o segundo do Estado que melhor evoluiu em uma década. Esse índice, em 2007, era de apenas 0,5%. “Os números preocupam. Porém estamos trabalhando para melhorar o nosso ensino”, diz Verônica. A rede municipal tem 170 professores, 2.600 alunos, nove escolas e uma creche. Quixaba, onde está localizada a Escola Estadual Tomé Francisco da Silva, destaque em vários prêmios de educação, é a cidade pernambucana com os índices mais altos de aprendizagem dos estudantes da 5ª série: 82,2% em português e 86,5% em matemática.

Orocó, no Sertão, é a pior em português (9,6%) e Escada (6,5%), em matemática. “Nosso objetivo é sempre garantir que os alunos aprendam. É um trabalho em conjunto, que envolve todos da escola, do professor à merendeira. Monitoramos o desempenho de cada estudante. Quem tem dificuldade recebe reforço”, conta o secretário municipal de Educação, Danilo Nunes.

O estímulo à leitura é prioridade. Para a presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco (Undime) e secretária de Educação de Bonito, Elza Silva, a melhoria do aprendizado passa por uma boa política de alfabetização, formação continuada dos professores e valorização da carreira docente, com pagamento do piso salarial do magistério.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - GERAL

Pesquisa mostra disparidade na educação entre estudantes ricos e pobres no Brasil

No Brasil, enquanto 83% dos estudantes mais ricos saem da escola pública tendo aprendido o adequado em língua portuguesa ao final do ensino médio, entre os estudantes mais pobres, essa porcentagem é 17%. Em matemática, 63,6% dos alunos mais ricos aprenderam o adequado e apenas 3,1% dos mais pobres saem da escola sabendo o mínimo considerado suficiente na disciplina.

Os dados são do Todos pela Educação (TPE), organização social, sem fins lucrativos. A entidade analisou os microdados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2017 e mostrou que há diferença grande e constante, desde 2011, entre o desempenho dos mais ricos e dos mais pobres em todos os níveis analisados, no 5º e no 9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio.

A disparidade entre as porcentagens de estudantes que aprendem o adequado chega a ser quase cinco vezes maior entre aqueles com maior nível socioeconômico e os com menor nível. “A educação, que poderia ser uma das principais ferramentas para diminuir a desigualdade de aprendizagem não tem conseguido fazer isso de maneira consistente no Brasil”, diz o diretor de Políticas Educacionais do TPE, Olavo Nogueira Filho. “A gente está avançando na média brasileira, mas está mantendo um alto grau de desigualdade entre alunos de nível socioeconômico mais alto e mais baixo. Estamos melhorando sem conseguir diminuir esse resultado”, avalia.

O Saeb avalia estudantes quanto aos conhecimentos de língua portuguesa e matemática e é aplicado de dois em dois anos. A avaliação é de responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que classifica os estudantes em seis grupos, considerando o nível socioeconômico. O grupo 1 reúne os estudantes com o menor poder aquisitivo. São, em maior parte, estudantes com renda familiar mensal de até um salário mínimo e que têm, em casa, bens elementares, como uma geladeira e uma televisão, sem máquina de lavar roupa ou computador.

Os pais ou responsáveis têm formação até o 5º ano do ensino fundamental ou inferior. Na outra ponta, está o grupo 6, com estudantes com renda familiar mensal de sete salários-mínimos ou mais, cujos pais ou responsáveis completaram a faculdade e que tem em casa três ou mais televisores, dois ou mais computadores, entre outros bens. A diferença é constatada desde o 5º ano do ensino fundamental, quando 90,4% dos mais ricos aprendem o adequado em língua portuguesa e 83,9%, em matemática e apenas 26,3% dos mais pobres aprendem o adequado em português e 18,1%, em matemática.

De acordo com Nogueira Filho, a escola pública não está cumprindo um de seus principais potenciais: reduzir desigualdades. “Para fazer isso, é preciso ter uma política educacional que se preocupe com essa questão. Uma política educacional que se traduza em mais recursos para quem tem maior desafio”, defende. De acordo com o diretor,

ocorre o contrário no país. “Os municípios mais vulneráveis, em geral, são os que têm menor investimento por aluno quando comparados com regiões de nível socioeconômico mais elevado”. De acordo com o levantamento do TPE, em média, considerando juntos todos os níveis socioeconômicos, houve melhora na aprendizagem no país, no ensino fundamental. No ensino médio, há praticamente estagnação desde 2001.

O maior salto foi no 5º ano do ensino fundamental. Em 2001, 23,7% dos estudantes aprendiam o adequado em língua portuguesa e 14,9%, em matemática. Essas porcentagens chegaram a 60,7% e a 48,9%, respectivamente, em 2017. No final do ensino médio, em 2001, 25,8% dos jovens deixavam a escola sabendo o mínimo adequado em português e 11,6%, em matemática. Em 2017, essas porcentagens passaram para 29,1% em língua portuguesa e reduziram para 9,1% em matemática.

O TPE considera como aprendizagem adequada estudantes que obtiveram pelo menos, em língua portuguesa, 200 pontos no 5º ano do ensino fundamental, 275 no 9º ano e 300 no final do ensino médio. Em matemática, é necessário tirar pelo menos 225 pontos no 5º ano, 300 pontos no 9º ano e 350 pontos no 3º ano do Ensino Médio.

As pontuações foram definidas por um conjunto de especialistas que buscou como referência, inclusive, o desempenho de estudantes de nível semelhante em outros países. Seguindo os níveis propostos pelo Inep, essas pontuações significam que os estudantes devem estar pelo menos no nível 5 de 10 níveis em matemática e no nível 4 de 9 níveis em língua portuguesa, no 5º ano; no nível 4 de 8 níveis em português e 5 de 9 níveis em matemática, no 9º ano; e no 6 de 10 em matemática e nível 4 de 8 níveis em língua portuguesa, no 3º ano do Ensino Médio. No ano passado, o Ministério da Educação divulgou, pela primeira vez, o nível que considera adequado para cada etapa.

Os níveis considerados são mais rígidos do que os definidos pelo Todos pela Educação, considerando adequado apenas o nível 7 em ambas disciplinas. A métrica foi questionada por especialistas.

topo 

O DIA - RJ - BRASIL

Indicada para ser número 2 do MEC é afastada em uma semana: Quadro bastante confuso

Educadora evangélica Iolene Lima foi anunciada pelo ministro Vélez Rodríguez como secretária executiva da pasta, mas seu nome não chegou a ser publicado no Diário Oficial da União

Brasília - Uma semana após ser indicada para ocupar o cargo número 2 do Ministério de Educação, de secretária executiva da pasta, a educadora Iolene Lima anunciou que não ocupará mais a cadeira. Ela substituiria Luiz Antônio Tozi, demitido pelo ministro Ricardo Vélez. Antes de Ione, Rubens Barreto da Silva chegou a ser anunciado como secretário-executivo, mas seu nome também não foi oficializado.

Ela chegou a acompanhar o ministro Ricardo Vélez Rodríguez em Suzano, na ocasião do massacre na escola Professor Raul Brasil que deixou dez mortos, apesar de não ter sido nomeada oficialmente, com publicação no Diário Oficial da União.

A educadora publicou uma nota em sua conta do Twitter, lembrando que deixou a escola que dirigia há cinco anos e ajudou a fundar para aceitar o convite do ministro,

mas recebeu a informação na quinta-feira de que não participa mais do grupo do MEC. Ela classificou o quadro da pasta como bastante confuso. Apesar do vaivém ela diz que deseja o melhor para o governo Bolsonaro e do ministro Véllez Rodriguez.

Indicada disse que ensino deveria vir da Bíblia. Iolene Lima já defendeu que o ensino deveria ser baseado "na palavra de Deus". Em um vídeo de 2013, durante entrevista ao canal de TV evangélico Feliz Cidade, afirmou que o "primeiro matemático e geógrafo foi Deus" e que "as crianças começam a ter contato com essas matérias no primeiro livro da Bíblia sagrada, o Gênesis". Ela também defendeu organizar o currículo escolar "a partir das escrituras".

A educadora, que é evangélica, dirigiu uma escola batista em São José dos Campos, no interior paulista, que afirma em seu site ter "conteúdos curriculares dentro da cosmovisão bíblica". Ela atuava na Secretaria de Educação Básica do MEC, à espera da promoção.

Na entrevista, Iolene diz que "uma educação baseada em princípios é uma educação baseada na palavra de Deus". "O aluno vai aprender que o autor da história é Deus, o realizador da geografia é Deus. Deus fez as planícies, o relevo, o clima. O primeiro matemático foi Deus".

Em outro trecho, ela exemplifica sua tese. "Uma coisa é o aluno ouvir: Olha, você não pode escovar o dente com a torneira aberta. Outra coisa é o aluno ouvir: 'Você não pode porque tem um princípio bíblico que diz que você precisa cuidar de tudo, que é o princípio da mordomia. Deus deu, mas não é para esbanjar, é para cuidar'", diz.

Crise no MEC

Iolene assumiria a vaga de Luiz Antonio Tozi, demitido no último dia 14 a pedido de Bolsonaro. De perfil técnico, ele havia trabalhado para o governo de São Paulo e fazia parte de um grupo que vinha aconselhando Véllez a dar um novo direcionamento para o ministério. Outros dois grupos brigam por poder na pasta: os chamados "olavistas", ligados ao escritor Olavo de Carvalho - considerado "guru do bolsonarismo" - e os militares.

Véllez chegou a anunciar que Rubens Barreto seria o sucessor de Tozi, mas pressões internas não o deixaram nem sequer assumir o cargo. Iolene foi indicada a Tozi pelo presidente da **Capex, Anderson Ribeiro Correia**. Os três são de São José dos Campos, no interior de São Paulo - Correia também é evangélico. Mas a educadora também não assumiu oficialmente o cargo número 2 do ministério.

Quando começaram as disputas entre grupos no MEC, há mais de um mês, o grupo técnico entendeu que a presença de evangélicos poderia fortalecer o ministro contra os chamados "olavistas" - seguidores do escritor Olavo de Carvalho, "guru" dos bolsonaristas. Representantes de instituições cristãs passaram a ser recebidos no MEC sem que o grupo ligado a Olavo soubesse.

Após tuítes raivosos de Olavo contra Tozi, Bolsonaro pediu a cabeça do número 2 do MEC. Após a pressão pela não nomeação de Barreto, Véllez pensou em se demitir, mas foi convencido a continuar no cargo. A solução encontrada para tentar segurar o ministro foi colocar Iolene no posto. Mesmo com a escolha de Iolene, Véllez continua

sem força - diversos grupos se movimentam para indicar seu sucessor, entre evangélicos e militares.

A disputa política instalada no MEC já provocou o afastamento de oito funcionários, além do atraso de ações rotineiras, como a compra de livros didáticos.

topo ↕

ZERO HORA - RS - POLÍTICA

PF investiga repasse a bolsistas

MAIS DE CEM PESSOAS podem ter sido beneficiadas irregularmente em programa da UFRGS

A operação da Polícia Federal (PF) que investiga desvio de recursos públicos em convênio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) apurou que bolsistas receberam cerca de R\$ 3,6 milhões. A concessão do benefício por critérios subjetivos e sem comprovação de que serviços foram prestados dentro da finalidade do projeto são o alvo da Operação Alforje, deflagrada ontem.

Está sob apuração convênio firmado pela UFRGS, por meio da Superintendência de Infraestrutura, e a Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faurgs), que vigorou entre 2015 e 2017. O acordo permitiu o repasse de R\$ 11,4 milhões da UFRGS para a fundação. Está sob investigação quanto desse valor foi usado para pagamento de bolsas irregulares. Conforme a PF, a universidade foi lesada pelo esquema.

Cinco servidores públicos ligados à instituição de ensino foram afastados das funções por determinação da Justiça Federal. Mais de uma centena de pessoas é investigada por suspeita de ter recebido valores por meio de bolsas concedidas irregularmente, com valores entre R\$ 200 e R\$ 3 mil.

Alguns investigados chegaram a ganhar, no período do convênio, mais de R\$ 60 mil. A PF identificou, entre os bolsistas, profissionais como pedreiros, carpinteiros, vigilantes e jardineiros, que faziam serviços sem relação com a finalidade do convênio, que previa a elaboração conjunta de projetos nas áreas de engenharia e arquitetura. Também há servidores e ex-funcionários da universidade, professores e alunos.

Todos serão chamados a depor e terão de comprovar quais serviços prestaram em prol do convênio. Testemunhas já contaram aos policiais que o pagamento de bolsas se tornou um sistema "institucionalizado de mera complementação de renda".

A falta de prestação de contas dos serviços por parte da Faurgs foi um dos pontos que mais chamaram a atenção da PF. Conforme o delegado Eduardo Dalmolin Bollis, que conduz o inquérito, não havia fornecimento desses dados publicados pela Faurgs até o Ministério Público Federal (MPF) fazer a cobrança.

Segundo a PF, o MPF tem um inquérito civil sobre o caso para apurar suspeitas de improbidade administrativa. Os investigados pela Polícia Federal poderão responder por crimes como peculato, falsidade ideológica e associação criminosa. Ontem de manhã, foram cumpridos 11 mandados de busca e apreensão em Porto Alegre, Viamão e Gravataí. Além dos afastamentos, a Justiça Federal emitiu medidas de bloqueio de contas e de veículos das pessoas investigadas. A polícia não revelou os nomes delas e a UFRGS não se manifestou sobre a operação.

adriana.irion@zerohora.com.br

ADRIANA IRION

topo ↕

CORREIO 24 HORAS - TEMPO REAL

Após uma semana no cargo, Iolene Lima anuncia que foi afastada do MEC

Ela postou no Twitter uma mensagem falando sobre o cenário no ministério

Uma semana após ser anunciada como a "número 2" no Ministério da Educação (MEC), a educadora Iolene Lima foi afastada do cargo. Ela anunciou a novidade no Twitter, na noite desta quinta-feira (22).

Na mensagem, ela disse que a situação no ministério está confusa. “Diante de um quadro bastante confuso na pasta, mesmo sem convite prévio, aceitei a nova função dentro do ministério. Novamente me coloquei à disposição para trabalhar em prol de melhorias para o setor. No entanto, hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC”, postou.

Antes de ser a secretaria-executiva no MEC, ela ocupava a Secretaria de Educação Básica da pasta.

Luiz Antonio Tozi, que estava na pasta até meados de março, foi exonerado no dia 14, a pedido do presidente Jair Bolsonaro. O ministro Ricardo Vélez chegou a anunciar que Rubens Barreto seria o secretário executivo, mas pressões internas não o deixaram nem sequer assumir o cargo. Iolene foi indicada a Tozi pelo presidente da **Capes, Anderson Ribeiro Correia**. Os três são de São José dos Campos, no interior de São Paulo - Correia também é evangélico.

topo ↕

ESTADO DE MINAS ONLINE - TEMPO REAL

Indicada para número 2 do MEC, Iolene Lima é demitida oito dias depois

MEC se vê envolto em uma briga ideológica e disputa entre militares e técnicos.

Em meio a frequentes reuniões com o presidente Bolsonaro, Vélez foi obrigado a demitir vários de seus auxiliares

O “número dois” do Ministério da Educação foi trocado pela terceira vez. Pouco mais de uma semana após ter sido anunciada pelo ministro Ricardo Vélez como secretária-executiva do Ministério da Educação, Iolene Lima informou, nesta sexta-feira (22/3), por meio do Twitter, ter sido demitida da pasta.

“Aos meus amigos e colegas: Depois de cinco anos à frente da direção do colégio que ajudei a fundar, deixei meu emprego a fim de aceitar um convite para, junto com outros profissionais, servir ao meu país, colaborando para um ideal em que acredito: um Brasil melhor por meio da educação. Todavia, diante de um quadro bastante confuso na pasta, mesmo sem convite prévio, aceitei a nova função dentro do ministério. Novamente me coloquei à disposição para trabalhar em prol de melhorias para o setor. No entanto, hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC”, diz um trecho do texto escrito por Iolene, que antes ocupava o cargo de secretária substituta da Secretaria de Educação Básica da pasta.

Ela foi anunciada na Secretaria-Executiva do Ministério da Educação na quinta-feira (14/3), pelo ministro Ricardo Vélez. O MEC se vê envolto em uma briga ideológica e disputa entre militares e técnicos. Em meio a frequentes reuniões com o presidente

Bolsonaro, Véléz foi obrigado a demitir vários de seus auxiliares, após um embate inflamado com o filósofo Olavo de Carvalho, considerado o guru de Bolsonaro e responsável pela indicação do próprio ministro.

No último dia 12, o “número dois” da pasta, o secretário-executivo Luiz Antonio Tozi foi exonerado. Inicialmente, havia previsto a transferência do cargo para Rubens Barreto da Silva, também nomeado recentemente para o cargo de Secretário Executivo Adjunto. No entanto, pressões internas não o deixaram sequer assumir o cargo, que nem chegou a ser publicado no Diário Oficial da União (DOU). No dia 14, após voltar de uma viagem, o ministro confirmou por meio das redes sociais que o cargo ficaria com a pastora Iolene Lima. A nomeação dela também não foi chancelada pela Casa Civil. Ainda não se sabe quem será o próximo a ocupar uma das mais importantes cadeiras da pasta.

Outros seis funcionários do alto escalão do Ministério da Educação, foram exonerados: o chefe de gabinete do ministro da Educação, Tiago Tondinelli; o secretário-executivo adjunto da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, Eduardo Miranda Freire de Melo; o coronel que atuava como diretor de programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, Ricardo Wagner Roquetti; o diretor de programa da Secretaria-Executiva do Ministério da Educação, Claudio Titericz; o assessor especial do ministro da Educação, Silvio Grimaldo de Camargo e o diretor de Formação Profissional e Inovação da Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj, Tiago Levi Diniz Lima.

Em meio a crises internas, o Planalto tenta evitar a demissão de um segundo ministro com menos de três meses de governo. Apesar do presidente Bolsonaro afirmar que Véléz Rodríguez continua à frente da pasta, fontes internas dizem que há uma pressão pela troca do ministro, que estaria atuando em prorrogação. Nomes como o de Mendonça Filho, que ocupou o cargo no governo Temer começaram a surgir.

O Correio procurou o deputado para saber se houve algum aceno nesse sentido, mas Mendonça Filho não quis se pronunciar sobre o assunto. Outro nome cotado para o MEC seria o de **Anderson Correia**, presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A bancada evangélica também cobiça postos.

Por meio das redes sociais, Véléz afirmou que está ‘100% alinhado ao Planalto’, que a ‘Lava-Jato da educação está a pleno vapor’ e que ‘a retomada do foco no Fundeb e a implementação do modelo cívico-militar em escolas selecionadas estão entre as prioridades’.

Políticas Educacionais travadas

Profissionais da área e entidades educacionais têm reclamado que as constantes crises e desavenças em que o MEC tem se envolvido, prejudicam a rotina diária da pasta e travam políticas importantes. Em meio à troca de cadeiras, a situação da educação no país segue caótica. Em outubro, estão previstas as provas do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esta será a primeira vez que a prova do segundo ano avaliará o que está na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Outros programas que aguardam a sinalização e a atenção do governo é a reforma do ensino médio e o Plano Nacional da Educação (PNE), considerado o carro-chefe para o alavancamento da educação no país.

Um levantamento do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas), mostra que até o momento, das 20 metas previstas no Plano Nacional da Educação (PNE) apenas uma foi alcançada. A lei prevê que, até 2024, todos os dispositivos do PNE, que não se restringem às metas, sejam cumpridos. Alguns dos 20 objetivos estabelecidos pelo PNE têm metas intermediárias, algumas já vencidas em 2015 e 2016, e outras que, de acordo com a projeções órgão, não cumprirão o cronograma previsto.

O Instituto Ayrton Senna também traçou um panorama da educação brasileira e aponta problemas em todos os direitos básicos da educação. Em relação ao acesso, aponta, cerca de 15% dos jovens de 15 a 17 anos – cerca de 1,5 milhão de pessoas – ainda estão fora da escola. Se falarmos do aprendizado, observemos os índices que mostram que a proficiência em Matemática ao final do Ensino Médio é praticamente igual aos resultados coletados ao final do Ensino Fundamental. O estudo aponta ainda que o Brasil tem aumentado os gastos com educação, em média, em 10% ao ano. Nos países desenvolvidos a média desse aumento fica entre 2% a 3% ao ano. Cerca de 6% da Renda Nacional Bruta são destinados à educação. São empregados aproximadamente R\$ 360 bilhões por ano em educação pública no Brasil. Apesar de todos esses esforços, os requisitos constitucionais e as metas do PNE sequer estão sendo cumpridos.

A diretora do Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF), Rosilene Corrêa afirma que a escolha do ministro Vélez para a pasta da educação não condiz com a situação do país. Ela diz que o ministro tem perfil conservador e que a composição do MEC também mostra a intenção de retrocesso, com implementação de políticas de exclusão e de redução de acesso à educação. Ela aponta ainda que governo está focado em questões ideológicas, militarização e privatização. “Nós queremos discutir o novo Fundeb (permanente), CAQ, piso salarial nacional para todos os profissionais da educação, metas do PNE. Mas a preocupação é aprovar "O Escola Sem Partido". Investimento mesmo não se ouve falar. Essa intenção de tirar a liberdade de expressão do professor, de militarizar a educação nas escolas, não apenas no DF, mas no país também preocupa. Enquanto isso, vemos uma equipe que parece não compreender onde está”.

Para o vice-presidente da Regional Norte II do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e docente da área de Educação na Universidade Estadual do Pará, Emerson Duarte Monte, o governo demonstra ausência de políticas educacionais e um abandono explícito à educação no ensino superior.

“Do ponto de vista de política do MEC para o ensino superior, não se vê nada. No quesito da CAPES, não vemos nenhuma sinalização de retomada nos investimentos. O que vemos é a ampliação do abandono das faculdades públicas e o distanciamento do MEC de atividades de projetos para universidade federal para pesquisa e extensão. O que está sendo divulgado é a Lava Jato da educação com o argumento de que existe amplo processo de desvio nas universidades por parte de docentes para impulsionar a educação superior privada”, argumentou.

A equipe costurada aparentemente às pressas, não apresenta união ou coerência, diz. “Não há unidade para desenvolver políticas educacionais para o país. A queda de ministros e esse troca-troca em curto espaço de tempo gera paralisia dos ministérios. Apesar da quase universalização da educação básica, do ponto de vista de qualidade índices baixos”, defende.

Enem

Na quarta-feira (20/3), o MEC criou uma comissão para avaliar as questões do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). O grupo terá acesso ao ambiente de segurança máxima e a todo banco de dados do Exame para verificar “a pertinência com a realidade social”. O decreto de mudança foi publicado no Diário Oficial. A comissão tem dez dias para dar um parecer e dizer quais questões ficam e quais serão retiradas.

Para especialistas, a perspectiva de intervenção governamental coloca em xeque a confiabilidade do exame, além da prova deixar de ser um instrumento de debate em torno de problemáticas sociais. O MEC nega que se trate de censura. Segundo a portaria publicada, será feita uma "leitura transversal", que "é uma etapa técnica de revisão de itens".

A crítica do presidente Jair Bolsonaro aos temas tratados pelo Enem ocorrem desde antes de assumir o Palácio do Planalto. Ele afirmou anteriormente que teria conhecimento do conteúdo antes da aplicação da prova. O objetivo seria evitar questões como as do ano passado, que citava dialetos da comunidade LGBT.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal (MPF), enviou nesta quinta-feira (21) ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) um ofício pedindo esclarecimentos sobre a comissão criada.

A procuradora federal Deborah Duprat determinou um prazo de cinco dias para que o Inep envie a resposta e "toda a documentação pertinente". O Inep afirmou que responderá dentro do prazo. Entre os esclarecimentos, Duprat pede informações sobre quais foram as avaliações realizadas em relação ao Enem 2018 "que levaram à conclusão da necessidade de adoção da etapa técnica de revisão de itens da BNI denominada leitura transversal"; quais foram os profissionais especialistas em avaliação educacional e quais instituições de educação superior participaram dessa avaliação; quais os critérios sugeridos nessa avaliação para análise da pertinência dos itens da BNI "com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do Exame" e qual a qualificação técnica e profissional dos membros da comissão instituída nesta semana.

[topo](#)

MEIA HORA - TEMPO REAL

**Indicada para ser número 2 do MEC é afastada em uma semana
Educadora evangélica Iolene Lima foi anunciada pelo ministro Vélez Rodríguez
como secretária executiva da pasta, mas seu nome não chegou a ser publicado no
Diário Oficial da União**

Brasília - Uma semana após ser indicada para ocupar o cargo número 2 do Ministério de Educação, de secretária executiva da pasta, a educadora Iolene Lima anunciou que não ocupará mais a cadeira. Ela substituiria Luiz Antônio Tozi, demitido pelo ministro Ricardo Vélez. Antes de Ione, Rubens Barreto da Silva chegou a ser anunciado como secretário-executivo, mas seu nome também não foi oficializado.

Ela chegou a acompanhar o ministro Ricardo Vélez Rodríguez em Suzano, na ocasião do massacre na escola Professor Raul Brasil que deixou dez mortos, apesar de não ter sido nomeada oficialmente, com publicação no Diário Oficial da União.

A educadora publicou uma nota em sua conta do Twitter, lembrando que deixou a escola que dirigia há cinco anos e ajudou a fundar para aceitar o convite do ministro, mas recebeu a informação na quinta-feira de que não participa mais do grupo do MEC. Ela classificou o quadro da pasta como bastante confuso. Apesar do vaivém ela diz que deseja o melhor para o governo Bolsonaro e do ministro Véllez Rodriguez.

Indicada disse que ensino deveria vir da Bíblia

Iolene Lima já defendeu que o ensino deveria ser baseado "na palavra de Deus". Em um vídeo de 2013, durante entrevista ao canal de TV evangélico Feliz Cidade, afirmou que o "primeiro matemático e geógrafo foi Deus" e que "as crianças começam a ter contato com essas matérias no primeiro livro da Bíblia sagrada, o Gênesis". Ela também defendeu organizar o currículo escolar "a partir das escrituras".

A educadora, que é evangélica, dirigiu uma escola batista em São José dos Campos, no interior paulista, que afirma em seu site ter "conteúdos curriculares dentro da cosmovisão bíblica". Ela atuava na Secretaria de Educação Básica do MEC, à espera da promoção.

Na entrevista, Iolene diz que "uma educação baseada em princípios é uma educação baseada na palavra de Deus". "O aluno vai aprender que o autor da história é Deus, o realizador da geografia é Deus. Deus fez as planícies, o relevo, o clima. O primeiro matemático foi Deus".

Em outro trecho, ela exemplifica sua tese. "Uma coisa é o aluno ouvir: Olha, você não pode escovar o dente com a torneira aberta. Outra coisa é o aluno ouvir: 'Você não pode porque tem um princípio bíblico que diz que você precisa cuidar de tudo, que é o princípio da mordomia. Deus deu, mas não é para esbanjar, é para cuidar'", diz.

Crise no MEC

Iolene assumiria a vaga de Luiz Antonio Tozi, demitido no último dia 14 a pedido de Bolsonaro. De perfil técnico, ele havia trabalhado para o governo de São Paulo e fazia parte de um grupo que vinha aconselhando Véllez a dar um novo direcionamento para o ministério. Outros dois grupos brigam por poder na pasta: os chamados "olavistas", ligados ao escritor Olavo de Carvalho - considerado "guru do bolsonarismo" - e os militares.

Véllez chegou a anunciar que Rubens Barreto seria o sucessor de Tozi, mas pressões internas não o deixaram nem sequer assumir o cargo. Iolene foi indicada a Tozi pelo presidente da **Capes, Anderson Ribeiro Correia**. Os três são de São José dos Campos, no interior de São Paulo - Correia também é evangélico. Mas a educadora também não assumiu oficialmente o cargo número 2 do ministério.

Quando começaram as disputas entre grupos no MEC, há mais de um mês, o grupo técnico entendeu que a presença de evangélicos poderia fortalecer o ministro contra os chamados "olavistas" - seguidores do escritor Olavo de Carvalho, "guru" dos bolsonaristas. Representantes de instituições cristãs passaram a ser recebidos no MEC sem que o grupo ligado a Olavo soubesse.

Após tuítes raivosos de Olavo contra Tozi, Bolsonaro pediu a cabeça do número 2 do

MEC. Após a pressão pela não nomeação de Barreto, Vélez pensou em se demitir, mas foi convencido a continuar no cargo. A solução encontrada para tentar segurar o ministro foi colocar Iolene no posto. Mesmo com a escolha de Iolene, Vélez continua sem força - diversos grupos se movimentam para indicar seu sucessor, entre evangélicos e militares.

A disputa política instalada no MEC já provocou o afastamento de oito funcionários, além do atraso de ações rotineiras, como a compra de livros didáticos.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Presidente da CAPES e ministro da Educação participam de seminário do Pró-Defesa

O primeiro dia do Seminário Marco Zero, promovido pela CAPES e o Ministério da Defesa, aconteceu nesta quinta-feira, 21. O evento apresenta os novos projetos da quarta edição do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa).

A abertura do evento contou com a presença de Ricardo Vélez Rodríguez, ministro da Educação, que reforçou o caráter cívico do programa: “Por uma razão estratégica, é a primeira vez que se pensa de forma sistemática a integração das forças armadas, universidade e setor produtivo”.

Anderson Correia, presidente da CAPES, destacou a importância dos projetos para o Brasil. “São projetos de relevância estratégica, com ligação com o setor produtivo, trabalhos de altíssimo nível acadêmico e que ajudam a elevar a pesquisa e a formação de recursos humanos em nível nacional”, afirmou.

Para a quarta edição do Pró-Defesa, foram selecionados 12 projetos que serão desenvolvidos nos próximos quatro anos e receberão R\$ 6,6 milhões. O Ministério da Defesa vai custear R\$ 2,4 milhões para os projetos e a CAPES financiará R\$ 4,2 milhões em bolsas de mestrado, doutorado, pós-doutorado e auxílios-moradia.

(Brasília – Redação CCS/CAPES) - 21.03.2019

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens de provas do Enem

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (MPF), pediu explicações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a criação de grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. A autarquia terá o prazo de cinco dias para prestar as informações solicitadas pela procuradoria.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat encaminhou o ofício ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, solicitando explicações sobre quais foram as avaliações realizadas em relação ao Enem 2018 que levaram à conclusão da necessidade de adoção da etapa técnica de revisão do Banco Nacional de Itens, assim como quais profissionais especialistas em avaliação educacional e quais instituições de educação superior participaram dessa avaliação.

A procuradora pede, ainda, que a autarquia esclareça quais os critérios sugeridos nessa

avaliação para análise da pertinência das questões e a qualificação técnica e profissional dos membros da comissão instituída pelo órgão.

No documento enviado à autarquia, a procuradoria destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) conta com jurisprudência sobre o chamado “abuso de poder” normativo, que busca conter eventuais excessos decorrentes do exercício imoderado e arbitrário da competência institucional outorgada ao poder público.

"O entendimento é de que o Estado não pode, no desempenho de suas atribuições, dar causa à instauração de situações normativas que comprometam e afetem os fins que regem a prática da função de legislar", diz em nota o MPF.

O Inep disse, em nota, que recebeu o ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e o responderá "tempestivamente, dentro do prazo estipulado de cinco dias". A autarquia disse ainda que os critérios da análise a ser realizada pelo grupo especial misto para leitura transversal dos itens que irão compor o Enem 2019 estão estipulados em portaria publicada nesta quarta-feira (20) e detalhados em nota técnica.

Comissão

O grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Enem 2019 foi criado ontem (20) e, segundo o Inep, deu início hoje (21) à análise das questões. A comissão é composta pelo secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Marco Antônio Barroso, pelo diretor de Estudos Educacionais do Inep, Antonio Maurício das Neves, e por Gilberto Callado de Oliveira, representante da sociedade civil.

Os integrantes do grupo serão responsáveis pela chamada leitura transversal dos itens que poderão compor o Enem e deverão recomendar a não utilização de itens na montagem das provas, mediante justificativa. A análise passará depois pelo diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo Cesar Teixeira, que deverá emitir um contra parecer para cada um desses itens. A decisão final da utilização ou não caberá ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

A portaria estipula o prazo de dez dias para que isso seja feito. A comissão terá acesso ao ambiente de segurança onde é elaborado o exame.

Elaboração dos itens

Todos os anos, as provas do Enem são montadas a partir do Banco Nacional de Itens, que reúne questões elaboradas por especialistas selecionados por meio de chamada pública. Na elaboração, os especialistas devem seguir as matrizes de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Após elaborados, os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, as questões são pré-testadas em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o banco e ficam disponíveis para aplicações futuras do Enem.

De acordo com a nota técnica do Inep, a comissão realizará a leitura transversal dos

itens que compõem o Banco Nacional de Itens. Isso pode acontecer previamente à montagem do exame, "com vistas a diminuir os riscos de se promover alterações na prova após o término de sua montagem".

Segundo a autarquia, como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum item será descartado. Eles poderão ser posteriormente adequados. Pelo caráter sigiloso do Banco Nacional de Itens, não será publicado relatório de trabalho sobre o processo. Tampouco os membros da comissão estão autorizados a se pronunciar sobre o trabalho.

Enem 2019

Este ano, o Enem será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. As inscrições estarão abertas de 6 a 17 de maio. Entre 1º e 10 de abril, os estudantes poderão pedir isenção da taxa de inscrição. Nesse mesmo período, o Inep vai receber as justificativas dos que faltaram às provas em 2018.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Aprendizado adequado no ensino médio fica estagnado em 11 anos

Percentual de alunos com aprendizado adequado teve melhora no ensino fundamental

Brasília

Os percentuais de alunos com aprendizado adequado tem aumentado nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º anos) de 2007 a 2017, mas pioram com o passar dos anos. O cenário é de estagnação, em níveis muito baixos, quando os estudantes terminam o ensino médio.

As informações fazem parte do acompanhamento da Meta 3 do Movimento Todos Pela Educação, que monitora o aprendizado adequado dos alunos a partir de dados oficiais. Os resultados são referentes ao Saeb, avaliação federal que compõe o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).

A prova avalia as disciplinas de português e matemática de alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental e no 3º do médio. O Saeb ocorre a cada dois anos. O desempenho em matemática é sempre inferior que o de português.

Quando os últimos resultados foram divulgados, em agosto de 2018, a Folha mostrou que, em 11 anos, apenas 4 das 27 redes estaduais do país haviam conseguido fazer com que seus alunos do ensino médio tivessem avanços significativos de aprendizagem em português e matemática.

Entre 2007 e 2017, o percentual de estudantes com aprendizado adequado no 5º ano dobrou: em língua portuguesa passou de 27,9% para 60,7% (32,8 pontos percentuais) e, em matemática, de 23,7% para 48,9%.

Também houve avanço nos anos finais (6º ao 9º ano), mas em ritmo menor. Em português, o índice passou de 20,5% para 39,5% no período. A variação em matemática foi 14,3% para 21,5%.

“Ainda estamos distantes de garantir que todos os alunos aprendam o esperado no 5º

ano, mas os avanços nos mostram que é possível virar esse jogo. Temos que olhar para as redes que estão conseguindo puxar essa melhora, para as políticas públicas que têm dado certo”, diz Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos Pela Educação, no texto de divulgação dos dados.

O ensino médio traz os piores resultados. O mais grave é que não há tendência de melhora.

O percentual de alunos com aprendizado adequado ao fim da etapa em língua portuguesa subiu de 24,5%, em 2007, para 29,1%, em 2017. Em matemática, caiu de 9,8% para 9,1%. No ensino médio, não há Estados que podem ser destacados como exemplos, mas o movimento indica o avanço apresentado pelos alunos do Espírito Santo.

Com o melhor resultado, o Espírito Santo tem apenas 9% dos alunos de ensino médio com aprendizado adequado em matemática. Em português, a taxa é de 17%.

Já no ensino fundamental, o estado do Ceará apresenta resultados consistentes de melhoria, mesmo se tratando de um estado pobre.

De 2007 a 2017, o estado foi o que mais avançou nas duas etapas do ensino fundamental. A rede pública cearense registrou, em 2017, 39,9% dos alunos com aprendizado adequado em português no 9º ano —maior índice do país. Em matemática, o percentual ficou em 19,5%.

O Ceará conseguiu implementar nos últimos anos um modelo educacional bem-sucedido, mas pouco difundido no país: um sistema organizado de colaboração entre estado e municípios, a inspiração e adaptação de experiências exitosas de escolas e a reação pedagógica diante dos resultados de índices educacionais.

"Há muitas tentativas de copiar o modelo do Ceará, mas o problema é que não copiam por completo, mas só uma parte", diz o deputado Idilvan Alencar (PDT), que comandou a secretaria de Educação do Ceará.

"A gente mudou a lei do ICMS [municípios com melhores índices recebem mais recursos do estado], faz acompanhamento bimestral, eixos de formação de professores, material estruturado, premia escolas. Não adiante fazer só uma parte."

O Todos Pela Educação considera como aprendizado adequado o alcance a uma determinada pontuação no Saeb correspondente a cada ano. A referência é o nível médio de aprendizado de um conjunto de países que serve de modelo de sistema educacional para o Brasil, além de uma análise de um conjunto de especialistas para chegar a uma nota.

O movimento monitora cinco metas. Além da meta 3, divulgada nesta quinta-feira (21), o Todos Pela Educação ainda monitora as taxas de escolaridade de crianças e jovens entre 4 e 17 anos, de alfabetização adequada, de conclusão do ensino médio até os 19 anos e investimentos em educação.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

MEC garante R\$ 10 mi para projeto-piloto de escolas militares no DF **Recursos serão para a transição de 36 escolas ao modelo, que é alvo de críticas** Brasília

O MEC (Ministério da Educação) vai financiar a expansão de escolas com gestão compartilhada com a Polícia Militar no Distrito Federal. Este será o primeiro apoio do governo Jair Bolsonaro (PSL) à criação de novas escolas militares, política apontada como prioridade da gestão na área da educação.

A rede do DF deve receber cerca de R\$ 10 milhões de recursos federais para a transição de 36 escolas para o modelo, alvo de polêmica no debate educacional. Essa parceria servirá como projeto-piloto para o modelo federal.

O DF já tem quatro escolas com atuação em conjunto com a PM. Todas começaram a funcionar neste ano. O governador Ibaneis Rocha (MDB) quer chegar a 40 unidades até o fim do ano (de um total de 693 escolas).

Escolas militares ganharam evidência nos últimos anos por causa de indicadores educacionais positivos e por atacarem o problema da indisciplina. Por outro lado, educadores se opõem à militarização da educação e à priorização de investimentos só neste modelo, o que reforça a desigualdade educacional.

Na nova política do MEC, as redes de ensino deverão apresentar projetos para receberem apoio técnico-financeiro do governo. O dinheiro deve ser aplicado, segundo a pasta, na manutenção, conservação e reformas das escolas.

Também haverá recursos previstos para a capacitação e formação dos profissionais. Qualquer material produzido deverá estar disponível para compartilhamento entre as redes.

Os recursos serão transferidos via FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), por meio de programas já disponíveis. O MEC não informou o orçamento para as ações.

A pasta já definiu os critérios para que as escolas sejam escolhidas, como o baixo desempenho no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e a localização em áreas de alta vulnerabilidade. "Deverá haver a adesão das secretarias de Educação, o aceite da comunidade escolar e a disponibilidade de militares em cada localidade", informou o MEC em nota.

Um decreto sobre o tema está em fase final de redação. O texto vai garantir a presença de militares reformados nas escolas, segundo a Folha apurou.

No início do ano, uma reformulação do organograma do MEC deu origem a uma nova subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. O objetivo é promover parcerias com a PM, com os bombeiros e com o Exército.

Nem toda escola chamada de militar é das Forças Armadas. São 13 as unidades ligadas ao Exército. Elas reservam vagas para familiares de militares e fazem seleção.

Já nas escolas com parceria da PM, o modelo varia a cada estado. Algumas cobram

taxas para a farda. As vagas em geral são sorteadas, mas há unidades com provas e com cotas para filhos de PMs.

Conforme a Folha mostrou em fevereiro, o desempenho escolar dessas unidades é compatível com o de outros sistemas públicos de perfil semelhante, como algum tipo de seleção de estudantes, mas sem a rigidez militar. O levantamento foi baseado nos resultados do Enem 2017.

Especialistas questionam se escola é lugar de polícia e se as regras militares colaboram para uma formação integral. Em 2015, o Comitê sobre os Direitos da Criança da ONU divulgou informe em que expressa preocupação com o avanço desse tipo de escola no Brasil.

"Qualidade, quando oferecida para poucos, é somente privilégio. Disciplina imposta sem diálogo é mera obediência", diz nota crítica divulgada pelo Cenpec (Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária), divulgada neste mês.

Andressa Pellanda, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, diz que a militarização escolar não se traduz em novo modelo pedagógico. Indicadores de qualidade estariam mais ligados aos investimentos recebidos do que a fatores como a disciplina.

"Há comprovações pedagógicas de que a disciplina militar não ensina competências disciplinares", diz Pellanda. "A fama das escolas militares é ligada a um tipo de escola que conta com maior infraestrutura e investimento. E as famílias apoiam a partir de uma descrença na escola pública."

O ministro Ricardo Vélez Rodríguez tratou do apoio ao DF em reunião com o governador e o secretário de Educação, Rafael Parente, no dia 8 de março.

"Essa parceria entre Secretaria de Educação, Secretaria de Segurança e MEC é essencial para que consigamos avançar mais rapidamente", diz Parente. "Quem ainda critica as escolas de gestão compartilhada precisa conhecer melhor as várias faces da violência enfrentada por diretores, professores, alunos e familiares todos os dias." O MEC não comentou sobre esse apoio específico.

No DF, o modelo têm um sistema de gestão compartilhada: a PM comanda o sistema disciplinar, com doutrina militar (como uso farda e regras como de corte de cabelo), mas a gestão pedagógica continua a cargo da secretaria de Educação. As primeiras quatro unidades receberam investimentos de R\$ 200 mil para reformas e a presença de até 25 policiais. Foram escolhidas escolas com baixo desempenho escolar e localizadas em áreas violentas.

A medida encontrou resistência, sobretudo do sindicato dos professores, mas teve apoio de muitos docentes e famílias das escolas escolhidas. O governo realizou consulta nas escolas.

"Achei uma maravilha. Ajuda muito os pais porque a gente que não tem muito tempo no dia a dia, então fica mais tranquila com as crianças aqui", diz a vendedora Ieda Soares, 41, que cria o sobrinho Emanuel, 9, aluno da escola do Centro Educacional 1 da

Estrutural. Nessa escola, um grafite de Nelson Mandela na escola foi apagado durante a pintura. Após repercussão negativa, o grafite foi refeito.

Mesmo sem ação federal, as escolas militares têm avançado nos últimos anos. Até 2015, eram 93. Em 2018, o número subiu para 120 em ao menos 22 estados, e continua a crescer. Capitão reformado, Bolsonaro prometeu durante a campanha criar uma escola federal militar em cada estado.

Projeto federal de escolas militares

Programa

Redes devem apresentar projetos

MEC vai oferecer dinheiro e assistência técnica

Materiais produzidos deverão estar disponível para compartilhamento

Garantir a presença de militares reformados

Dinheiro

Recursos virão do FNDE por meio de programas já disponíveis

O dinheiro deve ser aplicado na manutenção, conservação e reformas das escolas.

Também haverá recursos previstos para a capacitação e formação dos profissionais.

Critérios de escolha

Ideb baixo

Alta vulnerabilidade social

Comunidades escolares devem aceitar modelo

Disponibilidade de militares nas localidades

[topo](#)

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

**Investidores nos EUA vão esperar Previdência para apostar de fato no Brasil
Segundo especialistas, viagem de Bolsonaro aos EUA não mudou humor de empresários**

Washington

Investidores e empresários dos Estados Unidos vão esperar a primeira votação da reforma da Previdência no Congresso para decidirem se apostam ou não dinheiro no Brasil.

Após viagem do presidente Jair Bolsonaro a Washington a avaliação é que há boa vontade no mercado em relação à política econômica de Paulo Guedes (Economia), mas é preciso haver ressonância de seu discurso dentro do Planalto para que isso seja transformado em investimento efetivo.

Na segunda-feira (18), Bolsonaro participou de jantar na Câmara de Comércio dos EUA, na capital americana, com uma lista de convidados robusta, que passava por Donna Hrinak, presidente para a América Latina da Boeing, Jane Fraser, CEO para a América Latina do Citigroup, Gary Spulak, presidente da Embraer nos Estados Unidos, e Mack McLarty, consultor e ex-chefe de gabinete do ex-presidente Bill Clinton.

Participantes do evento ficaram satisfeitos com o protagonismo que Bolsonaro deu a Guedes, mas não se surpreenderam com o discurso do chefe da equipe econômica do

governo —que manteve sua retórica liberal, com foco nas reformas e privatizações.

Segundo analistas, a ida de Bolsonaro aos EUA não mudou significativamente o humor dos empresários americanos, que continuam à espera de resultados concretos sobre a reforma da Previdência —somente após o primeiro teste de votação na Câmara será possível saber o verdadeiro tamanho da proposta e o quanto de economia ela trará em alguns anos.

"A visita [de Bolsonaro a Washington] não mexe decisivamente com a expectativa do setor privado americano. O grande teste vai ser uma reforma da Previdência que coloque o Brasil no caminho do controle fiscal", afirma Roberto Simon, do Conselho das Américas.

Como mostrou a Folha, às vésperas da chegada de Bolsonaro aos EUA, empresários e investidores estavam frustrados com a falta de resultados comerciais concretos da visita do brasileiro a Donald Trump.

No entanto, o apoio que o presidente americano prometeu ao ingresso do Brasil na OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) animou o mercado. Isso porque para entrar na organização o país precisa cumprir uma série de requisitos que só serão alcançados com o andamento de uma agenda reformista.

O discurso de Guedes —reafirmado nos EUA— tem ajudado a elevar a confiança do mercado, mas consultores acreditam que essa dinâmica alcança o teto quando o Congresso apreciar o texto de reforma da Previdência.

A partir daí, o que vai gerir as expectativas no setor financeiro serão as falas dos deputados envolvidos nos debates e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que tem operado como articulador da proposta.

De acordo com os empresários que se reuniram com Bolsonaro e Guedes nos EUA, muitas empresas estão deixando de investir em países como Rússia e Turquia, por exemplo, à espera do que vai acontecer no Brasil.

Até lá, aportam montantes menores no país, ganham com especulação, mas prometem maior investimento caso haja concretude na proposta do governo.

Antes do jantar com os investidores, Guedes participou de uma reunião com o Secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, e, em seguida, encontrou-se com o representante de Comércio americano, Robert Lighthizer.

Este era o principal nome do governo Trump contrário ao apoio dos EUA para a entrada do Brasil na OCDE.

A comitiva brasileira chegou a Washington sem esperança de que a pauta estaria na declaração final dos presidentes, após reunião na Casa Branca, mas apostava na impulsividade de Trump com o apelo direto de Bolsonaro.

Foi o que aconteceu. Logo depois da chegada do brasileiro ao Salão Oval, Trump anunciou a jornalistas que apoiaria o ingresso do Brasil no clube dos ricos —apesar de

exigir contrapartidas como a perda, por parte dos brasileiros, de tratamento especial na OMC (Organização Mundial do Comércio), por exemplo.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Anunciada como número 2 do MEC, e depois barrada, Iolene Lima é demitida Nomeação de Iolene Lima não agradou olavistas e nem a bancada evangélica BRASÍLIA

Anunciada secretária-executiva do MEC (Ministério da Educação) pelo ministro Ricardo Vélez Rodriguez, mas barrada internamente, a professora Iolene Lima foi demitida da pasta na quinta-feira (21). A briga por cargos expõe a crise que atinge o MEC.

Depois de mudanças em cargos atingirem alunos do escritor Olavo de Carvalho, Vélez passou a ser desgastado e teve que demitir seu secretário executivo, Luiz Antonio Tozi. Na sequência, não conseguiu nomear duas pessoas anunciadas: o assessor Rubens Barreto e a própria Iolene.

Evangélica, ela foi anunciada pelo ministro também pelas redes sociais. Mas seu nome não agradou olavistas —que a viam ligada a Tozi— nem a bancada evangélica.

Acabou rifada dentro do governo. "Não sei o que dizer, mas confio que Deus me guardará e guiará", escreveu. Ela desejou boa sorte ao ministro e ao governo.

Além de Tozi, o ministro também foi forçado a se desfazer de um assessor próximo, o coronel Ricardo Roquetti.

A ala militar tenta emplacar o ex-reitor da UnB Ivan Camargo no cargo. Seria uma forma de manter momentaneamente Vélez no cargo e garantir uma espécie de intervenção branca na pasta. A cada dia a permanência de Vélez como ministro se torna mais frágil. A definição de um substituto é o que mais dificultaria a decisão pela troca neste momento, segundo avaliação de membros do governo.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MPF pede esclarecimentos ao Inep sobre comissão do Enem

Procuradora dá cinco dias para que órgão justifique a medida de fiscalizar os itens da prova e alerta sobre jurisprudência a respeito de abuso de poder normativo

BRASÍLIA - O Ministério Público Federal (MPF) pediu explicações em cinco dias ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), sobre a comissão criada para revisar questões do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). A solicitação foi feita pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

A comissão foi criada, de acordo com portaria publicada nesta quarta-feira no Diário Oficial da União, para retirar do Enem questões sem "pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame". Na prática, especialistas da área acreditam que o objetivo seria vetar itens que o governo considera ter viés "ideológico".

O presidente Jair Bolsonaro, incomodado com uma questão que mencionava um dialeto usado pela comunidade LGBTI na prova do ano passado, afirmou, ainda durante a

campanha eleitoral, que interferiria no Enem, caso eleito, para retirar do exame temas que ele considera inadequados.

Uma nota técnica do Inep aponta que a comissão foi criada para "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais". Mas não especificou o que considerará ofensivo ou controverso.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Indicada para número 2 no MEC por Vélez, Iolene Lima é demitida Será a terceira troca de titular da Secretaria Executiva da pasta em apenas dez dias

BRASÍLIA - Indicada na última semana pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para assumir a Secretaria Executiva da pasta, Iolene Lima anunciou pelas redes sociais que foi demitida. Com isso, será a terceira troca de titular para o posto de "número 2" em apenas dez dias. Não há informação oficial sobre quem ocupará o cargo.

Na semana passada, Vélez Rodríguez confirmou que Iolene, ligada a escolas evangélicas e que estava no ministério como diretora de capacitação desde o início do governo, assumiria o posto. Mas sua nomeação não saiu. O nome de Iolene enfrentou resistências na Casa Civil, que disputa, com aliados do governo, a indicação de cargos na estrutura da Educação.

"Hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC. Não sei o que dizer, mas confio que Deus me guardará e guiará!", afirmou em seu perfil no Twitter, ativado desde que foi anunciada como secretária-executiva. Ela desejou "o melhor" para o presidente Jair Bolsonaro e para Vélez.

Em tom de desabafo, Iolene fez questão de ressaltar na mensagem que deixou a direção de um colégio que ajudou a fundar há cinco anos para aceitar o convite de "servir ao país" e que, mesmo "diante de um quadro bastante confuso na pasta", topou o convite para "a nova função", referindo-se ao cargo de secretária-executiva.

A indicação de Iolene foi anunciada por Vélez após a queda consecutiva de outras duas pessoas do posto de secretário-executivo: Luiz Tozi, que estava no cargo desde o início do governo, e Rubens Barreto da Silva, que nem chegou a assumir e continua como secretário-adjunto. A medida que atingiu os dois está no centro de uma briga entre os seguidores do escritor Olavo de Carvalho, que ocupam cargos no MEC, e outros grupos da pasta, como a ala técnica e militar.

Após pedir e conseguir a cabeça do coronel Ricardo Roquetti, que era assessor de Vélez e a quem seus ex-alunos acusaram de blindar o ministro e assessorá-lo mal, Olavo de Carvalho mirou suas postagens de ataque contra Tozi. Ele foi chamado pelo grupo de "tucano". Tozi era do Centro Paula Souza, uma autarquia do governo de São Paulo que gerencia escolas técnicas e faculdades de tecnologia, antes de assumir a convite de Vélez.

Tozi, então, foi demitido por Vélez na semana passada. Rubens, que era o secretário-adjunto, foi indicado para assumir no lugar. Os dois trabalharam juntos e são amigos. Imediatamente, Rubens, que já resistia em ficar no cargo, tornou-se também alvo de

críticas do grupo ligado a Olavo de Carvalho e foi substituído no cargo por Iolene Lima, que agora deixa o MEC.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

MEC tem programas parados e prejudica redes do ensino básico

Projeto de apoio à implementação da Base Curricular, Mais Alfabetização e Escola do Adolescente são iniciativas travadas na pasta, que passa por uma crise com demissões e remanejamentos de cargos

BRASÍLIA - Em meio à crise interna do Ministério da Educação (MEC), que afastou ontem a terceira secretária-executiva em apenas dez dias, uma série de programas voltados ao ensino básico estão travados.

Os projetos atingidos pela paralisia na pasta, executados em parceria com estados e municípios, envolvem principalmente a elaboração de currículos, apoio à alfabetização e ações voltadas a adolescentes. O impacto já é sentido pelas redes de ensino, que iniciaram há mais de um mês o ano letivo e continuam sem saber o futuro das iniciativas que vinham tocando.

A estagnação do Programa Nacional de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) foi indicada em ofício do MEC enviado aos secretários estaduais e dirigentes municipais de Educação em fevereiro.

No documento, obtido pelo GLOBO, a pasta informa ter ciência de que bolsas no âmbito do projeto devem continuar a ser pagas em 2019, mas coloca em suspenso a continuidade do projeto.

"Cumprir informar que os programas em execução neste ministério encontram-se sob análise da gestão atual, especialmente no que tange à possibilidades e às restrições orçamentárias para o exercício de 2019", diz o ofício da Secretaria de Educação Básica da pasta.

Ao final do comunicado, a mensagem fica mais clara: "Qualquer informação acerca dos próximos passos em relação ao programa em comento será enviada oficialmente por esta Diretoria tão logo seja possível", referindo-se ao ProBNCC.

A incerteza sobre o andamento do projeto continua e já causa atrasos no cronograma de implementação dos currículos alinhados à Base Nacional Comum Curricular, segundo Marléa Ramos Alves, diretora da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (Undime-RS).

Ela afirma que as bolsas pagas aos profissionais envolvidos no trabalho foram suspensas e não há orientações do MEC sobre a como proceder.

— Nós estamos em "stand by". A única informação é que as políticas estão sendo analisadas. Mas temos prazo para implementar nossos currículos, não podemos ficar parados. Além do recurso, tem o apoio técnico, de orientação, que foi pactuado — afirma Marléa.

O programa ProBNCC foi criado para apoiar estados e municípios a elaborar e implementar seus currículos à luz da Base Nacional Comum Curricular. Conhecido pela

sigla BNCC, o documento estabelece o que deve ser ensinado em cada etapa escolar do ensino médio.

Para fomentar a elaboração dos documentos estaduais e municipais, o MEC garantiu o pagamento de até 31 bolsas por estado, no valor de R\$ 1.100. O repasse foi efetuado de maio a dezembro de 2018 e deveria cobrir mais dez meses em 2019.

Helio Queiroz Daher, que é superintendente de políticas educacionais da Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul, também aguarda os recursos do MEC para iniciar a redação do currículo do ensino médio no estado. Ele destaca que haverá lentidão devido à "inércia do ministério" nas ações tocadas.

— Com as bolsas, conseguimos colocar profissionais com dedicação maior em todas as fases, que envolvem a escrita e aprovação do currículo, formação de professores e implementação. Vamos fazer com ou sem o apoio, mas é claro que o apoio ajuda e agiliza — afirma Daher.

Outra iniciativa emperrada é o programa Mais Alfabetização, voltado a melhorar o ensino no 1º e 2º anos do ensino fundamental.

Escolas que aderiram ao projeto para 2019 esperam pelo recebimento dos recursos na conta. O programa prevê a contratação de um assistente de alfabetização para cada classe atendida.

O gerente de ensino de um município do interior de São Paulo, que prefere não se identificar por temer represálias, relata que liga constantemente para o MEC. E a única resposta que recebe é que o programa está em análise.

Sem o recurso, as turmas que tinham o Mais Alfabetização no município desde o ano passado perderam o apoio. Ofício do MEC com instruções sobre o programa, recebido em fevereiro pelas redes de ensino, trouxe a mesma indefinição ouvida por Daher nas consultas que faz a pasta.

Sob o pretexto de "cobrir com maior abrangência possível do programa", o documento aponta que analisa "demandas" de estados e municípios. E finaliza afirmando que "qualquer informação acerca dos próximos passos" sobre o programa será enviada "logo que seja possível".

A mensagem para que os gestores esperem os próximos comandos, presentes nos ofícios sobre ProBNCC e Mais Alfabetização, repete-se no caso de comunicação enviada, ainda em janeiro, sobre o Programa Escola do Adolescente. Mais de 10 mil escolas aderiram à iniciativa, que começaria neste ano, mas estão sem retorno do MEC.

O programa não envolve repasse direto de recursos. Começa com qualificação de profissionais, que já deveria ter começado. Inclui também compartilhamento de ferramentas tecnológicas e pesquisas de campo.

O objetivo é adotar metodologias que melhorem a aprendizagem entre os adolescentes e promover um ambiente atrativo na escola, visando o bom rendimento escolar.

Marléa Ramos Alves, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (Undime-RS), afirma que as escolas se organizaram para receber o programa Escola do Adolescente, mas hoje não conseguem nem saber se a iniciativa vai sair do papel, embora estivesse prevista para começar já no início deste ano.

— A gente entende que, havendo troca de gestão, a nova equipe precise de um tempo para saber dos processos, conhecer a situação, mas não dá para ficar sem respostas desse jeito — diz Marléa.

O MEC foi procurado para falar sobre problemas apontados nos programas, mas não retornou o contato do GLOBO.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Educação 360: Tecnologia é aliada do aprendizado

Ferramenta indispensável ao ensino também pode dispersar alunos

A tecnologia será, cada vez mais, um recurso fundamental no processo de ensino e aprendizado, mas ainda há muitas dúvidas sobre como usar as ferramentas da informática nas escolas. Ao mesmo tempo em que a inovação é capaz de mostrar estatisticamente onde os alunos mais acertam e mais erram, em uma determinada disciplina, ou entusiasmar os estudantes com a construção de um robô, o acesso fácil à internet pode dispersar os estudantes e até colocá-los em contato com a deep web, área proibida e perigosa do mundo virtual.

A utilização das diferentes tecnologias no ensino médio foi o tema do Educação 360 Jovem Tech, que lotou o auditório do Museu do Amanhã com a presença de mais de cem alunos de diversas partes do país, além de professores e especialistas. O encontro teve mediação do jornalista Antônio Gois, colunista de educação do GLOBO.

— A tecnologia pode se tornar um ponto de luz ou de ameaça, dependendo da forma como é encarada. Acabei de voltar de um congresso em Paris sobre inteligência artificial e educação e ainda há muitas dúvidas sobre como aliar esses dois aspectos — afirmou Lucia Dellagnelo, diretora do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb), que participou da primeira mesa de debates, “Tecnologia no ensino médio”.

Lucia lembrou que, entre as dez competências fixadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para nortear o trabalho das escolas e dos professores, está “compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética”.

Na abertura do encontro, Todd Ensign, professor da Fairmont State University e diretor de um centro de desenvolvimento de softwares da Nasa, contou como a organização de competições de robótica mobilizou e estimulou jovens estudantes de West Virginia (EUA), onde mora.

— Começamos há oito anos com um torneio com 55 times e hoje temos mais de cem. Na robótica, os alunos focam na solução de problemas reais do mundo. Eles ganham muita autoconfiança quando desenvolvem essas habilidades e percebem que elas vão além da escola e chegam à vida de cada um.

Protagonistas desta edição do Educação 360, alunos do ensino médio participaram de

todas as mesas de discussão e, na plateia, puderam fazer comentários e perguntas diretas aos especialistas. Aluna do Colégio pH, Mariana Meireles destacou que a tecnologia permite mais independência dos alunos, fazendo com que “o professor deixe de ser como uma babá”. Giovanni Hora, também do pH, lembrou como as aulas com PowerPoint reduziram o uso de giz e quadro-negro nas salas de aula, e defendeu a realização de provas em meios digitais, para diminuir o uso de papel.

O engenheiro filipino Lee Magpili, que trabalha na divisão educacional da Lego, na Dinamarca, chamou atenção para a necessidade de o aprendizado ir além da solução de problemas. Lee foi perguntado sobre como estimular os jovens a aproveitar o lado positivo da tecnologia, em detrimento dos aspectos sombrios da web.

– É muito importante construir a confiança das crianças e dos jovens. Isso envolve mostrar que é perigoso usar a tecnologia de forma negativa e incentivar a usar de forma positiva. É fundamental estimular que as crianças e jovens sejam transparentes. Também é essencial validar o pensamento crítico. É fácil ver como se faz um robô no YouTube. Mas temos que destacar o processo em vez da resposta final – afirmou Lee.

ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE

A penas 16,8% dos jovens que concluem o ensino médio chegam à universidade. Oito por cento optam por cursos técnicos. “O que oferecer para esses 75,2% restantes?”, questionou Ana Inoue, assessora de educação do Itaú BBA na segunda mesa de debates, “Formação para o trabalho”. Para a psicóloga, um dos pontos positivos da reforma do ensino médio proposta pelo governo federal é a possibilidade de o aluno cursar, ao mesmo tempo, o ensino profissionalizante.

– O aluno passou a ter direito à escolha, e uma das opções é o ensino técnico “dentro” do ensino regular. Estamos apegados a uma ideia rançosa, que vem do início do século passado, de que o ensino técnico é para pobres e desvalidos. O ensino técnico é emancipatório, é a oportunidade de contextualizar a aprendizagem, é o primeiro estágio do mundo do trabalho – defendeu Ana.

Ela lembrou que o ensino médio é a última política pública universal no Brasil, ou seja, destinada a todos os estudantes. No entanto, 40% dos jovens de 15 a 19 anos estão fora da escola. Diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e diretor-superintendente do SESI, o economista Rafael Lucchesi criticou a supervalorização da universidade como caminho para melhor inserção no mercado de trabalho e classificou o Brasil como “país de bacharéis e academicista”.

– A capacidade de processamento de informação vai multiplicar por dez nos próximos anos. O futuro das profissões está nas ocupações de base cognitiva, analítica e interativa. É um erro achar que o futuro está só na universidade. Existem profissões técnicas, como nas áreas de mineração e mecatrônica, que estão entre as mais requisitadas no mercado de trabalho. É uma mentalidade atrasada pensar que educação superior é para rico e educação profissional é para pobre – afirmou Lucchesi.

Vários alunos chamaram atenção para as carências do ensino fundamental, especialmente nas escolas públicas, o que faz com que os jovens cheguem ao ensino médio muitas vezes despreparados, desestimulados e sem conseguir tomar uma decisão

sobre que rumo profissional pretendem seguir. Testes de avaliação da educação básica realizados com alunos no fim do ensino médio mostram que 72,8% não dominam o esperado em Língua Portuguesa, e 92,7% não sabem o suficiente em Matemática.

– Se o aluno não tem base adequada, como vai ter incentivo? Parece que esquecem que a gente começa lá na creche, no jardim de infância. Querem falar em um modelo de Primeiro Mundo, quando no Brasil ainda não estamos cuidando bem da raiz, da base – criticou o cearense Cauan Menezes, aluno do ensino médio em Fortaleza.

Ana Inoue comparou a situação do ensino médio no país a um paciente na UTI:

– Não dá para falar “tome um chazinho, se acalme, faça exercícios, se alimente bem”. As decisões na UTI são dramáticas. A reforma do ensino médio pode dar errado, mas também pode dar certo e melhorar a vida dos jovens. Aumentar a carga horária é bom, trazer o ensino técnico pode ser muito bom também. Quando falo de ensino técnico, não é apertar parafuso e bater prego. Ninguém imagina o ensino técnico desprovido da capacidade de resolver problemas.

CURRÍCULO COMUM X CURRÍCULO FLEXÍVEL

Uma das principais mudanças da reforma do ensino médio é a combinação de um currículo comum, com menos disciplinas, para todas as escolas e outro flexível, em que os alunos poderão escolher itinerários específicos. Na mesa de discussão “Itinerários formativos do novo ensino médio”, professores, especialistas e estudantes mostraram preocupação com a maneira como a teoria vai se tornar prática.

– Quando pensamos em reformular o ensino médio, fomos olhar os modelos do mundo. Só no Brasil temos 13 disciplinas obrigatórias e uma carga horária de apenas quatro horas por dia. Os itinerários formativos abrem novas possibilidades, inclusive para a educação profissional. Meu receio é com a implementação. Os itinerários não são para subtrair conhecimento, mas para aprofundar. É preciso garantir que os itinerários tenham aprofundamento, sem retirar o direito de aprendizagem de nenhum jovem – afirmou Priscila Cruz, presidente executiva do movimento Todos pela Educação.

PUBLICIDADE

Diretora do Instituto Inspirare, Anna Penido fez uma apresentação das principais mudanças da reforma do ensino médio, que pretende aproximar a escola da realidade dos jovens e reduzir a evasão escolar. Anna mostrou que 28% dos alunos do ensino médio abandonam a escola no primeiro ano e apenas 64% concluem o curso com idade até 19 anos. Um dos itens da reforma é colocar o “estudante no centro da aprendizagem” com foco em “desenvolvimento e formação para a vida no século XXI”.

– O papel aceita tudo. A questão é: como vai se tornar realidade? O abandono da escola está ligado a fatores externos, como violência, acessibilidade, e também internos, como déficit de aprendizagem, dúvidas sobre o significado do estudo na própria vida, bullying. Se a gente oferecer ao jovem algo de qualidade, isso pode ser revertido – disse Anna.

O aumento da carga horária escolar prevê passar das atuais 800 horas/ano para 1.000 horas/ano até 2022 e chegar a 1.400 horas/ano, sem prazo definido. Os itinerários

formativos propostos são **Linguagens e suas Tecnologias; Matemática** e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e Formação Técnica e Profissional.

A mesa-redonda gerou uma discussão acalorada. Muitos alunos questionaram como as mudanças serão implementadas, em uma realidade tão desigual entre escolas públicas e particulares e entre aquelas das regiões centrais e das periferias e comunidades.

PUBLICIDADE

– Toda escola vai oferecer todos os itinerários? Vai ser igual para a elite e para a periferia? A carga horária vai aumentar, mas muitos alunos das escolas públicas trabalham. Como vai ser? Outra coisa é o ensino técnico. É importante, mas não quero parar ali, quero ir para a universidade – afirmou Carolina Rosa, aluna da Fundação Roberto Marinho da comunidade da Maré, Zona Norte do Rio.

Priscila Cruz defendeu que o curso técnico gere créditos que possam ser usados pelos alunos que ingressarem na universidade, evitando que comecem o curso superior do zero, quando já têm conhecimento específico vindo da educação profissional.

ADAPTAÇÃO DOS PROFESSORES

Jovens digitais, adultos analógicos. Como os professores vão se adaptar ao avanço das tecnologias nas salas de aula e a alunos que cresceram em meio a celulares, internet e redes sociais? O tema foi discutido na quarta e última mesa do Educação 360, “O professor do ensino médio”.

– Os meios digitais fazem a gente ficar muito narcisista, a gente mergulha na piscina que é a gente mesmo. O professor tem que romper essa piscina, trazer novas possibilidades. Existem novas tecnologias, mas ainda não há uma gramática para essas tecnologias. O novo professor precisa desenvolver essa linguagem com os jovens, se aproximar deles – afirmou o diretor do Instituto Singularidades, Miguel Thompson.

Para Thompson, uma das novidades da reforma é um ensino médio não linear, em que serão fundamentais o que o professor chamou de “6 Cs”: comunicação, conexão, conhecimento, criatividade, cooperação e crítica.

Aluna da Fundação Roberto Marinho na favela da Maré, Suelem de Castro, uma das participantes da mesa, destacou a importância de os professores se aproximarem dos alunos, mesmo com o crescente uso das tecnologias para o ensino e o aprendizado.

– A gente quer o professor identifica cada tipo de aluno. Espero que a mudança no ensino médio não nos afaste do professor e traga só tecnologia – afirmou. Valesca Gonçalves, aluna do SESI no Amazonas, contou que a reforma já chegou à sua escola e que um dos pontos mais relevantes é o aprendizado prático, aliado à teoria.

– Queremos aprender na prática, como acontece na robótica. Aprender Matemática é uma guerra, mas você pode ter novas fórmulas, paródias. Falar para o aluno “você consegue” também é um grande estímulo.

Aluno do ensino médio em Curitiba, Guilherme Marcondes falou da experiência de ter

aulas usando um aplicativo com um laboratório em 3D, apresentado por um professor. Mas também cobrou melhorias no ensino fundamental, para que os estudantes cheguem mais bem preparados à última etapa da educação básica.

– Tecnologia não é problema nem solução. O que falta é boa base. Se não, como o professor do ensino médio vai ensinar, por melhor que ele seja?

Professor de Linguagens no Colégio pH, Jessé Castilho contou como teve que se adaptar às demandas dos alunos quando saiu da posição de aluno universitário para educador.

– Tecnologia não é apenas tirar a aula do quadro-negro e botar no PowerPoint. É preciso fazer do aluno um protagonista. Os alunos reclamavam que minha aula era lenta. Comecei a estudar metodologias ativas, acredito na metodologia que traz criatividade, que não estigmatiza os erros dos alunos nem os próprios erros, que cria circunstâncias favoráveis, que conhece a história de cada aluno e que não abandona a afetividade – defendeu o professor.

Na plateia, muitos estudantes mencionaram as dificuldades do professor no Brasil, especialmente o da rede pública, e defenderam que as escolas capacitem os educadores a lidar com as novas mídias.

– A gente sabe da situação frágil que o professor vive no Brasil. Por mais que seja difícil, a gente tem que colocar a mão na massa. O interesse do professor é importantíssimo – concluiu Jessé.

topo ↕

CORREIO WEB - TEMPO REAL

**MPF determina que Inep explique criação de comissão para vigiar o Enem
O ofício endereçado ao presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, diz que considera "extremamente vago" o propósito de uma "leitura transversal", como foi chamado o trabalho do grupo**

O Ministério Público Federal (MPF) deu prazo de cinco dias para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) explique a comissão criada para fazer um pente fino no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O ofício endereçado ao presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, diz que considera "extremamente vago" o propósito de uma "leitura transversal", como foi chamado o trabalho do grupo. A criação da comissão foi revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O documento da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF menciona ainda que é preciso conter "eventuais excessos decorrentes do exercício imoderado e arbitrário da competência institucional outorgada ao Poder Público", conhecido como "abuso de poder".

Foram questionadas também a qualificação técnica e profissional dos membros do grupo e quais especialistas em avaliação educacional e instituições de educação superior participaram da decisão que resultou na criação da comissão.

O Inep, órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelo Enem, afirmou que responderá no tempo estipulado e que os critérios estão na portaria e na nota técnica

divulgadas na quarta-feira, dia 20. Os documentos, como mostrou o Estado, dizem que o objetivo do colegiado é "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais". Além disso, a comissão pretende "verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame".

Os membros da comissão são Marco Antônio Barroso Faria, ex-aluno do ministro da Educação Ricardo Vélez, que é secretário no MEC, Antônio Maurício Castanheira das Neves, diretor no Inep e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, ligado a Eduardo Bolsonaro. Nenhum deles têm experiência em avaliação. A comissão já começou a trabalhar e tem dez dias para concluir sua análise.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Em entrevista a rádio, Mourão afirma que MEC precisa de freio de arrumação . Vice-presidente afirmou que situação na pasta será organizada nos próximos dias . Secretaria-executiva da pasta teve três nomes anunciados em três meses.

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou nesta sexta-feira (22) que o Ministério da Educação (MEC) precisa de um "freio de arrumação".

Mourão deu a declaração durante entrevista à Rádio Gaúcha. Ele foi perguntado se está "desconfortável" com os "desencontros" verificados na pasta, comandada por Ricardo Vélez Rodríguez.

Para a secretaria-executiva do MEC, por exemplo, houve anúncio de três nomes anunciados em três meses de governo.

"O Ministério da Educação tem que tomar um freio de arrumação, como a gente diz. Eu julgo que o presidente [Jair Bolsonaro] já conversou com o ministro Vélez [Rodríguez] e vai ser organizado isso nos próximos dias", respondeu Mourão.

O episódio mais recente foi a saída de Iolene Lima do ministério. Oito dias após ter sido anunciada pelo ministro como secretária-executiva do MEC, cargo considerado o "número dois" na pasta, a própria Iolene informou sua exoneração em uma rede social.

A nomeação de Iolene nem chegou a ser publicada no "Diário Oficial da União", mas ela acompanhou Vélez Rodríguez em compromissos públicos. Entre eles, esteve ao lado do ministro na visita a Suzano prestar solidariedade às vítimas do ataque a tiros em uma escola.

Vélez Rodríguez, que chegou a ter a demissão especulada nas últimas semanas, foi indicado pelo escritor de direita Olavo de Carvalho, que também sugeriu vários assessores para ocupar cargos dentro do MEC. O governo acatou as sugestões.

Crise no ministério

O ministro Ricardo Veléz Rodríguez está no centro de uma crise política e está sendo alvo de pressões para deixar o posto.

Veja abaixo o resumo e, em seguida, a explicação mais detalhada do caso:

O ministro Rodríguez foi indicado pelo escritor de direita Olavo de Carvalho
Ele montou o ministério com civis e militares
Rodríguez é criticado pela falta de resultados e por polêmicas como a do hino nacional
Houve críticas sobre a influência do coronel-aviador Ricardo Roquetti, um dos principais assessores do ministro Rodríguez
Uma das polêmicas mais recentes envolve uma carta enviada às escolas com o slogan de campanha do Bolsonaro e com o pedido de filmagem de menores
Bolsonaro determinou que o ministro fizesse demissões
Luiz Antônio Tozi deixou o cargo de secretário-executivo
Rubens Barreto da Silva assumiu o lugar de Tozi como secretário-executivo
Dias depois, o ministro anunciou Iolene Lima para o cargo de secretária-executiva
Sem ter sido nomeada oficialmente, Iolene anunciou que não fazia mais parte do MEC

De acordo com o colunista do G1 Valdo Cruz, há um "guerra" no MEC envolvendo dois grupos: um ligado a Olavo de Carvalho e o outro formado por militares que foram nomeados para a pasta.

Em meio à disputa interna, Rodríguez se envolveu em muitas polêmicas. Em uma delas, no fim de fevereiro, o ministro enviou uma carta às escolas de todo o país pedindo que as crianças fossem filmadas cantando o Hino Nacional.

O Estatuto da Criança e do Adolescente veta a divulgação de imagens de menores de idade sem autorização dos pais. Na carta, o ministro ainda reproduzia o slogan de campanha de Jair Bolsonaro, o que pode ferir a Constituição de acordo com o artigo 37, que diz que a administração pública de qualquer um dos poderes deve seguir os princípios da "legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

“Brasileiros! Vamos saudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de vocês, alunos, que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo. Deus acima de todos!”, dizia a carta.

O Ministério Público Federal em Brasília informou que vai apurar se o ministro cometeu improbidade administrativa.

Para tentar acabar com a guerra interna, o presidente Jair Bolsonaro determinou que o ministro demitisse não só assessores, mas também militares.

Até terça (12), o secretário-executivo do MEC era Luiz Antônio Tozi. Ele foi demitido como último ato de uma "reestruturação" promovida pelo ministro.

Com a saída de Tozi, o nome de Rubens Barreto da Silva chegou a ser anunciado por Rodríguez, também em rede social. A nomeação de Barreto no cargo, no entanto, não chegou a ser publicada no "Diário Oficial da União".

Iolene Lima foi o terceiro nome indicado para o cargo no MEC. Em três meses de governo, o "número dois" da pasta ainda não está definido.

[topo](#)

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Evangélica anunciada como número 2 do MEC é demitida antes de assumir Ela foi comunicada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez de que não fazia mais parte da equipe

A educadora evangélica Iolene Lima, que havia sido anunciada como a nova número 2 do Ministério da Educação (MEC) na semana passada, foi demitida nesta sexta-feira (22/3). Ela foi comunicada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez de que não fazia mais parte da equipe. Iolene, antes de ser chamada para o cargo de secretária executiva, era diretora de formação da pasta. Ela também não voltará para essa função.

A informação foi publicada no blog Renata Cafado nesta madrugada. O nome dela não teria agradado o governo, que não permitiu sequer que ela fosse nomeada, mesmo depois de anunciada pelo ministro. Segundo fontes, o Planalto estaria buscando um nome forte para número 2 do MEC para tentar manter Vélez no cargo. Há mais de uma semana fala-se numa provável demissão do ministro, muito enfraquecido depois de disputas internas e medidas polêmicas.

Apesar de evangélica, Iolene não tinha o apoio da bancada evangélica no Congresso. Ela foi indicada para o MEC por Luiz Antonio Tozi, ex-secretário executivo, também demitido. Os dois são da mesma cidade. Antes dela, Vélez chegou a anunciar para o cargo Rubens Barreto da Silva, que também não assumiu.

Em mensagem aos amigos nesta sexta de madrugada ela afirmou que depois “de cinco anos à frente da direção do colégio que ajudei a fundar, deixei meu emprego a fim de aceitar um convite para, junto com outros profissionais, servir ao meu país, colaborando para um ideal que acredito: um Brasil melhor por meio da educação.”

Em seguida, Iolene diz que mesmo com “um quadro bastante confuso na pasta”, aceitou a nova função dentro do ministério. “No entanto, hoje, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC. Não sei o que dizer, mas confio que Deus me guardará e guiará!”

Ela completa a mensagem desejando “o melhor” para “o governo do nosso Presidente Bolsonaro e ao Ministro Ricardo Vélez” E finaliza: “Que Deus abençoe nossa nação!”

Veja a publicação:

Evangélica anunciada como número 2 do MEC é demitida antes de assumir

Em um vídeo de 2013, durante entrevista a um canal de TV evangélico, Iolene diz que o “primeiro matemático e geógrafo foi Deus” e que “as crianças começam a ter contato com essas matérias no primeiro livro da Bíblia Sagrada, o Gênesis”. Ela também defendeu organizar o currículo escolar “a partir das escrituras”.

Iolene dirigia o Colégio Inspire, em São José dos Campos, mantido pela Igreja da Cidade. Em seu site diz que “apresenta todos os conteúdos curriculares dentro da cosmovisão bíblica”. É uma escola batista evangélica que tem entre os objetivos a “formação integral do ser humano” para cumprir “os propósitos de Deus no mundo”.

topo ↕

PODER 360 - DF - TEMPO REAL

Nova número 2 no MEC, Iolene Lima diz que deixará Cargo

O posto de Secretário-Executivo do MEC (Ministério da Educação) fica vazio mais uma vez. Iolene Lima, indicada ao cargo pelo ministro Ricardo Vélez de Rodríguez (Educação), informou nesta 6ª feira (21.mar.2019) que deixará o cargo.

Iolene informou a saída por meio da sua conta pessoal no Twitter. Sem prestar detalhes sobre a motivação, disse que esperou por uma semana para começar efetivamente e então foi informada que não está mais no MEC. Eis a publicação.

Em 14 de março, 8 dias antes, Ricardo Vélez informou que Iolene assumiria a pasta.

Iolene foi a 3ª indicação para o conhecido “cargo número 2 do MEC” desde o início do ano. Após a demissão de Luís Antônio Tozi, o ministro indicou Rubens Barreto da Silva. 3 dias depois, citou o nome de Iolene.

topo ↕

PORTAL ÉPOCA - TEMPO REAL

Em carta, auxiliar de Onyx ataca guerra ideológica no MEC

Eduardo Barretto

Em carta, um assessor especial de Onyx Lorenzoni no Palácio do Planalto criticou a guerra ideológica no MEC, travada entre seguidores de Olavo de Carvalho e militares. O texto de Paulo Roberto, que coordenou a Educação na transição do governo Bolsonaro, tem circulado entre pessoas que trabalharam na transição.

"Enquanto a Educação não for entendida como suprapartidária, e meta-ideológica, um instrumento de Estado e não de Governo, estaremos lutando contra o inimigo errado", diz o texto. Sem citar nomes, Roberto alerta para o "fogo amigo - Brasil versus brasileiros".

Ele afirma que "ninguém deseja ardentemente discutir o sexo dos anjos", uma vez que a pasta tem histórico de "pífios resultados". Ele cita que apenas uma a cada três crianças de zero a quatro anos consegue uma creche, além do dado de que uma em seis escolas não tem esgoto, água ou energia. "É voo cego", afirma.

Na última frase da carta, ele pede que seja identificado "o verdadeiro inimigo da Educação brasileira".

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Número 2 do MEC é dispensada oito dias após ser nomeada

A nomeação de Ione, no último dia 14, veio dois dias depois de Vélez ter demitido Luiz Antonio Tozi, que havia deixado o cargo dois dias antes

São Paulo – Oito dias depois de ser nomeada pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, para ser a “Número 2” do MEC, Iolene Lima anunciou sua dispensa na noite desta quinta-feira, 21.

“Depois de cinco anos à frente da direção do colégio que ajudei a fundar, deixei meu emprego a fim de aceitar um convite para, junto com outros profissionais, servir ao meu país (...) No entanto, hoje após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC. Não sei o que dizer, mas confio que Deus me guiará (...)”, disse a secretária-executiva do MEC em post no Twitter.

A nomeação de Ione, no último dia 14, veio dois dias depois de Vélez ter demitido Luiz

Antonio Tozi, que havia deixado o cargo dois dias antes. Depois da demissão de Tozi, Veléz chegou a postar em seu perfil no Twitter que Rubens Barreto Silva seria o Secretário Executivo.

Quem é Iolene Lima?

Iolene Lima é pastora de uma igreja batista em São José dos Campos (SP), e foi diretora no Colégio Inspire, uma escola religiosa também no interior de São Paulo, cuja missão é “educar plenamente o ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício ético da cidadania e da sua plenitude”.

De acordo com o site da Associação de Escolas Cristãs de Educação por Princípios (AECEP), Lima é formada em pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional e tem um MBA em Qualidade Educacional.

Até ser confirmada no cargo de executiva por Veléz, Iolene era secretária substituta na Secretaria de Educação Básica do MEC.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

MPF pede explicações sobre grupo que decidirá itens de provas do Enem

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (MPF), pediu explicações ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) sobre a criação de grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2019. A autarquia terá o prazo de cinco dias para prestar as informações solicitadas pela procuradoria.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão Deborah Duprat encaminhou o ofício ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues, solicitando explicações sobre quais foram as avaliações realizadas em relação ao Enem 2018 que levaram à conclusão da necessidade de adoção da etapa técnica de revisão do Banco Nacional de Itens, assim como quais profissionais especialistas em avaliação educacional e quais instituições de educação superior participaram dessa avaliação.

A procuradora pede, ainda, que a autarquia esclareça quais os critérios sugeridos nessa avaliação para análise da pertinência das questões e a qualificação técnica e profissional dos membros da comissão instituída pelo órgão.

No documento enviado à autarquia, a procuradoria destaca que o Supremo Tribunal Federal (STF) conta com jurisprudência sobre o chamado “abuso de poder” normativo, que busca conter eventuais excessos decorrentes do exercício imoderado e arbitrário da competência institucional outorgada ao poder público.

“O entendimento é de que o Estado não pode, no desempenho de suas atribuições, dar causa à instauração de situações normativas que comprometam e afetem os fins que regem a prática da função de legislar”, diz em nota o MPF.

O Inep disse, em nota, que recebeu o ofício da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e o responderá “tempestivamente, dentro do prazo estipulado de cinco dias”. A autarquia disse ainda que os critérios da análise a ser realizada pelo grupo especial misto para leitura transversal dos itens que irão compor o Enem 2019 estão estipulados em portaria publicada nesta quarta-feira (20) e detalhados em nota técnica.

Comissão

O grupo que decidirá quais questões entrarão ou não no Enem 2019 foi criado ontem (20) e, segundo o Inep, deu início hoje (21) à análise das questões. A comissão é composta pelo secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior do MEC, Marco Antônio Barroso, pelo diretor de Estudos Educacionais do Inep, Antonio Maurício das Neves, e por Gilberto Callado de Oliveira, representante da sociedade civil.

Os integrantes do grupo serão responsáveis pela chamada leitura transversal dos itens que poderão compor o Enem e deverão recomendar a não utilização de itens na montagem das provas, mediante justificativa. A análise passará depois pelo diretor de Avaliação da Educação Básica, Paulo Cesar Teixeira, que deverá emitir um contra parecer para cada um desses itens. A decisão final da utilização ou não caberá ao presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

A portaria estipula o prazo de dez dias para que isso seja feito. A comissão terá acesso ao ambiente de segurança onde é elaborado o exame.

Elaboração dos itens

Todos os anos, as provas do Enem são montadas a partir do Banco Nacional de Itens, que reúne questões elaboradas por especialistas selecionados por meio de chamada pública. Na elaboração, os especialistas devem seguir as matrizes de referência, guia de elaboração e revisão de itens estabelecidos pelo Inep. Após elaborados, os itens passam, então, por revisores e depois por especialistas do Inep.

Finalmente, as questões são pré-testadas em aplicações feitas em escolas. O processo é sigiloso e os estudantes não sabem que estão respondendo a possíveis questões do Enem. Com a aplicação, avalia-se a dificuldade, o grau de discriminação e a probabilidade de acerto ao acaso da questão. Os itens aprovados passam a compor o banco e ficam disponíveis para aplicações futuras do Enem.

De acordo com a nota técnica do Inep, a comissão realizará a leitura transversal dos itens que compõem o Banco Nacional de Itens. Isso pode acontecer previamente à montagem do exame, “com vistas a diminuir os riscos de se promover alterações na prova após o término de sua montagem”.

Segundo a autarquia, como a elaboração de um item é um processo longo e oneroso, nenhum item será descartado. Eles poderão ser posteriormente adequados. Pelo caráter sigiloso do Banco Nacional de Itens, não será publicado relatório de trabalho sobre o processo. Tampouco os membros da comissão estão autorizados a se pronunciar sobre o trabalho.

Enem 2019

Este ano, o Enem será aplicado nos dias 3 e 10 de novembro. As inscrições estarão abertas de 6 a 17 de maio. Entre 1º e 10 de abril, os estudantes poderão pedir isenção da taxa de inscrição. Nesse mesmo período, o Inep vai receber as justificativas dos que faltaram às provas em 2018.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Evangélica anunciada como nº 2 do MEC é demitida

A educadora evangélica Iolene Lima, que havia sido anunciada como a nova número 2 do Ministério da Educação (MEC) na semana passada, foi demitida nesta quinta-feira, 21. Ela foi comunicada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez de que não fazia mais parte da equipe. Iolene, antes de ser chamada para o cargo de secretária executiva, era diretora de formação da pasta. Ela também não voltará para essa função.

O nome dela não teria agradado ao governo, que não permitiu sequer que ela fosse nomeada, mesmo depois de anunciada pelo ministro. Segundo fontes, o Planalto estaria buscando um nome forte para número 2 do MEC para tentar manter Vélez no cargo. Há mais de uma semana fala-se numa provável demissão do ministro, muito enfraquecido depois de disputas internas e medidas polêmicas.

Apesar de evangélica, Iolene não tinha o apoio da bancada evangélica no Congresso. Ela foi indicada para o MEC por Luiz Antonio Tozi, ex-secretário executivo, também demitido. Os dois são da mesma cidade. Antes dela, Vélez chegou a anunciar para o cargo Rubens Barreto da Silva, que também não assumiu.

Em mensagem aos amigos na madrugada desta sexta-feira, 22, ela afirmou que depois “de cinco anos à frente da direção do colégio que ajudei a fundar, deixei meu emprego a fim de aceitar um convite para, junto com outros profissionais, servir ao meu país, colaborando para um ideal que acredito: um Brasil melhor por meio da educação”.

Em seguida, Iolene diz que mesmo com “um quadro bastante confuso na pasta”, aceitou a nova função dentro do ministério. “No entanto, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC. Não sei o que dizer, mas confio que Deus me guardará e guiará!”

Iolene dirigia o Colégio Inspire, em São José dos Campos (SP), mantido pela Igreja da cidade. Em seu site diz que “apresenta todos os conteúdos curriculares dentro da cosmovisão bíblica”. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

topo 

R7 - TEMPO REAL

Bolsas de 90% em mestrado para professores da rede pública

Com a benefício, a mensalidade do mestrado será de R\$ 200,00, enquanto o valor normal é R\$ 2.200,00

Profissionais da rede de educação básica que buscam qualificação para gestão das escolas, podem se inscrever para o processo seletivo do primeiro Mestrado Profissional em Administração, com linha de atuação em Gestão Escolar. Serão oferecidas até 40 bolsas de estudos para o quadro efetivo do magistério da rede pública estadual e municipal das cidades de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.

Os aprovados terão a oferta de bolsa de até 90% do valor da mensalidade. Com a bolsa, a mensalidade do Mestrado será de R\$ 200,00, enquanto o valor normal é R\$ 2.200,00. A diferença será custeada pelo Instituto FUCEPE. A iniciativa é do projeto Inspira ES, apoiado pelo Instituto FUCEPE de Tecnologias Sociais para o desenvolvimento da Educação e outras áreas relevantes para melhoria da gestão pública e das cidades.

“Normalmente, um bom professor assume a direção de uma escola pública, sem receber treinamento de alto nível para a Gestão Escolar. Assim, de um dia para o outro, tem que

se tornar um bom gestor, de uma organização de porte médio, entendendo de administração de pessoas, finanças, logística, patrimonial, compras, pagamentos, contabilidade, segurança, tributos. A ideia é qualificar a gestão escolar para melhorar os resultados do ensino no futuro, com aumento na eficiência e eficácia dos gastos com educação”, explica Aridelmo Teixeira, coordenador do Inspira ES e professor e doutor em Controladoria e Contabilidade.

Bolsas

As bolsas de estudos serão custeadas pelo Instituto FUCAPE de Tecnologias Sociais e destinadas a servidores públicos efetivos do quadro de Magistério em escolas da rede pública estadual e municipal sediadas em Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.

“Essa ação irá capacitar profissionais da rede pública para atuarem na gestão escolar, o que a médio e longo prazo trará reflexos positivos na qualidade da educação. Infelizmente, de forma geral, a remuneração dos nossos profissionais da educação pública não é suficiente para arcar com os custos de um mestrado pago. O programa de bolsas facilitará a entrada de pessoas que buscam uma oportunidade para se qualificarem e crescer profissionalmente”, afirma a vice-presidente Institucional do Instituto FUCAPE, Maria Goretti Dalvi.

As inscrições para o programa de Mestrado vão até o dia 13 de maio. As aulas acontecerão na Faculdade FUCAPE, localizada na avenida Fernando Ferrari, 1358, em Boa Vista, na cidade de Vitória, às sextas e sábados.

“Os desafios contemporâneos da Educação, principalmente a pública, requerem profissionais qualificados com capacidade de respostas imediatas as questões relacionadas ao desempenho escolar e desenvolvimento integral do aluno. O Comitê de Educação, formado por profissionais atuantes da área e afins, se dispõem a contribuir para mudança deste cenário na gestão pública”, afirma a integrante do Comitê de Educação do Inspira ES e especialista em Gestão de Pessoas, Fabiana Negreli.

O processo seletivo contará com três etapas, com caráter classificatório e eliminatório. As etapas funcionarão da seguinte maneira: inscrição, prova objetiva e mapeamento de competências. Para saber mais informações sobre o Programa de Mestrado, as pessoas podem acessar o edital no site

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

Só 5,7% dos alunos do Ensino Médio sabem matemática

No fim do Ensino Médio os estudantes de Mato Grosso, sejam eles de escolas públicas ou privadas, sabem pouco de matemática. É o que mostra o monitoramento do Todos Pela Educação. No estado, 5,7% dos alunos no último ano da educação básica tem o aprendizado adequado de matemática. Foram examinados os dados de 2007 até 2017.

O levantamento usa índices de testes como a Prova Brasil e distribui os estudantes em 4 níveis: insuficiente, básico, proficiente e avançado. São considerados alunos com aprendizado adequado aqueles que estão nos níveis proficiente e avançado. Foram analisados dados de estudantes das redes pública e privada.

Foi mostrado que, na maioria dos casos, ocorreram avanços no aprendizado dos alunos brasileiros. Mas os números do estado ainda são alarmantes. No 3º ano do Ensino

Médio 23,7% dos estudantes tem aprendizado suficiente de português, o que coloca Mato Grosso como o 8º pior no país. No entanto, em 2007 apenas 18% dos alunos tinham esse nível de conhecimento na disciplina.

Para os que estavam no 9º ano do ensino fundamental, a situação é um pouco melhor: 17,4% sabem matemática e 34,5% tem aprendizado correto de português. O melhor cenário é no 5º ano do ensino fundamental, onde 44,7% dos estudantes tem aprendizado adequado de matemática e 57,8% tem de português.

Quando se fala em educação básica, na educação infantil (creche e pré-escola) a responsabilidade maior é do município, já no ensino fundamental (1º ao 9º ano) município e estado dividem a responsabilidade e recursos. O ensino médio, que encerra a educação básica, é de responsabilidade dos estados ou da União, no caso das escolas federais.

Entre os estudantes que tiveram notas avaliadas pelo Todos Pela Educação, no 5º ano do ensino fundamental, os melhores índices de aprendizado adequado estavam nos municípios de Ribeirãozinho (627 km ao Sul de Cuiabá) que teve 85,5% dos alunos com conhecimento em português e 77,1% em matemática. Na outra ponta está Jangada (80 km ao Norte), com 23,9% de aprendizado adequado em português e 12,3% em matemática.

Quando a análise é dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental, ou seja, no último ano antes de entrar no ensino médio, os melhores desempenhos foram em Rio Branco (356 km a Oeste) com 56,4% em português e 46,4% em matemática. Os piores percentuais nessa etapa foram registrados em Indiavaí (367 km a Oeste) em português (6,3%) e Barão de Melgaço (113 km ao Sul) em matemática (1,4%).

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Ministério Público Federal determina que Inep explique criação de comissão para vigiar o Enem

MPF deu prazo de cinco dias para o MEC; ofício afirma que considera "extremamente vago" o propósito do grupo de trabalho

SÃO PAULO - O Ministério Público Federal (MPF) deu prazo de cinco dias para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) explique a comissão criada para fazer um pente fino no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O ofício endereçado ao presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, diz que considera "extremamente vago" o propósito de uma "leitura transversal", como foi chamado o trabalho do grupo. A criação da comissão foi revelada pelo Estado.

O documento da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF menciona ainda que é preciso conter "eventuais excessos decorrentes do exercício imoderado e arbitrário da competência institucional outorgada ao Poder Público", conhecido como "abuso de poder". Foram questionadas também a qualificação técnica e profissional dos membros do grupo e quais especialistas em avaliação educacional e instituições de educação superior participaram da decisão que resultou na criação da comissão.

O Inep, órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelo Enem, afirmou que responderá no tempo estipulado e que os critérios estão na portaria e na nota técnica divulgadas na quarta-feira, 20. Os documentos, como mostrou o Estado, dizem que o

objetivo é "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais". Além disso, pretende "verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame".

Os membros da comissão são Marco Antônio Barroso Faria, ex-aluno de Vélez, que é secretário no MEC, Antônio Maurício Castanheira das Neves, diretor no Inep e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, ligado a Eduardo Bolsonaro. Nenhum deles têm experiência em avaliação. A comissão já começou a trabalhar e tem dez dias para concluir sua análise.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

MPF determina que Inep explique criação de comissão para vigiar o Enem

O Ministério Público Federal (MPF) deu prazo de cinco dias para que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) explique a comissão criada para fazer um pente fino no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O ofício endereçado ao presidente do Inep, Marcus Vinicius Rodrigues, diz que considera "extremamente vago" o propósito de uma "leitura transversal", como foi chamado o trabalho do grupo. A criação da comissão foi revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo.

O documento da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do MPF menciona ainda que é preciso conter "eventuais excessos decorrentes do exercício imoderado e arbitrário da competência institucional outorgada ao Poder Público", conhecido como "abuso de poder".

Foram questionadas também a qualificação técnica e profissional dos membros do grupo e quais especialistas em avaliação educacional e instituições de educação superior participaram da decisão que resultou na criação da comissão.

O Inep, órgão do Ministério da Educação (MEC) responsável pelo Enem, afirmou que responderá no tempo estipulado e que os critérios estão na portaria e na nota técnica divulgadas na quarta-feira, dia 20. Os documentos, como mostrou o Estado, dizem que o objetivo do colegiado é "identificar abordagens controversas com teor ofensivo a segmentos e grupos sociais, símbolos, tradições e costumes nacionais". Além disso, a comissão pretende "verificar sua pertinência com a realidade social, de modo a assegurar um perfil consensual do exame".

Os membros da comissão são Marco Antônio Barroso Faria, ex-aluno do ministro da Educação Ricardo Vélez, que é secretário no MEC, Antônio Maurício Castanheira das Neves, diretor no Inep e Gilberto Callado de Oliveira, procurador de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, ligado a Eduardo Bolsonaro. Nenhum deles têm experiência em avaliação. A comissão já começou a trabalhar e tem dez dias para concluir sua análise.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Evangélica anunciada como nº 2 do MEC é demitida

A educadora evangélica Iolene Lima, que havia sido anunciada como a nova número 2 do Ministério da Educação (MEC) na semana passada, foi demitida nesta quinta-feira, 21. Ela foi comunicada pelo ministro Ricardo Vélez Rodríguez de que não fazia mais parte da equipe. Iolene, antes de ser chamada para o cargo de secretária executiva, era

diretora de formação da pasta. Ela também não voltará para essa função.

O nome dela não teria agradado ao governo, que não permitiu sequer que ela fosse nomeada, mesmo depois de anunciada pelo ministro. Segundo fontes, o Planalto estaria buscando um nome forte para número 2 do MEC para tentar manter Vélez no cargo. Há mais de uma semana fala-se numa provável demissão do ministro, muito enfraquecido depois de disputas internas e medidas polêmicas.

Apesar de evangélica, Iolene não tinha o apoio da bancada evangélica no Congresso. Ela foi indicada para o MEC por Luiz Antonio Tozi, ex-secretário executivo, também demitido. Os dois são da mesma cidade. Antes dela, Vélez chegou a anunciar para o cargo Rubens Barreto da Silva, que também não assumiu.

Em mensagem aos amigos na madrugada desta sexta-feira, 22, ela afirmou que depois "de cinco anos à frente da direção do colégio que ajudei a fundar, deixei meu emprego a fim de aceitar um convite para, junto com outros profissionais, servir ao meu país, colaborando para um ideal que acredito: um Brasil melhor por meio da educação".

Em seguida, Iolene diz que mesmo com "um quadro bastante confuso na pasta", aceitou a nova função dentro do ministério. "No entanto, após uma semana de espera, recebi a informação que não faço mais parte do grupo do MEC. Não sei o que dizer, mas confio que Deus me guardará e guiará!"

Iolene dirigia o Colégio Inspire, em São José dos Campos (SP), mantido pela Igreja da cidade. Em seu site diz que "apresenta todos os conteúdos curriculares dentro da cosmovisão bíblica". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.